

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**IV CURSO DE MESTRADO EM MUSEOLOGIA**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CONDUCENTE À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**  
**EM MUSEOLOGIA**

**MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO**  
**COLECÇÕES E INVENTÁRIO**

**Mestranda: Paula Cristina Currais Morgado**  
**Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira**  
**Setembro de 2010**

## **RESUMO / ABSTRACT**

Palavras-chave: Museu Municipal de Marvão; História; Colecções; Inventário

Neste estudo faz-se uma caracterização do Museu Municipal de Marvão enquanto espaço físico e instituição museológica, de forma a compreender a dinâmica e as características da instituição. Tendo por base a caracterização das colecções do museu e a avaliação do sistema de inventário vigente, estruturou-se uma proposta para a inventariação geral do espólio, que constituiu o núcleo do trabalho do estágio.

Key-words: Marvão Municipal Museum; History, collections, inventory

This work characterizes the Marvão Municipal Museum within the perspective of the physical space and museological institution, to understand the dynamic and institutional characteristics. It characterizes the museum collections and evaluates the using inventory. The main purpose of this study is a presentation of a general inventory to organize the sherds.

## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	4
2	PROPÓSITO DO ESTÁGIO E DEFINIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	5
3	O MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO	7
3.1	O ESPAÇO: HISTÓRIA, ARQUITECTURA E ADAPTAÇÕES	7
3.2	A CRIAÇÃO DO ESPAÇO MUSEOLÓGICO	12
3.2.1	CONSTITUIÇÃO E ORIGEM DAS COLECÇÕES	23
4	COLECÇÕES E INVENTÁRIO	29
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS COLECÇÕES	29
4.2	SISTEMA DE INVENTÁRIO VIGENTE	30
5	PROPOSTA DE INVENTARIAÇÃO	35
5.1	INVENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO	35
5.1.2	ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE INVENTÁRIO	40
5.2	CONSTRUÇÃO DA FICHA DE INVENTÁRIO	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
7	BIBLIOGRAFIA	63
8	ANEXOS	67

## 1 – INTRODUÇÃO

O estágio cujo relatório se apresenta está integrado na estrutura do Curso de Mestrado em Museologia da Universidade de Évora.

Foram previstas duas modalidades de estágio, a realizar de forma efectiva numa unidade museológica. O estágio via académica exige a frequência de 88 horas; o estágio via profissionalizante, mais alargado no tempo, tem uma duração de 300 horas e apresenta a vantagem de, em situação ideal, dotar os alunos de um conjunto de competências técnicas que lhes permitam o reconhecimento académico e profissional no universo da museologia.

Em 2007 foi realizado um estágio de 88 horas, no Museu Municipal de Marvão, do qual se elaborou um relatório final. Verificou-se posteriormente a necessidade de revisão desse trabalho, para apresentação de relatório de estágio conducente à obtenção do grau de mestre em Museologia. Em 2010 efectuou-se assim uma reformulação do trabalho desenvolvido, para o que foi necessário regressar ao museu e realizar nova análise e investigação, em moldes de permanência na instituição semelhantes ao estágio anteriormente realizado.

Esta revisão permitiu uma abordagem prática e directa às questões fundamentais da estrutura e funcionamento do museu e foi palco de aplicação de alguns dos conhecimentos apreendidos ou reforçados durante os seminários teóricos do IV Curso de Mestrado em Museologia, sobretudo no domínio da inventariação.

Se por um lado este estágio se alicerçou em conhecimentos adquiridos, por outro constituiu um espaço de liberdade reflexiva em torno do objectivo principal traçado, que foi a caracterização das colecções e a apresentação de propostas concretas com vista à sua inventariação.

## **2 – PROPÓSITO DO ESTÁGIO E DEFINIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

A realização de um estágio no Museu Municipal de Marvão teve desde o primeiro momento o objectivo de produzir trabalho útil, que de alguma forma pudesse preencher lacunas existentes.

A definição de um plano de trabalho passou pela reunião e discussão das necessidades com o director da instituição, em função das características do museu e das colecções que constituem o espólio.

Verificou-se a necessidade de efectuar uma síntese da história do Museu Municipal de Marvão, tendo por base alguma bibliografia produzida, a consulta de documentação de arquivo e a recolha de testemunhos orais, de forma a melhor compreender o museu e as colecções integrantes. Por outro lado, a ausência de um inventário sistemático do seu espólio, conduziu a que fosse efectuada uma breve caracterização das colecções e do sistema de inventário vigente. Com base nesta análise e em normas de inventário em uso nos museus dependentes do Instituto dos Museus e da Conservação, sugerem-se critérios e elabora-se uma proposta de estrutura interna para ficha geral de inventário, passível de ser adaptada às diversas categorias de objectos que constituem o seu acervo.

Não faria sentido criar fichas manuais de inventário quando o recurso a meios informáticos é claramente mais operacional, para além de estar contemplado na legislação – artigo 20º da Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto – Lei - Quadro dos Museus Portugueses. A mesma legislação prevê, no seu artigo 21º a contratação da informatização do inventário museológico, quando o pessoal afecto ao museu não tenha a preparação necessária.

Neste museu em concreto, e exceptuando a colecção militar, o inventário existente é manual, embora haja a possibilidade de criar condições para a sua informatização.

Optou-se assim por criar as bases, através de propostas concretas, para que futuramente se possa inventariar todo o espólio do museu com recurso a uma base de dados única.

O trabalho foi organizado por etapas, de forma a obter uma proposta concreta de inventário informatizado. Assim, o projecto de estágio organizou-se por fases:

1 – Contacto com a instituição e pesquisa histórica sobre o edifício e a criação do espaço museológico.

2 – Análise das colecções e do sistema de inventariação existente (universo temático, categorias de objectos; números de inventário e correspondência com registos escritos)

3 – Definição de critérios de inventariação (opções, justificação e discussão dos mesmos com o director do museu tendo em vista a normalização do inventário na instituição).

4 – Proposta de campos para preenchimento da ficha informatizada, tendo como base os critérios definidos.

### 3 – O MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO

Na recolha de dados sobre a história, colecções e processo de criação do Museu Municipal de Marvão, faseou-se o trabalho de investigação, que se estruturou em: pesquisa bibliográfica, consulta de fontes documentais e recolha de testemunhos orais. A bibliografia mais específica sobre o museu, bem como algumas fontes documentais encontram-se publicadas na revista cultural do concelho de Marvão, *Ibn Maruán*.<sup>1</sup> No Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Marvão, onde se realizaram consultas de documentação manuscrita, não publicada, podemos ainda colher algumas informações sobre etapas da criação do museu. A consulta de processos de obras realizadas pela DGMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) trouxe alguns elementos sobre campanhas de alteração do espaço. Faltavam, no entanto, alguns elementos que esclarecessem de que forma se processou a criação do museu e qual a origem das suas colecções, pelo que optámos pela realização de uma entrevista oral ao presidente da câmara em cujo mandato se inaugurou o museu. O testemunho do actual director do museu, que acompanhou a sua criação e montagem foi também fundamental para compreender a dinâmica da instituição.

Com base nos elementos enumerados, efectuou-se uma síntese da história do museu enquanto espaço arquitectónico e museológico.

#### 3.1 – O ESPAÇO: HISTÓRIA, ARQUITECTURA E ADAPTAÇÕES

A igreja de Santa Maria, espaço onde se encontra instalado o Museu Municipal de Marvão<sup>2</sup>, localiza-se na parte norte da vila de Marvão, no largo de Santa Maria, junto à principal via de acesso ao castelo<sup>3</sup>. A sua construção terá tido início entre os séculos XIII e XIV, altura em que são construídas as estruturas defensivas cristãs de Marvão.

---

<sup>1</sup> Referências na bibliografia final

<sup>2</sup> Anexo I, foto 1

<sup>3</sup> Anexo II – localização do Museu Municipal de Marvão na malha urbana da vila

Como paróquia, Santa Maria é já referenciada em documentação datada de 1321 e é durante o século XIV que é doada por D. Afonso IV, conjuntamente com o seu padroado, à Ordem do Hospital. Os rendimentos destinavam-se a suportar os encargos da capela de Santa Maria da Flor da Rosa, no Crato. Até meados do século XVI, a igreja de Santa Maria fica na dependência do priorado da Ordem de Malta, quando passa para a jurisdição do bispado de Portalegre<sup>4</sup>. Sobre a porta principal da igreja, no exterior, encontra-se ainda actualmente a cruz de Malta, esculpida em relevo numa pedra de mármore, prova da pertença do templo a essa ordem militar.

A igreja de Santa Maria é, de acordo com a Memória Paroquial de Santa Maria de Marvão<sup>5</sup>, inicialmente designada de igreja de Nossa Senhora, a qual só após a construção do convento de N.ª Sr.ª da Estrela, em meados do séc. XV, passa a chamar-se de Santa Maria, para que os templos tivessem denominações diferentes, evitando equívocos na sua designação. A importância da igreja de Santa Maria, como espaço laico e religioso, reflectiu-se na grandiosidade das festividades aí realizadas e na utilização do entorno como ponto de trocas comerciais, actos públicos e reuniões comunitárias. Em 1454 realizava-se nesta igreja a festa do Espírito Santo ou do Imperador, tradição que se mantém, pelo menos, até D. João III, com grande peso na vida religiosa da população.<sup>6</sup>

Relativamente à implantação do edifício, orienta-se a nascente, sendo a entrada principal enquadrada por um pórtico de granito, sobre o qual se abre uma janela que comunica com o coro da igreja. Possui uma torre sineira construída do lado direito da entrada principal, de perfil quadrangular, cujo acesso se faz por uma escadaria de granito em caracol, interior, datada do séc. XVI. Nas paredes exteriores do edifício, várias cruces de granito, marcam a existência de uma via sacra em redor da igreja. Na fachada sul, a existência de um espaço hoje vazio, definido por um pórtico de granito encimado por uma cruz latina, poderá corresponder a um antigo passo, à semelhança de outros com características idênticas, existentes em vários pontos da vila de Marvão.

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, Paulo Simões (2002), pp.237-242

<sup>5</sup> MACHADO, J.L. e GORJÃO, S. (1993)

<sup>6</sup> COELHO, Possidónio M. Laranjo (2001)



As características arquitectónicas do edifício, apesar das várias campanhas de obras realizadas ao longo dos séculos e das alterações ocorridas, permitem enquadrá-lo no estilo gótico português do séc. XIII. A planta é simples, com três naves delimitadas por arcos de volta redonda, estando o corpo central, mais elevado, em comunicação directa com a ábside da capela-mor. O facto desta capela ser ladeada por duas sacristias, poderá corresponder a um modelo arquitectónico de tripla ábside que indicia a fase mais antiga de construção<sup>7</sup>. A própria estrutura abobadada da abside é suportada por colunas cuja decoração dos capitéis, com folhagens espalmadas e lanceadas, se enquadram no tipo de trabalho em uso no séc. XIII, o que reforça a cronologia apontada para a construção da igreja.

À esquerda da abside está a sacristia da própria igreja, parcialmente ocupada pelas instalações sanitárias construídas no séc. XX. Do mesmo lado, em data incerta, é acrescentada a capela de N.ª Sr.ª do Rosário, revestida de azulejos já durante o séc. XVIII, e a respectiva sacristia. No mesmo seguimento, próximo da entrada principal, foi construído o baptistério. Do lado direito da igreja encontra-se a sacristia do Santíssimo Sacramento, na parede exterior da qual está um grafito do séc. XVII, que poderá corresponder à data de construção deste espaço.

Embora o início da construção da igreja corresponda a um momento incerto entre o século XIII e o século XIV, é apenas no século XVII, após as guerras da Restauração da Independência, que terão sido realizadas obras de reconstrução e ampliação do edifício, à semelhança do que se verificou para o castelo de Marvão<sup>8</sup>. Os relatórios das visitas efectuadas entre 1650 e 1691, à igreja de Santa Maria fazem sobretudo referência ao cumprimento de regras e à necessidade de novas alfaias litúrgicas e paramentos, sem mencionarem obras estruturais. Em 1687 o sacrário do altar-mor estava em mau estado de conservação, recomendando-se a sua reparação e em 1691 aponta-se para a necessidade de construção de um lava mãos na sacristia da igreja, para que os párocos lavassem as mãos antes de darem missa e administrarem os sacramentos. Na visita de 1712 são feitos alguns reparos em relação à pia baptismal, considerada demasiado pequena, pelo que se recomenda que a

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Paulo Simões (2002), p.243

<sup>8</sup> RODRIGUES, Paulo Simões (2002)

mesma seja substituída por uma maior. A então existente deveria ser cortada por cima e adaptada a pia de água benta que substituísse a que existia à entrada da igreja e que estava à data muito degradada. Não se sabe ao certo se estas obras foram realizadas, mas em 1749, o bispo de Portalegre, em visita à igreja de S. Maria, faz alguns reparos à pia baptismal, em concreto à falta de torneira e fechadura, sem outro tipo de comentários mais específicos que se reportem a obras de vulto. Refere-se ainda de forma expressa aos atributos de algumas imagens e à necessidade da sua substituição, em concreto quanto à representação do demónio aos pés de S. Miguel, o que vem por certo na sequência das recomendações emanadas do Concílio de Trento, e da proibição deste tipo de representações na arte religiosa. Este dado poderá servir de indicador para o que terá levado à ocultação do fresco onde é representado S. Bartolomeu com a figuração do demónio, hoje reabilitado e fazendo parte do património integrado da igreja de Santa Maria, ou para a escultura decapitada do mesmo santo, enterrada sob o pavimento da capela mor, testemunhos só recuperados durante o século XX. A transcrição apenas parcial destes documentos<sup>9</sup> dificulta outro tipo de análise, em concreto do espólio existente nessa data na igreja de Santa Maria e da sua continuidade no actual espaço museológico.

A partir das Memórias Paroquiais de 1758<sup>10</sup>, sabemos que em meados do séc. XVIII o pavimento do corpo principal da igreja era de madeira, sendo visíveis diversas tampas de sepulturas. O tecto era também de madeira, à excepção do da capela mor, de abóbada de alvenaria, no chão da qual havia lajes de pedra, revestidas de esteiras para tornar o espaço menos frio. Nessa altura, as colunas que suportavam a nave central eram de mármore de várias cores, as quais actualmente se encontram revestidas de argamassa e pintadas de branco, o que ocultou a policromia dos materiais originais.

Já durante a primeira metade do século XIX, é construído o coro alto, de madeira, que presentemente tem uma estrutura de alvenaria, sendo provável que nessa altura tenham ocorrido outros melhoramentos, sem contudo serem referidos na documentação. Não sabemos ao certo em que data concreta o imóvel deixa de ser propriedade da Igreja, mas é possível que tal ocorra na

---

<sup>9</sup> PATRÃO, José D. Heitor (2000)

<sup>10</sup> MACHADO, J.L. e GORJÃO, S. (1993)

primeira metade do séc. XX, talvez após a lei de Separação da Igreja do Estado<sup>11</sup>, e que tenha passado para posse administrativa da câmara. É pois em data imprecisa, mas já no séc. XX que a igreja de Santa Maria de Marvão deixa de estar ao culto, circunstância que contribuirá para o crescente estado de degradação do edifício.

Cerca de 1950, permanecendo a igreja encerrada, a Santa Casa da Misericórdia de Marvão inicia a recuperação parcial do edifício com vista à sua adaptação a dormitório do seminário. Nessa altura procede-se, entre outras obras, à escavação da abside da igreja, tendo sido identificadas duas cruzes de pedra enterradas, de acordo com relatórios da época<sup>12</sup>. Na mesma altura, ao proceder-se à demolição de um dos altares laterais, verificou-se a existência de uma pintura mural representando Santa Madalena, S. Bartolomeu e Santa Margarida. Durante esta adaptação foi demolida a torre sineira da igreja, cujos sinos se transferiram para a igreja de S. Tiago, em Marvão, e que só mais tarde será recuperada.

Estas obras de meados do séc. XX, iniciadas sem qualquer autorização, acabam por ser suspensas por ordem da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por acção directa da Câmara Municipal de Marvão, proprietária do imóvel, no mesmo ano em que tiveram início.

Durante os trabalhos realizados pela Santa Casa da Misericórdia de Marvão, altura em que as movimentações do subsolo terão sido mais intrusivas, recuperaram-se alguns elementos arquitectónicos (as cruzes de pedra e a pintura mural já referidas) e uma escultura em pedra, de S. Bartolomeu. Os vestígios de pintura mural já estariam ocultos em meados do século XVIII, uma vez que não lhes é feita qualquer referência nas Memórias Paroquiais. Num registo fotográfico datado de 1968<sup>13</sup>, efectuado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a imagem de S. Bartolomeu encontra-se já no interior da igreja, colocada em frente do fresco com a representação de S. Bartolomeu, Santa Margarida e Santa Madalena. Quando em 1987 foi inaugurado o Museu Municipal de Marvão, a escultura foi

---

<sup>11</sup> RODRIGUES, Paulo (2002)

<sup>12</sup> PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0020 – Igreja de Santa Maria de Marvão, p.35

<sup>13</sup> Arquivo fotográfico da DGEMN – Foto 166875 – Código 056/15213

colocada no espaço em que foi encontrada – a capela-mor da igreja, onde permanece actualmente.

Dos relatórios consultados<sup>14</sup> foi possível averiguar que entre 1958 e 1971, a DGEMN realizou consecutivas campanhas de obras que se destinaram a corrigir as alterações introduzidas no espaço aquando da sua adaptação a dormitório do seminário (demolição de alvenarias, reabertura de vãos entaipados, rebaixamento de pavimento) e outras ocorridas ao longo dos séculos, interpretadas como alterando a traça original do edifício. Foi também realizado todo um conjunto de obras de beneficiação, de maior ou menor dimensão, que incluíram a colocação de uma nova pia baptismal, grades de ferro no coro, fecho de uma porta lateral, reparação de pavimento, de rebocos, construção de sanitários numa das sacristias, reforço estrutural do telhado com betão armado e instalação de electricidade em toda a igreja.

Quando as obras são dadas por terminadas, em 1971, a DGEMN propõe à Câmara Municipal de Marvão a utilização daquele espaço como museu arqueológico, atendendo às características do imóvel e ao tipo de colecções que se encontravam já constituídas, mas sem um sítio condigno para serem expostas. O então Presidente da Câmara, João Carita, concorda com a proposta, mas por razões que desconhecemos, a utilização que passa a ter nos anos seguintes é um pouco distinta, sendo usada para fins públicos e comunitários. Serviu como salão de baile durante alguns anos e, faltando outro sítio para o efeito, como sala de reuniões, conferências e palestras, sendo amplamente utilizado pela população de Marvão<sup>15</sup>.

A criação do Museu Municipal de Marvão demoraria ainda alguns anos. Os passos concretos no sentido de adaptar a igreja de Santa Maria a museu serão apenas dados a partir de 1985, quando António Moura Andrade é eleito Presidente da Câmara e toma nas suas mãos a iniciativa de criar esse Museu.

### **3.2 – A CRIAÇÃO DO ESPAÇO MUSEOLÓGICO**

O Museu Municipal de Marvão é oficialmente inaugurado em 1987. A sua origem é, no entanto, anterior, reflectindo o anseio de uma população, do poder político e de investigadores ligados ao concelho.

---

<sup>14</sup> Referências na bibliografia final

<sup>15</sup> Anexo I – Foto 2

Os primeiros dados de que temos conhecimento, acerca da existência de um museu em Marvão, datam da primeira metade do séc. XX, em concreto de Março de 1939, quando em acta de câmara, a propósito da contratação de um bibliotecário, se refere que “a Vila de Marvão é uma Vila de antigas e nobres tradições, e não faz sentido que a mesma não tenha uma boa Biblioteca e um museu, os quais já existem mas precisam de ser reorganizados por uma pessoa competente”<sup>16</sup>. O facto de se aproximar a data de comemoração do centenário da Restauração da Independência pesa nessa tomada de decisão, o que significa a importância atribuída às questões da cultura, ou aos seus símbolos, neste caso materializados nos livros e nos objectos antigos. A contratação desse técnico (bibliotecário) é considerada como uma necessidade temporária, o que mostra o pensamento político relativamente ao museu, que era sentido como um espaço estático, que importava organizar, sem outro fim que o da exposição permanente e imutável. Os livros da biblioteca e os objectos do museu são vistos como uma mesma realidade que importa catalogar e organizar, sendo por isso definido um responsável único, designado como “encarregado de biblioteca e museu”. Para ocupar esse lugar, e durante um ano, é escolhido o pároco da freguesia de Santa Maria de Marvão, o padre Francisco Pereira Serra, por se sentir necessidade em contratar alguém com alguma cultura e nível de instrução, características reconhecidas pela Câmara aos membros da Igreja.

Não sabemos ao certo onde estava instalado o museu então existente em Marvão, mas em acta datada de Abril de 1939, por determinação do então presidente da câmara, Manuel Felix, pelo qual “foi verbalmente apresentada a consciencia de criação de um Museu Municipal”, é determinado que seja disponibilizado para instalação do museu o espaço onde se encontrava a Conservatória.<sup>17</sup>

Em Maio de 1940 o museu continua a ser tratado como um dos temas estruturantes do projecto político de Marvão, ainda que o presidente da câmara tenha mudado, ocupando agora esse cargo o Major António Monteiro. É novamente reconhecida a necessidade da existência de um Museu Municipal e de alguém com cultura e conhecimentos específicos para ocupar o lugar, que

---

<sup>16</sup> Anexo V - CMMRV/B-A/01/122, 11 de Março de 1939 (acta de ), Fólios 118v,119, 119v

<sup>17</sup> Anexo V - CMMRV/B-A/01/122, 29 de Abril de 1939 (acta de ), Fólio 150

substituísse o falecido responsável, o padre Francisco Serra. O único espaço considerado apropriado para receber o museu era a Secretaria do Registo Civil, situada no edifício da câmara (actual Casa da Cultura), que de acordo com determinação do presidente da câmara, deveria ser adaptada a biblioteca, arquivo municipal e museu municipal, ainda que dividida em secções distintas.<sup>18</sup> É escolhido o pároco da freguesia de Marvão, à semelhança do que já acontecera anteriormente, para organizar, inventariar e catalogar todos os livros, documentos e objectos, num prazo máximo de 180 dias e mediante remuneração mensal de 240\$00. Terminado o prazo, este espaço biblioteca-arquivo-museu deveria permanecer aberto diariamente entre as 12 e as 16 horas, podendo este horário ser alargado mediante o interesse dos visitantes.

Desconhecemos até que ponto este projecto de espaço conjunto para biblioteca e museu se chegou a concretizar, mas é possível que tal nunca tenha acontecido, se atendermos ao facto da documentação<sup>19</sup> referir os obstáculos e dificuldades financeiras sentidas para criar o museu como factor impeditivo à concretização do projecto.

Datam de 1946 algumas referências ao Museu Municipal de Marvão<sup>20</sup>, de acordo com ofício de um dos proprietários dos terrenos onde se situavam as ruínas de *Ammaia* (o conde de Monsaraz), o qual se disponibiliza para contribuir para o Museu. Em ofício do mesmo ano, dirigido pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes à Câmara Municipal de Marvão<sup>21</sup>, é feita referência clara a um museu local onde se tinham recolhido diversas aras e outros objectos que se encontravam em posse de particulares, provenientes também das ruínas de *Ammaia*. A mesma Direcção Geral, em novo ofício enviado à C.M.M., em 1948, e assinado por Eugénio Jalhay, propõe que sejam cedidos ao Museu de Marvão, cuja inauguração se aguardava para breve, um conjunto de objectos arqueológicos de *Ammaia*. Os mesmos são cedidos ao museu local, apenas porque o seu valor arqueológico é considerado pequeno, pelo que não se justificava a incorporação num Museu de Estado, que à data seria o Museu Etnológico. Independentemente da escala de importância

---

<sup>18</sup> Anexo V - CMMRV/B-A/01/123, Acta de 25 de Maio de 1940, Fólio 89

<sup>19</sup> Anexo V - CMMRV/B-A/01/127, 1948/08/14, 1954/05/13, 14 de Maio de 1953 (acta de), Fólio 162

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Jorge (2002), p.19

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Jorge (2002), p.21

atribuída aos objectos e dos locais propostos para depósito, a Câmara Municipal de Marvão demonstra vontade em manter no concelho parte desse espólio, disponibilizando espaços para a sua exposição.

O facto de serem feitas sucessivas referências a um museu local ou municipal, aponta para o reconhecimento de um espaço com características de museu em Marvão. Em 1953 estava já instalado um museu dentro do recinto do castelo, em duas casas adaptadas para o efeito, e uma biblioteca no edifício da Câmara Municipal de Marvão. O presidente da câmara era então, e desde 1951, Manuel Berenguel Vivas, pelo que deduzimos que a instalação do museu, ainda que provisória, tenha ocorrido durante o seu mandato. Uma vez criados e em funcionamento a biblioteca e o museu, a câmara contrata um funcionário, António Eduardo Realinho Martins, como “vigilante de biblioteca e museu” para prover ao arranjo, limpeza, vigilância e outros serviços necessários. Não sabemos qual a formação deste vigilante, mas tinha boas referências e reunia as condições que a câmara achava indispensáveis para o efeito, que não iriam por certo além da manutenção do espaço anteriormente estruturado.

Em 1958<sup>22</sup>, Afonso do Paço recomenda vivamente à Câmara Municipal de Marvão a instalação de um Museu, pelo que se depreende que o espaço de museu existente à data não reunia condições dignificantes ou materiais suficientemente representativos da história e arqueologia do concelho. De facto, a insistência para a criação do Museu, vem na sequência dos muitos materiais recolhidos nas ruínas de *Ammaia* e dos constantes actos de vandalismo aí perpetrados apesar da sua classificação como Monumento Nacional em 1949, o que perante a lei lhe conferia um regime de protecção especial. O espaço referido como possível para este museu é a igreja de Santa Maria, tanto pela dimensão interior como pelo largo envolvente, que permitiria a exposição de peças de grande dimensão ao ar livre.

Durante vários anos o Museu Regional de Marvão, assim designado na documentação escrita (actas<sup>23</sup>), continuou instalado no castelo, até que em 1981 a câmara expressa a vontade de proceder à sua transferência para a igreja de Santa Maria, a qual, após um período de abandono, foi nos anos 70

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Jorge (2002), p.40

<sup>23</sup> Actas da Câmara Municipal de Marvão, referidas na bibliografia final

submetida a nova campanha de obras por parte da Direcção de Monumentos da Zona Sul (Évora). Nessa altura é intervencionada a estrutura da torre sineira, que evidenciava séria ruína e realizam-se outras obras gerais de menor envergadura. O necessário apoio técnico para a montagem do museu tinha já sido oferecido pelos párocos Dr. Francisco Belo e Fernando Farinha, se bem que por falta de verbas o projecto não tenha avançado. A câmara endereçara mesmo vários pedidos de apoio à Direcção Geral do Património Cultural, mas não obtivera o apoio solicitado, pelo que o presidente da câmara, na altura Manuel Pedro da Paz (com mandato entre 1977 e 1985) determina que o vereador do pelouro procure reunir a verba necessária ao funcionamento do museu.

Os passos conducentes à criação do Museu Municipal de Marvão, com as características e no espaço onde actualmente se encontra, são dados de forma concreta a partir de 1985, por acção directa do então eleito presidente da câmara, sr. António Moura Andrade que, enquanto membro do anterior executivo (vereador), manifestara já vontade em avançar com esse projecto. É assim que, por iniciativa própria e dando seguimento a uma ideia que, na sua opinião, por falta de vontade política do anterior presidente, o sr. Manuel Pedro da Paz, nunca vira concretizada, procura constituir uma equipa de especialistas com conhecimentos de museologia, arqueologia e etnografia. Em 1986, após a tomada de posse, o autarca convida o Prof. Doutor Jorge de Oliveira, investigador natural do concelho e autor de vários trabalhos arqueológicos, para prestar apoio à criação do Museu.

O projecto de Museu Municipal, de âmbito local, teve como ideia base a preservação da memória e identidade históricas do concelho de Marvão, reflectindo as tradições, costumes e modos de vida dos marvanenses. Abarcar todos estes aspectos implicava conceber um programa museológico alargado que englobasse temas como a história, arqueologia, arte e etnografia. À data encontravam-se dispersos alguns espólios arqueológicos provenientes de trabalhos no concelho, em concreto de escavações realizadas em monumentos megalíticos e na cidade romana de *Ammaia*, já parcialmente tratados e estudados, mas em locais de acesso restrito. Para o tema da etnografia, do qual não havia colecções constituídas, foi solicitada colaboração ao sr. João



Francisco Rosado Nunes Vidal, com apoio do então vereador da cultura, sr. José Luís Murta Ruivo. É neste campo que melhor se consegue perceber como este foi um museu nascido de dentro para fora, em que o museu, a autarquia e a população se interligaram como parceiros sociais, criando um espaço de identidade e memória comunitária.

A partir dessa altura tem início um amplo trabalho de recolha e pedidos de doação e empréstimo de peças e outros testemunhos etnográficos, dos quais, em certos casos, foram efectuadas réplicas a expensas da autarquia. A arte sacra foi, de acordo com o testemunho oral do sr. António M. Andrade, trazida da igreja de S. Tiago de Marvão, onde ao longo dos anos se reunira espólio proveniente de vários edifícios religiosos, por os mesmos não se encontrarem ao culto ou por questões de preservação dos objectos. Um outro conjunto de objectos de uso militar era já parte integrante da colecção reunida no museu do castelo.

O espólio que iria integrar o futuro Museu Municipal de Marvão estava assim definido, em resultado dos diversos conjuntos reunidos, abrangendo as temáticas da arqueologia, arte sacra, armaria e etnografia.

A localização, a arquitectura da povoação e a paisagem envolvente, faziam de Marvão um destino turístico, com um número crescente de visitantes, mas com escassa oferta cultural face a um património tão vasto. O próprio acesso ao castelo era, na altura que antecede a criação do museu, bastante condicionado, dependendo a sua abertura de um guarda residente, funcionário da autarquia. Nesta conjuntura o museu afigurava-se como uma estrutura fundamental no processo de dignificação e projecção exterior da vila de Marvão.

Impunha-se encontrar um espaço físico condigno para instalar o Museu Municipal, o que foi objecto de várias discussões por parte da equipa então constituída. A igreja de Santa Maria surge como o espaço mais adequado, atendendo à sua localização, num ponto de ligação entre a povoação e o castelo, pelo facto de não se encontrar ao culto, e pelo espaço ser suficientemente amplo para o fim proposto, permitindo a sua modelação conforme as exigências das colecções<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Ver planta geral da Igreja de Santa Maria – Anexo III

A utilização desta igreja fora já anteriormente, nos anos 70, sugerida pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para instalação de um museu de Arqueologia, o que não chegou a ser concretizado. O facto de, durante vários anos, mesmo durante o período em que decorreram obras na igreja, terem sido guardadas naquele espaço diversas peças arqueológicas, muitas das quais provenientes das ruínas da cidade romana de *Ammaia*, pesou para que a criação de um museu vocacionado para a arqueologia fosse a opção mais óbvia.

Na preparação das colecções a expor foram sendo acrescentados novos elementos, em concreto peças de armaria, de arte sacra e de etnografia, pelo que a vocação arqueológica inicialmente pensada se alterou, passando a reunir-se um conjunto de espólio mais heterogéneo. Estavam agora reunidas as condições para adaptar a igreja de Santa Maria, transformando-a num museu de identidade local, cujas colecções ultrapassavam o domínio da arqueologia.

Em acta datada de 13 de Maio de 1986<sup>25</sup> ficou registado que “ já foi contactado o Senhor Doutor Jorge Manuel Oliveira e que este se prontificou a instalá-lo, mediante uma avença remunerada, como conservador de museu. Mais informou que o referido Senhor Doutor tem planos para no mesmo edifício meter arqueologia, arte sacra, etc., e que o período máximo até à sua abertura deve ser de aproximadamente um ano.” A partir deste momento estavam criadas as bases para efectivamente nascer um espaço museológico na igreja de Santa Maria.

Na preparação do programa museológico e da adaptação do espaço, foram feitos vários estudos e propostas de acordo com realidades museológicas semelhantes à do futuro Museu Municipal de Marvão, tanto em termos de constituição das colecções como de tipo de espaço e dimensão.

As restrições financeiras do município continuavam a ser o maior entrave à criação do museu, pelo que todo o mobiliário (plintos e vitrines) necessário à montagem e exposição das colecções foi elaborado pelos serviços da autarquia marvanense. Em Abril de 1987 a câmara adquiriu madeiras e outros

---

<sup>25</sup> Anexo V - Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão. Início: 11/09/1984. Fim: 22/07/1986. Livro 18

materiais necessários à execução de vitrines, suportes para peças de grandes dimensões, bases para peças e mobiliário para a área de recepção ao visitante.

A divisão do espaço fez-se de acordo com o discurso museológico definido em programa prévio, que abrangia os já mencionados campos temáticos de etnografia, arte sacra, arqueologia e armaria. A par do espaço de acesso ao público, criaram-se áreas de acesso restrito, como um gabinete de direcção, instalado no coro alto da igreja, uma área reservada aos funcionários, com instalações sanitárias, e uma área de recepção ao visitante na entrada principal da igreja, o que levou a que este acesso fosse eliminado, optando-se por fazer a entrada pela porta lateral.

O espólio com que o museu abre por primeira vez ao público é constituído por: peças de etnografia, doadas ou cedidas temporariamente pela população do concelho; peças de arte sacra cedidas pela Santa Casa da Misericórdia de Marvão; colecções arqueológicas provenientes de campanhas de escavação no concelho e recolhidas nas ruínas da cidade romana de *Ammaia*; colecção de armaria. A sequência expositiva segue uma organização que tem início na colecção de arqueologia, passando pela de armaria, arte sacra e etnografia, conforme expresso em planta anexa<sup>26</sup>. Em traços gerais esta lógica de discurso expositivo tem sido mantida até hoje, com algumas adaptações pontuais em resultado da movimentação de colecções.

Em Novembro de 1987 é finalmente inaugurado o Museu Municipal de Marvão que, à semelhança de tantos outros museus nascidos nessa época, é da iniciativa do poder autárquico, tutelado directamente pela câmara municipal. Foi um museu nascido de dinâmicas locais, um projecto em que a autarquia e a população se interligaram como parceiros sociais, criando um espaço de identidade e memória comunitária.

A inauguração<sup>27</sup> ocorreu às 16.00h do dia 7 de Novembro de 1987, integrada no programa da Feira da Castanha e Festa do Castanheiro. O discurso inaugural, que a seguir se transcreve, proferido pelo primeiro director do museu e simultaneamente presidente da câmara, António Moura Andrade,

---

<sup>26</sup> Anexo IV – Divisão dos espaços no Museu Municipal de Marvão

<sup>27</sup> Anexo I – Foto 3 e 4

foi recuperado a partir dos apontamentos que o próprio redigiu para o acto e que reproduziu verbalmente 23 anos depois<sup>28</sup>:

“ Exm.º Sr. Governador Civil, Exm.º Sr. Bispo de Portalegre e Castelo Branco, Exm.º Sr. Presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, Exm<sup>as</sup> Autoridades espanholas e portuguesas, Exm<sup>os</sup> amigos autarcas, minhas Sr.<sup>as</sup> e meus Srs,

Em primeiro lugar apresentamos as nossas desculpas a todas as Vossas Exas., pela forma simples como fomos obrigados a proceder à inauguração do museu, mas em virtude de estar a decorrer nesta vila a Feira da Castanha, festa do castanheiro, cujo êxito se tem vindo a verificar de ano para ano, foram ocupados para o efeito todos os espaços livres existentes, não sendo possível, como seria nosso desejo, arranjar sala para a sessão solene que se impunha neste acto. Cumpre-me agradecer a todos a honra que me deram com a vossa presença, correspondendo assim ao convite que lhes foi dirigido para assistirem a este acto.

Com a inauguração que acaba de se efectuar fica o concelho de Marvão muito mais rico, pois a partir de agora já não podemos afirmar que já não temos nada para oferecer aos inúmeros turistas nacionais e estrangeiros que diariamente nos visitam senão aquilo que a natureza foi pródiga em nos dar: bons ares e óptimas paisagens. A partir desta data será portanto possível a todas as pessoas que se deslocarem à sempre leal e nobre vila de Marvão apreciar as maravilhosas peças que se encontram expostas neste museu. É um dia particularmente feliz da nossa vida porque apesar de todas as dificuldades surgidas, com especial relevância para as financeiras, que o município que presido normalmente atravessa, foi possível atingir o objectivo pretendido, cujo sonho há longos anos pretendíamos ver realizado e que finalmente se concretizou. Com esta obra foram conseguidos simultaneamente dois objectivos que consideramos extremamente importantes: o aproveitamento deste maravilhoso espaço dedicado à cultura e a criação do Museu Municipal de Marvão cuja falta se fazia sentir nesta terra de grandes tradições históricas. Quero aproveitar esta oportunidade para informar os senhores professores de todas as escolas e que aqui se encontram representados em número bastante considerável, que este espaço cultural está inteiramente ao vosso dispor para todas as visitas de estudo que pretendam organizar com os vossos alunos porque somos de opinião que todos devem ter conhecimento da riqueza que existe no nosso concelho, muito especialmente a juventude.

Finalmente uma palavra de profundo agradecimento para todas as pessoas que de qualquer modo contribuíram para a organização deste museu, porque sem a boa

---

<sup>28</sup> Anexo VI - Entrevista oral concedida pelo Sr. António Moura Andrade em 15 de Maio de 2010, no Museu Municipal de Marvão.

vontade de todos, sem qualquer excepção, não teria sido possível esta obra. Não posso, no entanto, deixar de mencionar o nome de três pessoas que empregaram todo o seu esforço, toda a sua dedicação, todo o seu saber, todo o seu dinamismo para que esta inauguração fosse hoje uma feliz realidade. Trata-se dos Srs. Doutor Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, João Francisco Rosado Nunes Vidal e José Luís Murta Ruivo, vereador da cultura.

Obrigado.”

A partir desta data o Museu Municipal de Marvão serve como espaço de recepção para as mais diversas entidades políticas, constituindo um ponto de passagem obrigatório na visita ao passado do concelho.<sup>29</sup>

Relativamente ao funcionamento do museu e aos recursos humanos com que é dotado, em 1987, o quadro de pessoal englobava o director do museu, também presidente da Câmara Municipal de Marvão, o Sr. António Moura Andrade, o conservador e responsável técnico, o Professor Doutor Jorge Oliveira e duas jovens enquadradas pelo programa OTJ (Ocupação de Tempos Jovens), que asseguravam a abertura do museu ao público. A um desses elementos, a sr.<sup>a</sup> Maria Manuela Mendonça Andrade, cabia a função de recepção e acompanhamento dos visitantes e a guardaria do museu. Atendendo a que desempenhava um papel fundamental ao assegurar o funcionamento do museu, e que dominava fluentemente as línguas espanhola, francesa e inglesa, fazendo o necessário enquadramento histórico a visitantes nacionais e estrangeiros, é apresentada e aceite uma proposta em reunião de câmara, para que lhe seja feito um contrato a termo, com início em 1 de Abril de 1988. Em Abril desse mesmo ano foi elaborado e colocado à consideração de Assembleia Municipal o Regulamento do Museu Municipal de Marvão e estabeleceu-se o preço das entradas (fixado em cem escudos), a figurar nos bilhetes que entretanto se mandavam imprimir. Um folheto sobre o museu e as colecções<sup>30</sup>, distribuído por primeira vez no dia da inauguração, disponibilizava informações técnicas e enquadrava o visitante quanto à realidade histórica de Marvão, para além das explicações orais dos funcionários. Foi desta forma, com um quadro de pessoal relativamente restrito, que o Museu Municipal de

---

<sup>29</sup> Anexo I – Foto 5 e 6

<sup>30</sup> Folheto reproduzido no anexo XV

Marvão iniciou a actividade de valorização, exposição e divulgação das suas colecções.

Em 1999, já no final do mandato em que se inaugura o museu, e para que a existência do mesmo fosse salvaguardada das vicissitudes resultantes da mudança das forças políticas dentro da autarquia, o então presidente da câmara abdica do seu cargo enquanto Director do Museu Municipal, transferindo-o para o conservador, elemento que estivera desde o primeiro momento associado à criação do museu e que não mantinha ligações político partidárias que pudessem comprometer a continuidade do projecto do museu. A nomeação do director resultou de uma proposta da Câmara Municipal de Marvão, submetida a votação em Assembleia Municipal, no âmbito da qual foi aprovada por unanimidade, pelo reconhecimento do trabalho realizado pelo conservador enquanto investigador e impulsionador do Museu Municipal.

Actualmente os recursos humanos afectos ao Museu Municipal de Marvão, com enquadramento profissional e qualificações técnicas distintas, constituem uma equipa de cinco pessoas. Dois funcionários a tempo inteiro, com vínculo permanente; não possuindo o museu um quadro de pessoal independente, estes funcionários pertencem ao quadro geral de pessoal da autarquia, possuem formação na área dos museus e integram-se nas carreiras técnicas (técnicos profissionais de museografia). Asseguram a abertura e funcionamento diários do museu e são responsáveis pela recepção dos visitantes, pelos serviços administrativos correntes, realizam visitas guiadas (sobretudo a público escolar), efectuam guardaria, e zelam pelo estado de conservação das colecções. A limpeza diária do espaço é assegurada por duas auxiliares de serviços gerais, com vínculo à Câmara Municipal de Marvão, sem outra formação na área dos museus, a não ser a experiência adquirida ao longo dos anos que ali têm desempenhado funções. São funcionárias com vínculo permanente à Câmara Municipal de Marvão.

Atendendo ao reduzido quadro de pessoal, o Director, nomeado desde 1999, é simultaneamente um director-gestor e um director-conservador, se bem que a autonomia em termos de gestão de recursos esteja condicionada pela entidade de tutela. Ao contrário de outras situações frequentemente verificadas em Portugal, sobretudo se atendermos à tutela político-administrativa deste

museu, o director não é nem o presidente, nem o vereador da câmara, mas um técnico qualificado com formação na área de História.

Em suma, do que foi possível recuperar da história recente do Museu Municipal de Marvão, ainda que num primeiro momento como entidade mista que reparte o espaço entre livros e objectos antigos, sabemos que a sua existência é anterior a 1939. Os responsáveis pela sua organização e conservação foram, numa fase inicial os párocos da freguesia de Marvão, ainda que não se conheça com rigor como foram reunidas as colecções então já existentes. Em 1953 encontra-se já em funcionamento um pequeno museu, mas é apenas em 1987, após a adaptação da igreja de Santa Maria, que se concretiza o projecto do Museu Municipal de Marvão.

A inauguração do Museu Municipal de Marvão significou, para além do concretizar de um projecto político, a identificação de uma população com o seu passado através do património histórico que a caracteriza e que o museu recolheu e expôs.

### **3.2.1 – CONSTITUIÇÃO E ORIGEM DAS COLECÇÕES**

Algumas das colecções inicialmente existentes no Museu Municipal de Marvão (em 1987) foram sendo integradas noutros núcleos museológicos que surgiram cerca de uma década depois da sua inauguração. Em finais dos anos 90 o núcleo de epigrafia romana do Museu Municipal de Marvão foi deslocado para a Fundação Cidade de *Ammaia*, quando em 2000 é inaugurado o museu da cidade romana. Também nesse ano foram transferidas peças de armaria para o Núcleo Museológico Militar, que foi instalado no castelo de Marvão. Este núcleo integra peças do Museu Municipal, do Museu Militar e da Liga de Combatentes e, em resultado das más condições de conservação que o edifício onde estava instalado apresentava, regressou em 2010 ao Museu Municipal de Marvão. À excepção do espólio entretanto deslocado para o museu da cidade romana de *Ammaia*, o Museu Municipal de Marvão mantém presentemente o espólio com que inaugurou, sendo significativo o conjunto de peças de arte sacra, sobretudo escultura, que se encontra em crescimento, fruto de uma política activa de incorporação de novas peças.

O espólio reunido para integrar a exposição permanente do Museu Municipal de Marvão teve origens diversas, de acordo com o campo temático e

características dos objectos, resultando tanto de colecções pré existentes como de colecções propositadamente constituídas para o museu.

O projecto museológico para o museu Municipal de Marvão foi delineado para as áreas temáticas da arqueologia e arte sacra, nas quais se enquadravam a maioria dos objectos musealizáveis, provenientes tanto de trabalhos arqueológicos como de depósitos de igrejas. A colecção de armaria foi também incluída em virtude da vocação defensiva e militar da fortaleza de Marvão. A vertente etnográfica foi acrescentada posteriormente, por determinação política, reforçando a participação e apego comunitário da população aos objectos que contam a sua história.

Uma parte significativa do espólio arqueológico, constituído pela colecção epigráfica proveniente da cidade romana de *Ammaia* estava reunida na câmara velha de Marvão, para onde foi levada a partir do castelo de Marvão, em resultado de obras aí realizadas nos anos 40 do século XX. Esse espólio era resultante de várias recolhas no terreno, por certo com conhecimento do maior proprietário dos terrenos onde se situavam as ruínas, o conde de Monsaraz, que em ofício datado de 1946<sup>31</sup> respondendo ao pedido da câmara municipal de Marvão, autoriza que sejam levadas dos seus terrenos as peças com interesse arqueológico, contribuindo assim para o aumento do espólio do Museu Municipal de Marvão, nome pelo qual designa o espaço expositivo do castelo de Marvão. Sabemos<sup>32</sup>, no entanto, que a boa vontade demonstrada pelo conde em colaborar com a autarquia encontrou por diversas vezes entraves na resistência da condessa em permitir sequer a entrada nas suas propriedades. Outra parte da colecção arqueológica, composta por materiais cerâmicos e líticos, resultou de trabalhos arqueológicos planeados, em antas, necrópoles e povoados do concelho, em concreto: Anta da Bola da Cera, Anta das Castelhanas, Anta da Cabeçuda, Anta da Figueira Branca, Anta dos Pombais, Anta da Tapada do Castelo, Anta da Laje dos Frades, Necrópole romana dos Pombais, Povoado da IIª idade do Ferro dos Vidais, Povoado das Lapas dos Vidais (neolítico/calcolítico).

A maioria destes materiais encontrava-se, em 1987, reunida em Santo António das Areias onde, desde o início dos anos 70 e por iniciativa privada, foi

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Jorge (2003), p.19

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Jorge (2003)



criado um pequeno espaço com características de museu, que abria a pedido dos interessados. Nele se reuniam variadíssimos fragmentos de peças arqueológicas, a grande maioria recolhidos à superfície nas ruínas romanas de *Ammaia*, por vezes à revelia do rendeiro que, por indicação da proprietária, a condessa de Monsaraz, conforme já referido, se recusava a permitir a recolha de quaisquer materiais. Este espaço depressa se tornou insuficiente para expor as colecções que, por acção de trabalhos de recolha de um grupo de jovens da povoação, eram continuamente acrescentadas. Tendo em conta esta necessidade, a Comissão de Moradores de Santo António das Areias, criada no pós 25 de Abril, acaba por ceder um espaço para museu no edifício da Telescola da povoação. Este museu estaria aberto à comunidade, funcionando com o apoio de colaboradores não remunerados, em concreto do GDIC (Grupo de Dinamização e Intervenção Cultural), que se forma em meados da década de setenta, constituído por jovens da terra e vocacionado para a inventariação e salvaguarda do património arqueológico. Começa como uma Secção Arqueológica do Grupo de Trabalho e Acção Cultural de Portalegre, que progressivamente vai ganhando autonomia. É sob a sua responsabilidade que é editado o primeiro folheto alusivo ao denominado “Museu Arqueológico de Santo António das Areias”, que incluía uma carta arqueológica do concelho, de acordo com o estado dos conhecimentos na época<sup>33</sup>. A par desta publicação, faziam-se alguns registos e estudos sumários dos materiais recolhidos<sup>34</sup>, a par do esforço de divulgação das colecções, que se materializa de forma marcada em 1974, com a primeira exposição arqueológica realizada em Marvão<sup>35</sup>, durante a festa anual em honra de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Estrela. Este grupo dedica-se também a realizar escavações arqueológicas, pelo que o espólio cresce rapidamente para o espaço disponível na Telescola, tornando-se imperativo um novo espaço de exposição. Uma das famílias mais influentes da localidade, a família Sequeira, chega a ceder uma casa com três salas no largo da igreja de Santo António das Areias, para que o museu se possa expandir. Contudo, o espaço que se vem a afigurar mais adequado para a instalação do museu é o

---

<sup>33</sup> No anexo XI reproduz-se o folheto do Museu Arqueológico de Santo António das Areias

<sup>34</sup> No anexo XII reproduz-se o estudo de uma epígrafe recolhida pelo Museu Arqueológico de Santo António das Areias

<sup>35</sup> Reproduz-se no anexo XIII o folheto informativo da I exposição arqueológica realizada em Marvão em 1974

antigo edifício da Escola Primária, actual Junta de Freguesia, que é reformulado para o efeito. Após conclusão das obras, e contrariando o projecto inicial, apenas uma sala é destinada a museu, sendo as restantes instalações destinadas aos serviços da Junta de freguesia de Santo António das Areias. Esta situação criou alguns constrangimentos de espaço para um museu em crescimento e originou o progressivo desinteresse dos elementos do GDIC, que com o tempo acaba por se dissolver.

Com o novo projecto de museu em Marvão, nos anos oitenta, o espólio museológico aí reunido é levado para o Museu Municipal de Marvão onde permanece actualmente. Parte desses materiais tinham já sido incluídos numa exposição realizada em Marvão em 1984, por ocasião da Festa do Castanheiro, da qual se elaborou um folheto alusivo<sup>36</sup>. Contudo, as peças de maior envergadura não foram conduzidas para o museu, mas redistribuídas por vários espaços em Santo António das Areias. Esses materiais eram uma coluna proveniente da cidade romana de *Ammaia*, um peso de lagar proveniente do local da Abegoa, em Marvão e uma tina de fazer sabão, em granito, que serve presentemente de floreira. Um capitel romano das Amoreiras e outro proveniente da *Ammaia*, encontram-se hoje no museu da cidade romana.

Relativamente ao conjunto de cabeceiras de sepultura medievais, encontrava-se inicialmente exposto no adro da igreja de Santa Maria, tendo sido colocado no seu interior nos anos 60 do séc. XX. Outra parte estava no cemitério existente na cerca do convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Estrela, onde os enterramentos terminaram na década de 50. Nessa altura em que o cemitério é extinto, as cabeceiras de sepultura que ali existiam, provavelmente associadas à antiga igreja do convento são levadas para o museu do castelo. Posteriormente são também depositadas na igreja de Santa Maria onde hoje se encontram.

A colecção de arte sacra é constituída a partir de duas peças existentes na igreja de Santa Maria: a escultura de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição e a de S. Bartolomeu decapitado, esta última recuperada durante obras de beneficiação no imóvel. Do convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Estrela e da igreja de S. Tiago, ambas

---

<sup>36</sup> Anexo XIV – Folheto da exposição arqueológica realizada em 1984, em Marvão

em Marvão, é proveniente o restante espólio. No convento existia um subterrâneo que serviu durante longos anos como depósito de materiais fora de uso, que incluía uma colecção de peças de arte sacra. Com autorização da Santa Casa da Misericórdia de Marvão, essas peças são levadas a título de empréstimo para o museu. Situação idêntica se verificou na igreja de S. Tiago, onde de um subterrâneo que servia de armazém de objectos danificados ou fora de uso, se recuperaram paramentos, candelabros e esculturas. Da sacristia desta igreja foram ainda levadas duas peças de arte sacra, em concreto um Cristo de grandes dimensões e uma representação do Padre Eterno.

O fundo etnográfico resultou da reunião de um conjunto heterogéneo de objectos e de algumas recolhas de tradições orais que complementaram a exposição. Os trajés foram maioritariamente doados, tendo a câmara promovido a realização de algumas réplicas de peças em mau estado de conservação. O rancho folclórico, que desde há vários anos fazia por iniciativa própria algumas recolhas, contribuiu também para o enriquecimento do conjunto, emprestando algumas peças. Para representar o trabalho realizado nos fornos de produção de cal da Escusa foram recolhidos alguns objectos de trabalho do local e desenhos ilustrativos da actividade. Fruto de recolhas de terreno e tradição oral, constituiu-se um pequeno núcleo dedicado às ervas medicinais. O encerramento de várias escolas primárias proporcionou alguns objectos representativos do ensino e educação, com os quais se constituiu outro pequeno núcleo.

Para além dos objectos especificamente enquadráveis no campo da arqueologia, arte sacra e etnografia, criou-se um núcleo de armaria, composto pelas armas da última guarnição do castelo de Marvão (1866), pesos do reinado de D. Manuel que se encontravam guardados no edifício da C.M.M. e algumas reproduções de plantas do séc. XVIII /XIX. Duas peças de artilharia naval do séc. XVIII, da armada portuguesa, integram ainda a colecção. Durante vários anos montadas num baluarte do castelo de Marvão, estão presentemente no Museu Municipal. De acordo com informação oral do director do museu, são provenientes do Museu Militar de Lisboa, dadas em troca de duas outras peças que foram levadas para o castelo de S. Jorge.

Presentemente o Museu Municipal de Marvão conta entre as suas colecções com um conjunto significativo de peças de arte sacra, sobretudo escultura, a qual tem vindo a aumentar, fruto de aquisições provenientes da colecção de Rui Sequeira, ao qual foram compradas 60 imagens de Nossa Senhora. Mantém ainda o espólio arqueológico resultante de trabalhos de escavação no concelho e o espólio etnográfico com que inaugurou em 1987. Já em 2010, recebeu de volta a colecção de armaria, em resultado da dissolução do Núcleo Museológico Militar do castelo, por falta de condições ambientais que assegurassem a correcta preservação dos materiais.

O espólio do Museu Municipal de Marvão abrange assim áreas temáticas distintas como a arqueologia, arte sacra, etnografia e armaria, sendo a quase totalidade dos objectos provenientes do concelho de Marvão.

## 4- COLECÇÕES E INVENTÁRIO

### 4.1 - CARACTERIZAÇÃO DAS COLECÇÕES

As colecções do Museu Municipal de Marvão podem ser divididas em quatro grandes campos temáticos, representados por materiais específicos:

Etnografia: Traje; Bordados; Medicina tradicional (ervas e mezinhas)

Arqueologia: Pré – História (cerâmica, líticos, metais); Romano (cerâmica, vidro, metal); Medieval (cabeceiras de sepultura)

Arte sacra: Pintura (sobre madeira; mural); Escultura (terracota policromada, pedra, madeira)

Armaria : Armas de fogo, documentação.

Para facilitar o trabalho de, numa fase posterior, definir critérios que tivessem em linha de conta todos os testemunhos a inventariar, efectuou-se um levantamento mais preciso dos materiais, dentro de cada campo temático. Esta sistematização não foi feita peça a peça, mas por conjuntos de objectos com relação funcional, cronológica ou tipológica entre eles, o que facilitou a sua organização na fase de definição de regras orientadoras e de campos a incluir na ficha de inventário.

Campo temático	Etnografia	
Constituição das colecções	- Traje	Roupa interior, vestidos de baptismo, peças de bragal, vestidos de noiva, fatos de festa, coletes, sapatos, carteira.
	- Quadros bordados	Bordado com casca de castanha e bordados com ponto de cruz, com fotografia incluída na composição.
	- Bandeira	Representação de Nossa Senhora da Estrela.
	- Bolsas	Bolsas de escola, bolsas de retalhos, bolsas de madrinha.
	- Flores de papel	Pertencentes a andores, da “mesa do Senhor”.
	- Manta e capote	Provenientes da fábrica do

		engenho da lã.
	- Utensílios para fabrico da cal	Provenientes das caleiras da Escusa.
	- Testemunhos associados a crenças e superstições	Pedra para afugentar as invejas, ferradura da sorte, candeia, prato, lenço, cestas com ervas medicinais, mezinhas.
<b>Campo temático</b>	<b>Arqueologia</b>	
Constituição das colecções	Período Pré e Proto – Histórico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mó (movente e dormente)</li> <li>- Machados de pedra polida</li> <li>- Pontas de seta</li> <li>- Elementos de colar</li> <li>- Ocre vermelho</li> <li>- Cristal de quartzo</li> <li>- Geométricos de corte</li> <li>- Figura zoomórfica</li> <li>- Lascas, seixos, raspadores</li> <li>- Núcleos</li> <li>- Percutores</li> <li>- Bifaces</li> <li>- Lâminas</li> <li>- Lamelas</li> <li>- Cerâmica</li> <li>- Ídolos-placa</li> <li>- Pesos de pesca</li> <li>- Pesos de tear</li> <li>- Moeda</li> </ul>
	Período romano	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ânforas</li> <li>- Lucernas</li> <li>- Fragmento de epigrafe em mármore</li> <li>- Cerâmicas (finas e comuns)</li> <li>- Vidros</li> <li>- Metais (pregos, argolas, anzóis, moedas, objectos de adorno em bronze, pesos de chumbo, picareta)</li> <li>- Osso (alfinetes, agulhas)</li> </ul>
	Período medieval	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cabeceiras de sepultura</li> </ul>

Campo temático	Arte sacra
Constituição das colecções	- Escultura - Pintura (mural e sobre madeira) - Paramentos
Campo temático	Armaria
Constituição das colecções	- Armas de fogo - Armas brancas - Vestuário militar - Ferraduras - Adornos para cavalos

As colecções actualmente existentes não são exactamente as mesmas com que abriu em 1987. Em momentos diferentes e em resultado da própria dinâmica do Museu e do surgimento de outras entidades museológicas no concelho, o espólio original foi-se dispersando. Conforme já referido, o espólio da cidade romana de *Ammaia* foi deslocado para um pólo entretanto criado no sítio arqueológico e a armaria, ainda que temporariamente, passou a integrar o núcleo militar do castelo.

O deslocar destas colecções para outros locais reduziu o acervo do Museu Municipal de Marvão, mas simultaneamente, ao libertar espaços, permitiu a aquisição de novas peças, em concreto no campo da arte sacra.

#### 4.2 - SISTEMA DE INVENTÁRIO VIGENTE

Embora não exista um inventário sistemático das colecções, há registos dos materiais em exposição, materializados no livro de entrada das peças, com referência simplificada à designação da peça, à data de entrada no museu e à propriedade da mesma.

A observação atenta das colecções permitiu verificar que em determinado momento se tinha realizado não tanto um inventário rigoroso, mas um registo de materiais, para além do documento simplificado de entradas. Esse registo é visível em algumas peças pertencentes aos campos temáticos da arqueologia e da etnografia. Com efeito, todos os testemunhos etnográficos possuem ficha

identificativa, manuscrita em papel e cosida ou pregada às peças. Em algumas situações essa ficha é visível e serve de identificação da peça, incluindo os seguintes campos:

- Designação da instituição: Museu Municipal de Marvão
- Designação do objecto
- Proveniência
- Processo de entrada
- Nome e morada
- Data (data da incorporação)
- Registo (data de registo da informação)



As peças arqueológicas estão directamente marcadas com códigos diversos. A título de exemplo, uma das cabeceiras de sepultura apresenta uma marcação a tinta da china preta, com o código MMM 29/L 29<sup>37</sup>; A correspondência entre este código e um registo escrito não existe, mas calcula-se que MMM corresponda a Museu Municipal de Marvão, embora se desconheça qual o critério da atribuição e o significado do restante código alfa-numérico.

Um outro código alfa numérico está associado a este tipo de peças. A título de exemplo, a marcação de um percutor é BC – P – 21<sup>38</sup>. As duas primeiras letras correspondem ao local de proveniência do material, neste caso a anta da Bola da Cera. “P” corresponde à quadrícula e “21” é a numeração sequencial atribuída aos materiais recolhidos nesta anta.

O código de identificação dos materiais arqueológicos, à excepção das estelas funerárias, corresponde a um registo de campo, anterior à definição de um código de inventário do museu, pelo que não contempla a inscrição das iniciais da instituição de pertença, neste caso o “MMM”.

---

<sup>37</sup> Anexo I, foto 7

<sup>38</sup> Anexo I, foto 8



As peças de arte sacra não têm número de identificação, mas é feita referência à sua designação, cronologia e propriedade, em ficha sumária própria<sup>39</sup>, para além de estarem registadas no livro de entradas do museu.

As peças de armaria possuem inventário próprio, efectuado para o Núcleo Museológico Militar de Marvão criado no castelo de Marvão, em que o número marcado na peça corresponde a uma ficha desenvolvida<sup>40</sup>, que inclui os seguintes campos: N.º da peça; Designação; Datação; Função; Descrição, Dimensões; Materiais de construção; Estado de Conservação; Proveniência, origem; Registo de intervenções; Fotografia.

Exceptuando as peças do núcleo militar, todos os outros objectos, mesmo aqueles que possuem algum código de identificação, não encontram correspondência em fichas de inventário, apesar de ter sido estruturada uma ficha que não chegou a ser aplicada. Essa ficha para inventário encontra-se em suporte de papel e define os campos essenciais do inventário museológico. Foi concebida em formato A4, para ser preenchida na horizontal, de ambos os lados da folha. A parte da frente, no canto superior esquerdo, destina-se à identificação do museu; no canto superior direito destina-se à identificação sumária do objecto, que engloba:

Código	N.º de ficha
N.º Inventário	
Proc. n.º	
N.º da colecção	

A restante página está dividida ao meio e integra um campo para a fotografia e/ou desenho do objecto e outro para a descrição da peça e forma de ingresso:

Fotografia/desenho	Designação
	Classificação genérica
	Origem
	Descrição
	Forma de ingresso

<sup>39</sup> Anexo I, foto 9

<sup>40</sup> Anexo VII, exemplo de ficha de inventário do Núcleo Museológico Militar de Marvão

	Escavação	Prospecção	Depósito
	Oferta	Compra	Doação
	Data		Preço
	Nome e morada:		
	Material		
	Época		
	Dimensões		
	Comp.	Larg.	Alt.
	Esp.	Peso	Diâm.

O verso da ficha de inventário pretende reunir a informação acerca da história do objecto:

Estado de conservação	HISTÓRIA DO OBJECTO	Proveniência		
		Estação arqueológica		
Tratamento laboratorial		Campanha	Quadrado	
		Nível X ----- Y ----- Z -----		
Outros		Data de recolha	Registou	
		Observações		
Bibliografia		Título		
		Tema/decoração		
Função		Local de exposição		
		Data de ingresso		
Observações		Origem geográfica		
Reproduções		Local de execução		
		Localização administrativa: Freguesia – Concelho – Distrito – País -		
Gaveta		Caixa	Preencheu	Em:
Rolo		Carreto	Reviu	Em:
Negativo	Diapositivo	Reviu	Em:	

## **5 - PROPOSTA DE INVENTARIAÇÃO**

Em termos quantitativos, o conjunto de objectos arqueológicos é o mais significativo nas colecções do museu, pelo que em diversas situações me debrucei especificamente sobre o campo temático da arqueologia. No entanto, a abordagem efectuada pretende ser global, permitindo traçar linhas orientadoras para o inventário da totalidade das colecções do museu Municipal de Marvão, ainda que com as necessárias adaptações em função da especificidade dos objectos.

### **5.1.1 – INVENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO**

Tendo como base reflexiva as noções de “documentação incorporada” e “documentação de registo”, bem como os objectivos fulcrais desta última, que são a recolha, a organização e a disponibilização de informações relativas aos museus e às suas colecções, incluiu-se na ficha de inventário um conjunto de campos que permite reunir o maior número de dados possível. Torna-se importante tecer algumas considerações sobre este assunto, para que sejam definidos quais os elementos auxiliares para a história das colecções, que deverão ser analisados e registados durante o processo de inventariação dos objectos. Este trabalho teve presente a já mencionada legislação portuguesa em vigor, sobre as questões do inventário e documentação.

Também nos objectivos culturais definidos para o Museu Municipal de Marvão, contemplados no documento síntese que estrutura as normas de funcionamento do museu (Cap.II, Art.º 7, n.º 3, a))<sup>41</sup>, é realçada a promoção do “ inventário, estudo, classificação e recuperação do património, sistematizando informaticamente a informação recolhida”, prevendo-se em termos concretos de inventário, a inventariação geral de todos os bens culturais existentes, o registo de novas aquisições e a criação do catálogo em forma de fichas informatizadas (Cap. III, Art.º 12).

A Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto – Lei Quadro dos Museus portugueses, define um conjunto de disposições e de princípios de política museológica, em

---

<sup>41</sup> Normas de funcionamento do Museu Municipal de Marvão, Câmara Municipal de Marvão, 2007.

complemento e articulação com a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

A secção IV da Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto) especifica os conteúdos do inventário museológico e define-o como obrigatório para os bens culturais incorporados. Define ainda de que forma a documentação associada deve ser relacionada com os bens museológicos. A documentação que integra o historial dos bens museológicos, seja incorporada, ou documentação de registo, decorrente do próprio processo de incorporação, deverá ser preservada e gerida de forma a que a informação nela contida seja disponibilizada.

De acordo com o Artigo 16º da referida Lei, intitulado “Inventário museológico”, o acto de inventariar aplica-se a todos os bens culturais que integrem um acervo, independentemente da forma como foram incorporados. O objectivo visado é a identificação dos bens museológicos, individualizando-os perante um conjunto.

Os elementos que constituem o inventário museológico são o número de inventário e a ficha de inventário museológico, recomendando-se no Artigo 17º da mesma Lei que estes registos sejam tratados informaticamente.

A atribuição de uma numeração aos objectos museológicos compreende a definição rigorosa de critérios operacionais em função da natureza dos próprios objectos. A identificação das peças é apenas um momento de um processo complexo. A par da identificação, é necessário proceder a uma individualização da peça, e à atribuição de um código único e irrepetível.

A ficha de inventário é um documento que integra e regista a informação relativa aos bens culturais, possibilitando reunir informação dispersa. Nela deverá constar a numeração da peça a que faz referência para uma mais fácil articulação entre a peça e a informação desenvolvida nesta ficha.

A adopção de meios informáticos veio facilitar a procura de dados e a disponibilização de informação, simplificando a pesquisa e dando celeridade às anteriores consultas manuais. Em muitos museus, por razões relacionadas com a falta de pessoal técnico ou de tempo disponível, a informação foi-se acumulando e ficou por tratar, originando lacunas e graves erros de inventário de materiais.

As bases de dados representam neste processo um elemento fundamental na organização e gestão de acervos e documentação. Atendendo contudo aos meios técnicos disponíveis em grande parte dos museus portugueses, a legislação permite o preenchimento manual de fichas de inventário, ao mesmo tempo que determina que os museus se deverão dotar de equipamentos e condições necessárias ao seu preenchimento informatizado. Um vasto leque de possibilidades de pesquisa resulta da transformação dos sistemas de registo manuais em sistemas de registos digitais, com a inclusão de imagens, som e vídeo, de pesquisas múltiplas automáticas e da disponibilização de dados a um conjunto mais alargado de utilizadores, já no plano da Web.

Reforçando a necessidade de aplicação de meios informáticos, no Artigo 20º da já citada Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto, intitulado “Informatização do inventário museológico”, define-se que “o inventário museológico informatizado articula-se com outros registos que identificam os bens culturais existentes no museu em outros suportes”, se bem que não dispense a existência de um livro de tombo, numerado sequencialmente e assinado pelo director do museu. O Artigo 21º da mesma Lei, relativo à contratação da informatização do inventário museológico, contempla a integração de meios humanos especializados para a realização deste inventário, no caso das instituições não possuírem pessoal em número suficiente ou com preparação adequada. O contrato a efectuar, em caso de ser externo, deverá contemplar obrigatoriamente cláusulas de confidencialidade, com vista à segurança das informações e dos próprios materiais inventariados.

A gestão documental incide sobre objectos incorporados e documentação de registo produzida pelos museus, tanto em contexto manual como em contexto informático. A documentação gerida em contexto manual passou progressivamente a ser gerida em domínio informático, pelo que a Lei 47/2004 de 19 de Agosto reforça o tema da informatização dos conteúdos.

Toda a documentação produzida pelos museus, sejam eles públicos ou privados adquire o estatuto de património arquivístico de interesse nacional, conforme definido no artigo 26º da Lei anteriormente citada - “Classificação como património arquivístico”. Nesta categoria integram-se os instrumentos de registo manuais e dactilográficos, que poderemos definir como:

- Registos de campo e de pré inventariação – que contêm informações de terreno como recolha de testemunhos orais ou materiais. Constituem uma primeira identificação e individualização dos testemunhos recolhidos e são uma base de apoio para futuras referências e descrições mais completas. Correspondem muitas vezes a uma pré inventariação e a um pré registo das informações de campo sobre os objectos ou outros testemunhos. No caso dos objectos arqueológicos, inclui-se toda a documentação produzida durante os trabalhos de campo, como os cadernos de campo ou outros elementos gráficos e fotográficos de terreno. No âmbito do inventário das colecções arqueológicas do Museu Municipal de Marvão, a recolha destes dados reveste particular importância para a contextualização dos objectos.

- Livro de inventário – este instrumento constitui uma primeira identificação e registo dos testemunhos incorporados e tem como objectivo garantir a segurança do espólio, o seu controlo e a definição rigorosa da sua propriedade. Os dados que geralmente figuram neste livro são: o número de registo da peça, a data de ingresso, o nome do objecto, uma descrição sumária e classificação genérica, a forma de incorporação, a proveniência, historial do objecto e um campo reservado a observações. A tarefa de inventariar é descrita como um dever perante a lei, de acordo com o Artigo 15º da Lei 47/2004 de 19 de Agosto. No caso concreto do Museu Municipal de Marvão, a documentação existente é o livro de entradas das peças, com informação sumária sobre as mesmas.

- Ficha de inventário – Este registo contém a informação abreviada acerca do objecto, mas permite a articulação entre vários tipos de documentos produzidos acerca do objecto, possibilitando estudos mais exaustivos. A proposta de ficha de inventário para o Museu Municipal de Marvão pretende atingir este objectivo através dos vários campos propostos, funcionando em si mesma como uma ferramenta de gestão e cruzamento de informação.

- Fichas classificatórias metódicas ou índices – permitem efectuar consultas a partir de formulários simplificados. Referenciam as características dos testemunhos classificados e permitem a localização dos objectos nas instalações dos museus, fazendo normalmente menção ao corredor, estante, contentor ou volume em que se fez a sua arrumação. O Museu Municipal de Marvão não possui material em reserva, mas o facto de poderem ser

incorporados novos materiais ou reformulada a exposição actual, leva-nos a incluir este tipo de referência na ficha de inventário.

- Registos de documentos sonoros, filmicos ou iconográficos – Estes registos permitem, à semelhança das fichas classificatórias, a pesquisa de informação, articulando-se com o registo básico de inventário. Como forma de facilitar a pesquisa e a rápida identificação dos testemunhos, contêm por vezes cópia da documentação original. Estes registos têm vindo progressivamente a ser informatizados, o que permite uma pesquisa mais célere, e uma maior preservação dos documentos originais que são reproduzidos em registos sonoros ou visuais e consultados através de um computador, evitando o seu manuseamento.

- Registos sectoriais – Recolhem a informação relativa aos museus e às suas actividades e disponibilizam-na como elemento de estudo. Todas as acções produzidas nos vários sectores dos museus (inventário, restauro, serviço educativo, exposição, ateliers, etc) ficam registadas, permitindo estudar as actividades desenvolvidas pelo museu, acedendo à informação e ao sector de análise pretendido. No Museu Municipal de Marvão não existe um serviço autónomo de inventário ou restauro, mas são feitas exposições temporárias e desenvolve-se trabalho educativo com as escolas do concelho, o que significa a produção de documentação relativa à actividade da instituição.

- Dossiers ou processos técnicos – Integram toda a documentação produzida acerca dos testemunhos incorporados, e organizam-se segundo critérios pré definidos, em geral por colecções, sítios arqueológicos ou mesmo por peças ou outros testemunhos não materiais. Têm geralmente índices que facilitam a consulta destes processos e nos permitem obter uma visão de conjunto do percurso dos testemunhos, antes, durante e após o processo de incorporação.

Outros elementos como etiquetas ou etiquetas-ficha são também instrumentos de registo de informação, embora repitam dados registados noutros locais. Funcionam sobretudo como registos de carácter provisório, técnica de marcação indirecta ou elemento reforço de segurança na identificação de objectos. Conforme já referido na caracterização sumária das colecções de etnografia do Museu Municipal de Marvão, as fichas associadas constituem um elemento informativo essencial.

Da mesma forma, os folhetos produzidos por ocasião de exposições temporárias, onde se elencam em forma de inventário os materiais expostos (facto que ocorre no caso em estudo), enquadram-se na categoria de documentação incorporável no sistema informativo do museu.

Todos os instrumentos de registo captam informação de índole disciplinar e temática, permitindo operar o enriquecimento de dados acerca dos testemunhos. O acompanhamento das colecções e das actividades produzidas em torno delas são informações relevantes no processo de gestão das colecções. A documentação de registo pode ser integrada no próprio museu. No caso do preenchimento de uma ficha de inventário, esta ficha é considerada material de registo; no caso do testemunho ser uma gravação, pode ser material incorporável.

Todos os registos documentais, independentemente de se tratar de documentação incorporada ou documentação de registo, da data e do suporte material, são elementos protegidos por lei, daí que o já referido Artigo 26º da Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto determine a sua classificação como património arquivístico.

A desclassificação desta documentação terá que revestir a forma de Decreto de Governo. No caso concerto da extinção de um museu, este património arquivístico será conservado no Instituto Português de Museus, que se responsabilizará pela sua preservação e gestão.

Os artigos abrangidos pela Secção IV da Lei-quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto) pretendem definir linhas de orientação no processo de inventariação e documentação de bens culturais incorporados, conferindo especial importância ao património arquivístico constituído por toda a documentação produzida acerca dos testemunhos museológicos.

#### **5.1.2 – ATRIBUIÇÃO DE NÚMEROS DE INVENTÁRIO**

A importância da atribuição do número de inventário, que funciona como bilhete de identidade da peça, levou-me a reflectir sobre possíveis critérios de numeração compostos ou seccionados. A opção final por uma numeração de inventário para o Museu Municipal de Marvão, para além de discutida com o director do museu, teve por base esta reflexão.



Deu-se particular destaque aos objectos arqueológicos, atendendo a que representam em termos numéricos, a fatia mais expressiva das colecções do Museu Municipal de Marvão, e porque a gestão da informação levanta alguns problemas que não se colocam aos restantes objectos.

Os modos de organização possíveis da numeração de inventário estão directamente ligados ao tipo de materiais e aos objectivos visados pela entidade museológica. Codificar a identificação de um objecto implica equacionar quais os critérios que melhor se adequam ao objectivo pretendido que, em última instância, será a disponibilização de informação. Não são por isso consensuais os critérios de numeração adoptados pelas diversas instituições museológicas, nem a normalização desses critérios se afigura fácil se tivermos em consideração as várias tipologias de objectos, as diferentes proveniências, os contextos de recolha ou aquisição e as políticas de incorporação e documentação próprias de cada museu.

A atribuição de numeração aos objectos não depende pois de critérios únicos universalmente aceites e adoptados. A numeração pode ser de tipo neutro, tanto numérica como combinatória, fornecendo o mínimo de informações acerca do objecto, ou transmitir um maior número de informação, recorrendo-se neste caso a registos compostos ou seccionados. Também neste segundo tipo de numeração as escolhas podem variar, optando-se pela composição da numeração em diversas partes, geralmente bipartida, tripartida ou quadripartida.

O tipo de numeração composta ou seccionada é utilizada como base da organização da maioria dos registos, integrando duas ou mais componentes associáveis entre si. Permite manter o carácter sequencial da numeração dos objectos e compreende um conjunto variável de informações conforme os objectivos que se visa alcançar.

A utilização exclusiva de números como critério de numeração, em concreto do binário sequencial, permite simplificar ao máximo e tornar imediata a informação básica sobre o objecto. A não repetição do número atribuído à peça, mesmo que se trate de entradas em anos diferentes, permite um controlo rigoroso do total de peças existentes, facilitando a sua contagem em caso de baixas ou da incorporação de novas peças.

A utilização de um número único para cada objecto visa a segurança das colecções ao longo do seu percurso de vida, sejam empréstimos, aquisições, representação em catálogos e publicações, acções de conservação e restauro e estudos específicos. Este facto não impossibilita a atribuição temporária ou provisória de números de referência em situações como a recolha de objectos ou o seu empréstimo para fins diversos. No caso de integrarem uma exposição e de figurarem num catálogo, é normalmente atribuído um outro número ao objecto, sem no entanto deixar de figurar aquele com que foi inventariado na instituição de origem. Este tipo de numeração única simplifica a informação relativa ao objecto, que poderá ser complementada com vários tipos de documentação a disponibilizar pelo museu, como estudos de materiais, registos de campo, fotografias e registos gráficos.

Contudo, poderá justificar-se a utilização de outro tipo de numeração, composta de várias partes, que inclua a utilização de letras em articulação com números. Os critérios alfa numéricos, apesar de tornarem a numeração mais extensa e complexa são utilizados com alguma frequência, sobretudo em situações em que as letras se referem directamente ao nome de um sítio ou local de proveniência, sendo essa informação relevante na associação ao objecto.

Na numeração tripartida, a indicação do ano de incorporação figura normalmente no início, sendo introduzido no espaço intermédio o número da colecção, seguido do número individualizador do objecto. Esta numeração poderá também ser útil na organização de registos e na gestão das colecções, se bem que o código se torne mais extenso e por isso nem sempre se justifique.

A numeração quadripartida é frequentemente utilizada na gestão de espólios arqueológicos, cuja incorporação nem sempre é imediata. Reflecte sobretudo informações do local e contexto de proveniência dos objectos, embora em determinadas situações figure também a indicação do ano de incorporação.

No caso dos objectos arqueológicos do Museu Municipal de Marvão a numeração é ainda mais simples. Retome-se o exemplo de uma peça proveniente da anta da Bola de Cera, marcada com A.B.C., seguida de um número sequencial dentro do universo de objectos provenientes desse sítio.

Este critério simplifica bastante a informação e cria uma relação imediata entre o local de proveniência e o objecto, ao mesmo tempo que permite quantificar rapidamente o número total de objectos desse sítio.

No caso específico dos objectos arqueológicos, a atribuição de números de inventário é feita de acordo com critérios variados que reflectem diferentes políticas de tratamento da informação. A título de exemplo, um museu “A” poderá usar o critério “complexo” no registo da proveniência do objecto, para indicar a sua proveniência dentro do sítio arqueológico, enquanto que o museu “B” utilizará apenas o número da sondagem e unidade estratigráfica de um sítio arqueológico. Estas opções são legítimas desde que sirvam os objectivos das instituições, ainda que a sua interpretação por terceiros necessite de um enquadramento complementar.

O inventário de materiais tem que ser pensado em função da especificidade dos objectos, sendo necessariamente diferente a inventariação de uma colecção de lâminas de sílex, por exemplo, ou de uma colecção de pinturas, faianças ou ourivesaria, onde as informações principais não se prendem tanto com os contextos de proveniência como no caso das primeiras.

O facto do espólio recolhido numa escavação arqueológica estar frequentemente fragmentado, disperso e incompleto, coloca algumas dificuldades na sua gestão, arrumação e numeração. Se a numeração atribuída a cada objecto é única e irrepetível, no caso de fragmentos de objectos para os quais não existe qualquer conexão, há que definir critérios de registo. As opções normalmente tomadas são: numerar individualmente os fragmentos ou numerar conjuntos de fragmentos atribuindo-lhes a mesma numeração. Esta segunda opção, se por um lado permite grande economia de tempo e de espaço, ficando vários fragmentos reunidos num mesmo volume, por outro não os individualiza. Se durante um projecto de estudo de materiais o investigador necessitar de se referir especificamente a um fragmento, terá de definir de que forma o distinguirá de um conjunto de outros fragmentos (que poderão ser várias dezenas) todos com a mesma numeração, com a mesma atribuição tipológica e com a mesma forma.

Se o número atribuído a cada peça, ou neste caso concreto de objectos arqueológicos, a cada fragmento é único, devendo estar em associação ao objecto sempre que a este se faça referência, a opção pela numeração de

conjuntos de fragmentos pertencentes a peças distintas apresenta alguns problemas. Este critério é, no entanto, legítimo, quando se trata de várias centenas ou milhares de fragmentos de difícil atribuição tipológica e funcional.

Numa perspectiva pessoal, e por uma questão de rigor da informação, todos os fragmentos desconexos devem ser marcados com uma numeração individualizadora, ainda que esta opção se torne morosa e por vezes pouco prática, sobretudo quando se trata de marcar várias centenas de fragmentos.

No entanto, a gestão de informação e os critérios de arrumação nas reservas de Arqueologia serão sempre subjectivos em função da equipa responsável pela sua organização. Esta situação continuará a ocorrer, apesar das propostas de inventário de vários tipos de materiais, orientadas pelo anterior Instituto Português de Museus, actual Instituto dos Museus e da Conservação. O seu carácter de proposta e logo, não vinculativo, deixa em aberto múltiplas possibilidades de inventariação.

Ainda relativamente ao espólio arqueológico, o tipo de numeração a atribuir terá que considerar aspectos como o espaço que a numeração possa ocupar, o que muitas vezes torna impraticável a sua marcação directa sobre fragmentos de dimensões reduzidas, tal como a própria relevância dessa informação.

Embora se possa recorrer a vários tipos de marcações, directas ou indirectas, e solucionar o problema das dimensões do objecto face à inscrição do número de referência, o ideal será a numeração figurar no objecto, evitando desprendimento de etiquetas ou trocas de embalagens de acondicionamento e logo, equívocos na identificação das peças.

Concretizando o que poderá ser a numeração a atribuir a um objecto desta natureza, se o considerarmos para fins de estudo e da manipulação frequente que isso implica, conjuntamente com outros objectos de proveniências diferentes, o ideal será que tenha inscrito o local de origem, a data da campanha, a sua proveniência dentro do contexto arqueológico e a numeração individual.

Por uma questão de operacionalidade na obtenção imediata de várias informações, poderá efectuar-se um registo em quatro partes. Exemplificando: XX/01[2]0024, sendo que as letras iniciais do registo correspondem ao local de proveniência; o traço oblíquo faz a separação do ano da campanha em que o

objecto foi recolhido; entre parênteses recto figura o número da unidade estratigráfica de onde o objecto procede; por último o número atribuído à peça dentro da unidade de recolha.

Este critério alfa-numérico permite que de uma forma imediata, desde que se tenha previamente conhecimento do significado das várias partes, se aceda a uma quantidade de informação considerável. O objectivo visado foi que a numeração reflectisse o sítio arqueológico de origem (XX) e o ano em que essa peça foi recolhida (01, que corresponde ao ano 2001), uma vez que num mesmo sítio arqueológico podem decorrer várias campanhas de escavações. Neste caso concreto realiza-se apenas uma campanha anual, pelo que cada ano que é registado corresponde a uma campanha.

Este tipo de informação é importante para efectuar a ligação à informação complementar (registos de campo vários) organizada por ano de campanha. Desta forma, as informações recolhidas sobre aquele objecto encontram-se disponíveis na documentação arquivada com a data de 2001. O mesmo se aplica ao número inscrito entre parêntesis recto, que indica a unidade estratigráfica de recolha do objecto. Esta informação é imprescindível quando se efectua um estudo em que a atribuição cronológica da peça está, por exemplo, dependente de outros objectos que surjam associados. Desta forma, todas as peças em cuja numeração figure a unidade estratigráfica 2, são pertinentes para o estudo em questão. A disponibilização desta informação será tanto mais eficaz quando introduzida numa base de dados informática que permita a identificação da peça e a sua localização exacta (geralmente organizada por contentor e volume) dentro da reserva de arqueologia.

No último espaço da numeração foi inscrito o número individualizador da peça, neste caso 0024. Atendendo a que o espólio proveniente do sítio arqueológico identificado com as iniciais XX é composto por vários milhares de fragmentos, como ocorre com outros sítios arqueológicos cujo espólio se encontra também nessa reserva, a numeração corresponde a critérios pré definidos. Optou-se por atribuir uma numeração sequencial no último espaço, mas apenas dentro de cada unidade estratigráfica. Isto significa que se a última peça inventariada da [2] for 0050, a primeira peça inventariada que provenha da [3] será o número 0001 e a segunda 0002.

Neste exemplo não figura a data de incorporação, sendo esse um dado adicional disponibilizado complementarmente. Seria contudo possível optar por colocar o ano de incorporação na numeração, pondo o ano do trabalho arqueológico como informação complementar.

Um outro exemplo, de um museu de arqueologia que optou por não se identificar, mostra a diferença de opções quando se trata de definir critérios de numeração. Neste caso, a numeração adoptada para os objectos é apenas numérica e tripartida. A título de exemplo, a marcação efectuada directamente numa cerâmica foi: 40/02/1630. O primeiro campo corresponde ao código do sítio arqueológico (40), o segundo ao ano de recolha do objecto (02) e o terceiro ao número do objecto (1630). Este critério não permite de forma imediata identificar o sítio de proveniência do objecto, a menos que se conheçam previamente as correspondências dos códigos, registadas em dossier próprio. Permite contudo economia de espaço em relação à utilização de letras, normalmente dois, três ou mais algarismos.

No segundo campo foi colocado, tal como no exemplo anterior, o ano de recolha do objecto. No terceiro campo colocou-se o número de registo individual da peça, que é sempre sequencial, independentemente do local de proveniência e do ano de recolha ou incorporação. Mesmo que a peça em questão fosse a última do sítio com o número 40, a peça inventariada a seguir, proveniente do sítio 41, receberia como número individual o 1631.

Este tipo de numeração, se por um lado torna demasiado extenso o número individual que figura no último campo, no momento em que se registarem vários milhares de fragmentos, por outro lado torna possível a identificação do objecto apenas pelo número final, uma vez que é irrepetível. A informação geral transmitida por esta numeração não é fácil de interpretar, mas possibilita a quantificação imediata do acervo, uma vez que o número do último objecto registado é o número total das peças existentes.

Atendendo aos exemplos apresentados, os modos de organização da numeração são diversificados, sempre em função dos critérios definidos pelo museu. Numa perspectiva pessoal, a possibilidade de cada museu poder definir a numeração que utiliza para os acervos permite que figurem apenas as informações consideradas mais relevantes. Por outro lado, a multiplicidade de critérios e a não existência de regras normalizadoras universalmente aceites,

dificulta a interpretação dos elementos que compõem a numeração dos testemunhos museológicos.

Após discussão das várias possibilidades para atribuição de uma numeração de inventário, optou-se pela adopção de um registo alfanumérico simples, que reflecta o museu a que pertencem os objectos e a sua numeração sequencial.

Propõe-se, no entanto, e atendendo a considerações anteriormente tecidas quanto à especificidade dos espólios arqueológicos, a adopção de uma numeração tripartida para os objectos arqueológicos e bipartida para os restantes. O número de inventário a atribuir segue, contudo, os mesmos princípios de numeração sequencial, semelhante para todos os objectos, sendo os dados particulares referidos em campos próprios da ficha de inventário.

Assim, propõe-se que o número de inventário bipartido seja composto por MMMV (que corresponde a Museu Municipal de Marvão), seguido de numeração sequencial, do 1 até ao infinito. A título de exemplo, a primeira peça inventariada receberá a seguinte marcação: MMMV.1.

Para o caso concreto da arqueologia e para que a informação seja gerível, faz sentido que o critério alfanumérico seja tripartido, abrangendo a designação do museu (MMMV), seguido de ponto de separação, de um n.º de inventário que corresponderá ao sítio de proveniência dos objectos, novo ponto de separação e sequencialmente um número individualizador. A título de exemplo: MMMV.5.91, em que as letras correspondem à instituição museológica, o 5 identifica o sítio arqueológico e o 91 é o n.º da peça. O número que identifica o sítio segue a sequência geral de inventariação, ou seja, se a última peça inventariada for uma escultura com o n.º MMMV.80, e se a seguir for incorporada uma ou mais peças arqueológicas, a numeração será MMMV.81.1, sendo que “81” corresponde ao código do sítio e o número seguinte é sequencial até acabarem de ser inventariadas as peças do mesmo sítio. Apenas o último número é retomado a partir do 1 quando o sítio de proveniência for outro.

Considera-se que desta forma se poderá agilizar a gestão da informação, gerindo colecções de natureza distinta e com necessidades específicas de tratamento e organização.

## 5.2 - CONSTRUÇÃO DA FICHA DE INVENTÁRIO

Após caracterização das colecções existentes no Museu Municipal de Marvão definiram-se critérios de inventariação que pretendem abranger a totalidade dos objectos. Na ausência de normas únicas e universalmente aceites para a inventariação de colecções dos museus portugueses, os critérios definidos tiveram em consideração as normas de inventário sugeridas pelo Instituto Português de Museus (IPM), actual Instituto dos Museus e da Conservação (IMC).

Os referidos conjuntos de normas destinam-se a organizar metodologicamente a informação constante das fichas de inventário, criando regras a seguir em todos os museus dependentes do IMC. Esse procedimento foi acompanhado pela introdução do inventário informatizado, em concreto do programa *Matriz*. No caso do Museu Municipal de Marvão, não existe uma base de dados adequada ou especificamente trabalhada para a gestão informatizada das colecções.

Embora estas regras se destinassem em primeiro plano aos museus tutelados pelo IPM, foram também pensadas como linhas orientadoras mas não vinculativas para todos os museus portugueses, independentemente da autoridade de tutela e da existência ou não de programas de inventário informatizados.

Definiram-se regras que na sua maioria podem ser aplicadas aos vários campos temáticos (arte, etnografia, arqueologia, armaria), embora dentro de cada campo haja necessidades de registo específicas de acordo com o tipo de materiais.

Neste capítulo definem-se os campos gerais a utilizar na construção da ficha de inventário do Museu Municipal de Marvão. Esta ficha deverá servir para registar todas as colecções do museu, independentemente da área temática, se bem que em função do tipo de objecto haverá campos cujo preenchimento poderá não fazer sentido. É o caso das colecções arqueológicas, que representam uma parcela expressiva do acervo do museu e exigem ao mesmo tempo um conjunto de campos específicos que deverão integrar a ficha de inventário.



As especificidades que se venham a verificar no que às colecções de arte sacra e etnografia digam respeito, poderão resultar em novos campos a incluir na base de dados. Para o acervo militar, propõem-se a transferência dos registos já efectuados no inventário próprio<sup>42</sup>, para a nova ficha de inventário. A análise do acervo total do museu permite definir à partida, critérios de aplicação e registo gerais, adaptáveis aos vários objectos integrantes.

Relativamente aos testemunhos arqueológicos, merecem uma reflexão particular, uma vez que se apresentam, na maioria das vezes, sob a forma de fragmentos e enquadram-se frequentemente no universo dos objectos de uso quotidiano, tantas vezes sem valor museológico apreciável. Para o caso concreto do Museu Municipal de Marvão, tecer algumas considerações sobre este assunto é sobretudo útil para situações de novas incorporações de materiais arqueológicos, das quais resulte um acréscimo considerável de peças, das quais seja necessário efectuar uma selecção para inventariação e exposição. Actualmente não se coloca este problema, uma vez que o museu não tem materiais em reserva, mas expõe a totalidade do acervo.

As reflexões produzidas no âmbito das normas gerais de inventário aplicadas à arqueologia<sup>43</sup> realçam a especificidade destes testemunhos. A sua obtenção a partir do subsolo requer autorizações específicas e métodos próprios, e possui um sistema de protecção que classifica estes objectos de “património nacional”.<sup>44</sup> Estes aspectos espelham-se no plano museal, em concreto na inventariação das colecções. O registo preliminar, as acções de conservação e restauro, a catalogação, a contextualização, a história integral, são elementos fundamentais para caracterizar estes objectos além da sua natureza muda, recuperando-os e divulgando-os como valores sociais.

A inventariação de fragmentos, por vezes na ordem das várias centenas ou milhares, pode não se justificar, nos moldes de uma ficha de inventário integral. Poderia ser útil e operacional tratar os testemunhos arqueológicos num sistema de inventário próprio, menos orientado por critérios museológicos, mas onde se valorizem aspectos de cariz científico, informativo e patrimonial. Contudo, pretende-se uma ficha única, ainda que passível de adaptações, pelo

---

<sup>42</sup> Anexo VII – ficha de inventário

<sup>43</sup> *Normas de inventário. Arqueologia. Normas gerais*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000.

<sup>44</sup> Lei geral do Património cultural Português– Lei n.º 107/2001

que apenas a aplicação prática da mesma poderá dar indicações de alterações a efectuar. Tal não invalida a existência de fichas de inventário mais simplificadas e de fichas de inventário mais completas, para determinados objectos com expressão museológica e/ou pedagógica. Esta observação alicerça-se na realidade dos museus com colecções de arqueologia, em que apenas uma parte menor dos bens arqueológicos se expõe ao público. A maioria encontra-se armazenada e tem valor sobretudo científico e destina-se a estudo especializados.

Neste campo temático concreto (arqueologia) foi também tida em consideração a base de dados do IGESPAR, I.P. e o Código Nacional de Sítio atribuído aos sítios arqueológicos, que deverá constar na ficha do objecto e fazer a ligação com a base de dados *ENDOVELICO*.

No geral foram tidas em consideração as orientações sugeridas nos cadernos de normas de inventário que começaram a ser publicadas pelo IPM, que abrangem a Arqueologia, Artes plásticas e artes decorativas e Etnologia, por se considerar que englobam as categorias de objectos existentes no Museu Municipal de Marvão (MMM). Dentro de cada campo que se define, ainda que com base em trabalhos de sistematização já efectuados, apontam-se critérios de preenchimento que têm em linha de conta as necessidades de registo do MMM, acrescentando-se, quando assim se julgou necessário, tanto para completar a informação imediata sobre o objecto como para introduzir dados que facilitem futuros trabalhos de investigação e divulgação, campos de preenchimento específicos.

Apesar desta proposta se basear nos cadernos de normas referidos, por se considerar necessária a utilização de uma linguagem normalizada e de procedimentos de inventariação uniformizados, tal não significa uma aplicação exhaustiva dos modelos aí apresentados. São antes de mais vistos como sugestões orientadoras que facilitam o trabalho subjectivo que é a caracterização, registo e individualização dos objectos, de acordo com normas pré definidas.

A escolha do programa informático a utilizar ficará sempre ao critério dos museus não dependentes do IMC, também por questões orçamentais, embora os cadernos de normas de inventário produzidos pelo IPM e IMC se destinem à aplicação do programa Matriz.

Apresentam-se os campos considerados necessários à estruturação de uma ficha de inventário tão completa quanto possível, que possa servir de base para um sistema integrado de gestão de informação. A ordem pela qual são apresentados os campos poderá ser alterada em função do desenho da ficha, se bem que se comece pela informação que de forma imediata permita a identificação do objecto. Não se apresenta uma estrutura de ficha final, atendendo ao facto da instituição em análise não ter ainda adquirido o sistema informático para o inventário das colecções.

### 5.2.1 - CAMPOS A CONSIDERAR NA ELABORAÇÃO DA FICHA DE INVENTÁRIO:

#### FOTOGRAFIA/DESENHO

Este campo deverá ser preenchido com uma fotografia ou desenho do objecto para facilitar a sua identificação. No caso de se justificar, para além da fotografia/desenho de identificação geral, poderão ser acrescentados outros com pormenores a realçar. A cada fotografia/imagem deverá ser associado um código de identificação que corresponda a um sistema de organização destes elementos.

#### SUPER CATEGORIA

Neste campo deverá indicar-se que estamos na presença de um elemento ou colecção de **Arqueologia**, **Arte** ou **Etnografia**. A adaptação destas designações foi efectuada em função das colecções a que se aplicam. A colecção de armaria do Museu Municipal de Marvão incluiu-se na Super categoria “Arte”. A definição deste critério teve em consideração a inclusão da categoria “armas” no mapa de classificação para colecções museológicas, produzido no âmbito das normas gerais de inventário para Artes plásticas e artes decorativas.

#### CATEGORIA

O preenchimento deste campo implica uma lista de categorias a atribuir, que conjuga sugestões das Normas de Inventário do Instituto Português de Museus e da Base de dados do Instituto Português de Arqueologia.

Atendendo ao trabalho desenvolvido pelo IPM neste campo, considera-se indispensável a consulta das listas de categoria integradas nos cadernos de Normas de Inventário (bibliografia em anexo). Não foi efectuada a

correspondência entre os objectos que constituem o acervo do museu em questão e as respectivas categorias, por se considerar que esse trabalho ultrapassa a definição de critérios e entra no domínio do trabalho de inventariação propriamente dito.

#### SUB CATEGORIA

Pode ou não justificar-se a existência deste campo. Quando for necessário, deverá ser feito uso de uma listagem pré definida, à semelhança da utilizada para a do campo “categoria”. Por exemplo, na categoria “arquitectura”, poderemos considerar a sub categoria “pedras lavradas” ou “cerâmicas de construção”.

#### INSTITUIÇÃO/PROPRIETÁRIO

Identificação do proprietário (instituição ou particular). O material arqueológico que aguarde depósito legal (Depósito por Mandato Legal – Ministro da Cultura) deve ser registado com essa informação. As situações de depósito que eventualmente possam existir devem também ser registadas, havendo necessidade de obtenção de autorização por parte do proprietário para proceder à inventariação da peça. Nesta situação poderá ser equacionada a atribuição de um n.º de inventário provisório, em função das especificidades do depósito.

#### DENOMINAÇÃO

• No caso da arqueologia deve ser atribuída de acordo com a função da peça (ex: caçoila, prato, urna). No caso da peça ter um título, regista-se neste campo. Entende-se por título o nome atribuído à peça (ex: Mosaico dos cavalos).

Neste campo incluem-se ainda casos específicos de:

- Numismática, em que será atribuída a denominação monetária dos espécimes (ex: denário, ceutil, etc)
- Peças compostas por pares (inscreve-se “par” à frente da denominação)
- Peças fragmentadas ou fragmentos (se for possível associa-se uma denominação aos fragmentos; caso contrário regista-se como fragmento)

Será útil registar “outras denominações” pelas quais se identifica o objecto, embora possam ter caído em desuso, e que por vezes aparecem referidas em publicações antigas. Serve de exemplo a denominação de unguentário/lacrimário.

As denominações atribuídas sem confirmação documental também se registam. Ex: espada/espada do Santo Condestável.

Eventuais leituras iconográficas incorrectas são registadas. Ex: Hipocampo/cavalo marinho.

- “Denominação original” Ex: Bilha (corrente) /Lagoena (latino)

- “Imprecisão técnica” Ex: Lucerna (termo preferido) / Lamparina (termo eventualmente referido)

•Para a arte sacra, a caracterização é feita em função da representação iconográfica (Ex: Virgem com o Menino; São Bartolomeu, etc); quando a denominação for duvidosa, coloca-se um ponto de interrogação à frente, entre parênteses. A denominação deverá ser registada por extenso, sem abreviar as fórmulas (Ex: Santo e não St.<sup>o</sup> ou S.to) e indicando sempre que possível dados identificadores das personagens (Ex: Santo António de Lisboa).

Quando não se verificarem atributos distintivos, refira-se apenas “figura (masculina ou feminina) não identificada”. Se for possível determinar que se trata de um santo ou um bispo, por exemplo, sem outros elementos, indicar “Santo Bispo não identificado” ou “Santo Dominicano não identificado” ou “Santa mártir”.

As representações narrativas, quando mal conhecidas, indicam-se por aproximação ao tema. Ex: “Cena Bíblica”, “Episódio da vida de S. Bartolomeu”

No caso concreto dos paramentos, deverão ser utilizadas as designações dos objectos de acordo com a funcionalidade (Ex: Casula )

A atribuição de um **título** só se indica quando se encontra inscrito ou quando foi atribuído pelo autor

Tal como para a arqueologia, deverão ser mencionadas “outras denominações”, como sejam os nomes populares pelos quais a obra é conhecida (Indicar “dito” antes dessa denominação)

•Para a etnografia o critério para atribuição da designação é também e sobretudo funcional, quer se trate de peças de vestuário ou de objectos de trabalho (Ex: “lenço”, “colher de caleiro”). Neste campo, um mesmo objecto pode ser denominado de mais de uma maneira em função das terminologias locais. Sugere-se a sua inclusão em “outras denominações”, dentro do campo “denominação”.

#### NÚMERO DE INVENTÁRIO

Apesar de termos efectuado a divisão das colecções do museu em quatro campos temáticos: arqueologia, etnografia, arte sacra e armaria, sugere-se a utilização de uma sigla alfanumérica, sem referência imediata a esses campos, mas composta pelas iniciais do museu, que se definiram como MMMV (e não apenas MMM, para que a sigla se diferencie de outros museus que tenham as mesmas iniciais), e pela atribuição de um número sequencial, do 1 até ao infinito. A opção por um código bipartido foi tomada para simplificar o registo nas próprias peças e porque permite a sua colocação numa superfície de pequenas dimensões. A título exemplificativo, à primeira peça a ser inventariada, será atribuído o seguinte código: MMMV.1. Considerou-se a possibilidade de atribuir um código alfanumérico tripartido aos materiais arqueológicos conforme definido no ponto 5.1.2.

#### NÚMEROS DE INVENTÁRIO/REGISTO ANTERIORES

Este aspecto deve ser sempre referido, uma vez que a peça pode ter sido publicada com esse número. No caso das peças já terem sido marcadas, só se coloca o novo número de inventário caso as dimensões da peça o permitam e se isso não interferir com a leitura da peça. De qualquer forma, esse dado ficará sempre registado na base de dados informatizada.

No caso do material arqueológico marcado com código de identificação de escavação, que é o caso das peças do MMM, sugere-se que não seja efectuada a marcação do número de inventário na peça, fazendo-o apenas na ficha de inventário. Isto porque pretendemos definir critérios uniformes e muitas das peças não têm dimensão para receber o n.º de inventário, a par com o n.º de registo de escavação.

Para os objectos arqueológicos que integram presentemente o acervo do museu, o registo que os acompanha identifica o sítio de proveniência e acrescenta uma numeração sequencial a cada um (de 1 ao infinito dentro de cada sítio).

#### CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO

Este campo aplica-se especificamente à arqueologia. Sugere-se que, a partir daqui se faça a ligação ao site do IGESPAR, para informações complementares sobre o sítio de proveniência do objecto.

## DESCRIÇÃO

### Arqueologia

A descrição deve fazer-se do geral para o particular. No caso de fragmentos, identifica-se, sempre que possível, o tipo de peça, referindo depois o que se conserva. Identifica-se primeiro a forma e estrutura e depois os acessórios e elementos decorativos, seguindo uma lógica horizontal ou vertical, e de baixo para cima. No caso de mosaicos, descreve-se em primeiro lugar o campo e os planos e finalmente a cercadura.

### Arte sacra

- A descrição é feita em texto livre, referindo as características físicas individualizadoras de cada obra. Deve ser referido o tema e os motivos decorativos do todo e das partes da peça.
- A referência da categoria, subcategoria e denominação, facilita a descrição e evita a utilização de termos vagos. Em anexo<sup>45</sup> apresenta-se uma listagem que poderá ser aplicada à escultura de vulto, que representa o maior conjunto de peças de arte sacra do Museu Municipal de Marvão.
- Relativamente à escultura de vulto, a descrição poderá seguir uma sequência: Atitude geral e posição do corpo (Ex: de pé, sentado; com a cabeça inclinada) – Atributos e símbolos – Leitura das formas (estático, dinâmico) – Leitura de técnicas escultóricas (Ex: vulto pleno,  $\frac{3}{4}$ , meio vulto) – Técnicas de acabamento – Descrição da policromia

### Etnografia

Para este campo específico, que abrange uma tipologia variada de objectos, do traje às ferramentas de trabalho, deverão ser seguidos critérios generalistas, tendo por base a descrição do geral para o particular, referindo primeiro os elementos constituintes e só posteriormente os pormenores decorativos quando existam. Em função do tipo de objecto deverá ser equacionada a melhor forma de descrição, com vista à clareza do discurso, estando sempre presente o factor subjectividade.

## MARCAS E INSCRIÇÕES

A recolha de marcas e inscrições efectua-se por fotografia e/ou desenho que se anexa à ficha de inventário. A “inscrição” corresponde às referências textuais existentes na peça, aí colocada por incisão, pintura, gravação,

<sup>45</sup> Anexo VIII – Termos descritivos para a categoria escultura

impressão ou estampagem. Sempre que se observarem estas situações, deverá ser preenchida a categoria “epigrafia”.

O texto da inscrição é transcrito em maiúsculas, tendo o cuidado de manter os “V”, mesmo que tenham outro valor na palavra. A transcrição será feita em linha corrida, separando cada linha do texto original por uma barra oblíqua.

As abreviaturas e siglas são, para efeitos de transcrição, desdobradas entre parênteses curvos. É ainda útil a referência ao idioma e técnica de inscrição.

•Consideram-se “marcas” os elementos colocados na peça durante o processo de fabrico. Os elementos aplicados na peça depois do processo de fabrico devem registar-se no campo “inscrição”. Consideram-se para efeitos de registo as marcas de oleiro (cerâmicas), as punções de ourives e de contrastaria (metais) e as marcas de posse em geral.

•O tipo de marcas e inscrições deverá ser definido em função da seguinte listagem:

Assinatura	Marca de dourador	
Data	Marca de entalhador	Monograma
Esgrafito	Marca de fundição	Número de inventário antigo
Impressão digital	Marca de coleccionador	Título
Marca de autor, modelador ou escultor	Marca de ferramenta	Traçaria de composição
	Marca de propriedade	Rótulo
Marca de colecção	Marca de venda	

Quando a inscrição não for contemporânea da obra, deverá referir-se “inscrição posterior à escultura”

Quanto ao conteúdo da inscrição, deverá ter-se em atenção a designação:

Comemorativa	Divisa	Esgrafito	Iconográfica
Datação	Documental/histórica	Funerária	Identificativa
Dedicatória	Epitáfio	Honorífica	Ilegível

Relativamente à técnica, considerar as possibilidades:

Aplicada	Embutida	Forjada	Manuscrita	Pintada	Repuxada
Colada	Esculpida	Fundida	Marcada com pontos	Pirogravada	Sulcada
Desenhada	Esgrafitada	Incisa	Impressa	Relevada	Insculpida

#### PRODUÇÃO E AUTORIA

Este campo destina-se a assinalar a oficina ou fabricante, o centro de fabrico (muitas vezes será apenas possível indicar o contexto geográfico de produção,



mais alargado do que se se tratasse de uma simples oficina), o local de execução – referência geográfica mais alargada do que no caso do centro de fabrico (país ou grande território; ex: norte de África, França), o grupo cultural – sempre que for possível determiná-lo; ex: megalitismo, campaniforme, etc) e a entidade emissora – campo a preencher no caso de objectos de numismas ou medalhas.

No caso concreto da arte sacra, referir, se possível, a Oficina produtora (família estilística da escultura), a Escola (estrutura académica – ex: Escultura portuguesa) , o Estúdio, o Mestre. Colocar “desconhecido” quando não for possível determinar o autor. Quando se aplicar o termo “atribuído”, justificar essa opção (através de análise estilística, histórica, assinatura, bibliografia, documentação, inscrição, marca, etc)

#### DATAÇÃO

Indicar a época, ano ou período cronológico (especificar de acordo com o que se conhece do objecto) e justificar a data – referir se se trata de datações absolutas e indicar valores, ou referir outros suportes como bibliografia, contexto de proveniência ou aproximação tipológica.

#### CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Este campo aplica-se aos objectos do campo temático “arqueologia”, mas também a todos os que forem recolhidos em contexto de trabalhos arqueológicos<sup>46</sup>. Considera-se oportuno que aqui se registre o tipo de sítio, tipo de trabalho, protecção, estação – designação do sítio arqueológico de proveniência da peça, quadrícula – referência directa ao tipo de divisão utilizada na escavação (sondagens com numeração individual, sistema de coordenadas geral, sistema de unidades estratigráficas, etc), camada ou unidade estratigráfica (este campo deverá ser preenchido em associação com o tipo de quadriculagem utilizada, se bem que se possa registar autonomamente; ex: U.E. 3, correspondente à sondagem 2) e complexo estratigráfico (a preencher sempre que a metodologia de escavação tenha recorrido a este tipo de sistema).

#### INFORMAÇÃO TÉCNICA

•Matéria: De acordo com a ordem seguida na descrição, indicar os materiais utilizados no fabrico da peça (estrutura, acessórios e decoração). Quando a

<sup>46</sup> Anexo IX – Listagem para preenchimento de fichas de inventário de espólio arqueológico

mesma peça é composta por mais de um material, indicá-los separando por ponto e vírgula.

•Técnicas: Identificação do processo de fabrico da peça e da(s) técnica(s) decorativa(s). Ex: cerâmica moldada (estrutura); decoração incisa.

#### DIMENSÕES

Referir as medidas sempre em centímetros. Indicar as dimensões de acordo com as características das peças: altura, largura, comprimento, diâmetro, profundidade, espessura. Quando se justificar, referir o peso e a capacidade.

Na medição das peças, indicar as dimensões máximas.

#### CONSERVAÇÃO

Referir o estado de conservação da peça de acordo com uma escala de valores. Caracterizar os objectos quanto ao seu estado de conservação, independentemente de se tratar de peças inteiras, fragmentadas ou fragmentos.: MUITO BOM (peça em bom estado, que não apresenta problemas de conservação); BOM (peça sem problemas de conservação, mas com algumas lacunas); REGULAR (peça com lacunas e alterações ao nível dos materiais, que carece de intervenção de conservação) DEFICIENTE (peça que necessita de intervenção urgente) MAU (peça em mau estado que necessita de intervenção de conservação e restauro)

#### ORIGEM

Este campo inclui o historial da peça, onde será referido todo o percurso do objecto, da recolha à sua incorporação no museu e como objecto museológico (depósitos, reproduções, exposições). Mencionar a historiografia da peça (datações, atribuições histórico – culturais ou contextualização. Sempre que seja possível determinar, indicar as transformações e reutilizações do objecto.

Neste campo será ainda registado por extenso o nome do sítio arqueológico de proveniência, tendo em consideração as denominações utilizadas na bibliografia (em concreto nas cartas arqueológicas) e na Base de Dados do IGESPAR,I.P. Um exemplo concreto do Museu Municipal de Marvão: A.B.C. (Anta da Bola da Cera)

#### INCORPORAÇÃO

•Modos de incorporação a indicar, de acordo com as circunstâncias:

- Aquisição: referir último proprietário; entidade que vendeu; valor da venda

- Depósito: Referir se é um depósito de curta ou longa duração e indicar o proprietário
- Doação: Referir quem efectuou a doação e/ou em nome de quem
- Legado: Sempre que ocorra na sequência de testamento legal
- Transferência: passagem definitiva de uma peça, de uma instituição para outra
- Mandato legal: Depósito final determinado na sequência de uma escavação arqueológica. Registrar os actos administrativos.
- Desconhecido: Sempre que se desconheça o modo de incorporação
- Observações: Sempre que não se aplique nenhum dos modos referidos
- Data de incorporação

Indicar, sempre que possível, o dia, mês e ano em que a peça deu entrada no museu.

- Achado/recolha

Sempre que os objectos arqueológicos não sejam provenientes de trabalhos arqueológicos programados, como no caso de achados fortuitos ou acidentais.

- Data de achado/recolha
- Achador/recolector
- Localização geográfica
  - Lugar (designação utilizada para o sítio arqueológico)
  - Freguesia, concelho, distrito, país
  - Coordenadas (geográficas ou outras, com indicação da Carta Militar de Portugal onde o sítio se localiza)

#### LOCALIZAÇÃO DA PEÇA

• Localização da peça dentro do contexto do museu, de acordo com os critérios de arrumação definidos para a reserva de materiais. No caso do Museu Municipal de Marvão não há actualmente materiais em reserva, pelo que neste campo será contemplada a localização dos objectos nos expositores onde se encontram.

No caso de ocorrerem movimentações de peças por motivos de empréstimo, restauro, estudo, etc, esses dados deverão ser mencionados neste campo.

#### REGISTOS DE IMAGEM

Campo específico para o registo de todas as imagens do objecto: fotografias, diapositivos, desenhos. Referir a localização destes elementos nos arquivos de

imagem do museu, que poderão ser organizados em base de dados própria, ainda que passível de associação à ficha de inventário.

Indicar também as publicações onde o objecto tenha sido reproduzido, ou outros meios de divulgação.

#### EXPOSIÇÕES

Registar por ordem cronológica todas as exposições em que a peça esteve presente.

#### BIBLIOGRAFIA

Efectuar a divisão entre bibliografia de referência directa (obras onde a peça aparece citada) e bibliografia de contextualização ( por ex. acerca do sítio arqueológico de proveniência de uma peça; obras gerais ou estudos tipológicos)

#### DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA

Documentação que faça referência directa ou contextualize o objecto quanto à forma de recolha ou de utilização, tal como relatórios de escavações, cadernos de campo, contratos de encomenda. Para os objectos etnográficos poderá ser relevante incluir documentação de som e imagem, ainda que os registos de imagem sejam objecto de um campo próprio.

Incluir aqui os livros de entradas ou anteriores fichas ou outras formas de inventário.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Considerou-se útil a inclusão deste campo, uma vez que se encara esta ficha de inventário como um documento de trabalho em aberto. Este será um campo em construção, que funciona como suporte informativo preparatório para um catálogo das colecções do museu. Decidimos associá-lo à ficha de inventário para não dispersar informação sobre os materiais e manter a pesquisa sempre actualizada, funcionando como informação mais pormenorizada do que a do campo “descrição”. Poderá ser encarada como documentação associada, se bem que tenhamos optado pela sua inscrição num campo autónomo por uma questão de organização de dados. Apresenta-se em anexo, como caso de estudo, uma ficha catalográfica aplicada a um objecto do Museu Municipal de Marvão.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Anexo X

#### ELEMENTOS DE SEGURANÇA

O acesso a este campo deverá ser de consulta restrita por implicar a segurança dos próprios objectos. Optou-se pela sua inclusão atendendo a que o Museu Municipal de Marvão tem levado a cabo um trabalho de identificação de alguns objectos através de tinta invisível, micro etiquetas e microchips, que requerem procedimentos específicos de aplicação e leitura. As micro etiquetas e micro chips possuem códigos de identificação irrepetíveis, gravados a laser, que permitem às autoridades saber a sua propriedade em caso de roubo e recuperação.

Neste campo será registado o código com que as peças foram identificadas e o local de implantação dos dispositivos. Este código é um elemento distinto de outros códigos ou números de inventário com que os objectos tenham sido marcados.

#### PREENCHIMENTO

Este campo destina-se a indicar o responsável pelo preenchimento da ficha (nome e categoria profissional) e a data em que o fez. Se forem efectuadas alterações que impliquem correcção ou acrescento de dados, deverá ficar registado que alterações foram feitas, o nome do responsável pelas mesmas e a data em que as efectuou.

Parecem-nos ser estes os campos necessários à estruturação de uma ficha que possa servir de base de trabalho para a inventariação e informatização de dados relativos ao acervo do Museu Municipal de Marvão, sendo que um documento desta natureza se encontra em construção permanente perante o desafio que é sistematizar informações acerca de realidades materiais.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório é sobretudo um contributo, ainda que inacabado e passível de correcções, para a definição de um sistema de registo e inventário de um museu com colecções antigas, algumas em crescimento.

Uma política de incorporações activa deve ser acompanhada de um inventário rigoroso das colecções que vão sendo acrescentadas ao acervo do museu, para que aos objectos se associe um conjunto de informações que amplie o seu significado e descodifique a história global que lhe está associada. As colecções existentes e não inventariadas deverão seguir o mesmo procedimento, ainda que as informações disponíveis sejam escassas ou a sua recuperação implique esforços significativos e uma pesquisa aturada sobre as circunstâncias da incorporação e historial da peça.

O conjunto de informações registadas numa ficha de inventário depende da própria natureza do objecto ou testemunho museológico, pelo que se tentou definir regras específicas para as diferentes colecções do Museu Municipal de Marvão, que se dividiram em quatro principais domínios : Arqueologia, Arte , Etnografia e Armaria. As sub divisões apontadas dentro de cada campo temático principal foram apenas caminhos dos muitos possíveis para tornar operacional e compreensível um sistema de registo com alguma complexidade.

Espera-se, no entanto, que estas propostas sejam úteis como base de trabalho, num campo em aberto que é o do inventário de testemunhos museológicos, fruto das práticas e conhecimentos dinâmicos dos museus.

## 7 - BIBLIOGRAFIA

BRIGOLA, João Carlos, TEIXEIRA, Madalena Braz, PEREIRA, Fernando António Baptista e NABAIS, António, Evolução do conceito de museu em Portugal, *in Lugar em Aberto*, Revista da APOM, n.º 1, Outubro de 2003, p. 32-45.

C.M. Marvão e Comissão de Candidatura de Marvão a Património Mundial, Marvão, obra única do homem e da natureza, 1999.

CAMARGO-MORO, Fernanda de, *Museus: Aquisição/Documentação*, Rio de Janeiro, Livraria Eça Editora, 1986.

COELHO, Possidónio M. Laranjo, Terras de Odiana. Subsídios para a sua história documentada. Medobriga - Aramenha – Marvão [fac-simile da edição de 1924], *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*, n.º 11, Câmara Municipal de Marvão e Edições Colibri, 2001.

DUARTE, Ana Maria Lopes, Subsídios para a história dos Museus de Autarquia, Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, Câmara Municipal do Seixal, 1998.

FERNÁNDEZ, Luís Alonso, *Museologia y museografía*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1999.

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, Vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p.93.

LEAL, Pinho, Portugal Antigo e Moderno, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, vol.V, 1875.

MATOS, António Perestrelo de, Museos municipales y colecciones etnográficas, in Revista de Museología, Espanha, Asociación Española de Museólogos, 2000, p. 63 – 69.

MACHADO, J.L. e GORJÃO, Sérgio, O actual concelho de Marvão e suas freguesias rurais nas Memórias Paroquiais de 1758, *Ibn Maruán*, n.º 3, Edições Colibri e Câmara Municipal de Marvão, 1993.

*Normas de inventário. Alfaia agrícola.Etnologia*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000.

*Normas de inventário. Arqueologia. Normas gerais*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000.

*Normas de inventário. Cerâmica utilitária. Arqueologia*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

*Normas de inventário. Escultura. Artes plásticas e artes decorativas*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2004.

*Normas de inventário. Normas gerais. Artes plásticas e artes decorativas*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000.

OLIVEIRA, Jorge de, Arrolamento dos bens das igrejas do concelho de Marvão em 1911, *Ibn Máruan*, n.º 7, Edições Colibri, p.137-162, 1997.

OLIVEIRA, Jorge de, A cidade romana de Ammaia. Documentos para a sua história recente, *Ibn Maruán*, n.º 12, Câmara Municipal de Marvão/Edições Colibri, 2003, pp. 11-48.



PATRÃO, José D. Heitor, *Visitações à igreja de Santa Maria de Marvão, Ibn Máruan*, n.º 9-10, Edições Colibri, p.13-25, 1999-2000.

RODRIGUES, Paulo Simões “O fresco de Santa Maria de Marvão: Santa Madalena, São Bartolomeu e Santa Margarida”, *Ibn Maruán, revista cultural do concelho de Marvão*, n.º 12, 2002, p. 237-261.

#### **FONTES MANUSCRITAS**

Actas de reunião da Câmara Municipal de Marvão (Arquivo Histórico Municipal de Marvão):

CMMRV/B-A/01/122  
11 de Março de 1939 (acta de )  
Fólios 118v,119, 119v

CMMRV/B-A/01/122  
29 de Abril de 1939 (acta de )  
Fólio 150

CMMRV/B-A/01/123  
1939/08/19  
1941/04/19  
Acta de 25 de Maio de 1940  
Fólio 86  
Acta de 1 de Junho de 1940  
Fólio 89

CMMRV/B-A/01/127  
1948/08/14  
1954/05/13  
14 de Maio de 1953 (acta de)  
Fólio 162

CMMRV/B-A/01/137  
1978/03/28  
1982/01/19  
Acta de 24 de Março de 1981, fólio 162v

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.  
Início: 11/09/1984  
Fim: 22/07/1986  
Livro 18

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.  
Livro 19  
Acta de 28 de Abril de 1987  
Acta de 27 de Outubro de 1987  
Acta de 22 de Março de 1988

Processos em arquivo na Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais sobre a igreja de Santa Maria de Marvão:

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0020

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0021

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0022

Arquivo fotográfico da DGEMN – Foto 166875 – Código 056/15213

### **LEGISLAÇÃO**

Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto – Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses

Lei 107/2001 de 8 de Setembro - Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

### **OUTRA DOCUMENTAÇÃO**

Documentação interna do Museu Municipal de Marvão (não editada):

Normas de funcionamento do Museu Municipal de Marvão, Câmara Municipal de Marvão, 2007.

### **RECURSOS NA INTERNET**

[www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)

[www.icom-portugal.org](http://www.icom-portugal.org)

[www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

[www.ipmuseus.pt](http://www.ipmuseus.pt)

## 8 - ANEXOS

ANEXO I – Fotografias

ANEXO II – Localização do Museu Municipal de Marvão na malha urbana da vila

ANEXO III - Planta geral da Igreja de Santa Maria

ANEXO IV – Modulação do espaço do Museu Municipal de Marvão

ANEXO V – Actas da Câmara Municipal de Marvão

ANEXO VI – Entrevista oral ao sr. António Moura Andrade (presidente da Câmara Municipal de Marvão)

ANEXO VII – Ficha de inventário do Núcleo Museológico Militar de Marvão

ANEXO VIII – Termos descritivos para a categoria escultura

ANEXO IX – Listagem para preenchimento de fichas de inventário de espólio arqueológico

ANEXO X – Ficha catalográfica

ANEXO XI – Folheto do Museu Arqueológico de Santo António das Areias

ANEXO XII – Registo de materiais do Museu de Santo António das Areias

ANEXO XIII – Folheto da 1.<sup>a</sup> exposição arqueológica realizada em Marvão (1974)

ANEXO XIV – Folheto de exposição arqueológica realizada em 1984 em Marvão

ANEXO XV – Primeiro folheto do Museu Municipal de Marvão

## **ANEXO I – FOTOGRAFIAS**



FOTO 1 – Museu Municipal de Marvão



FOTO 2 – Utilização da Igreja de Santa Maria como espaço de reuniões, em data anterior à da inauguração do Museu Municipal de Marvão

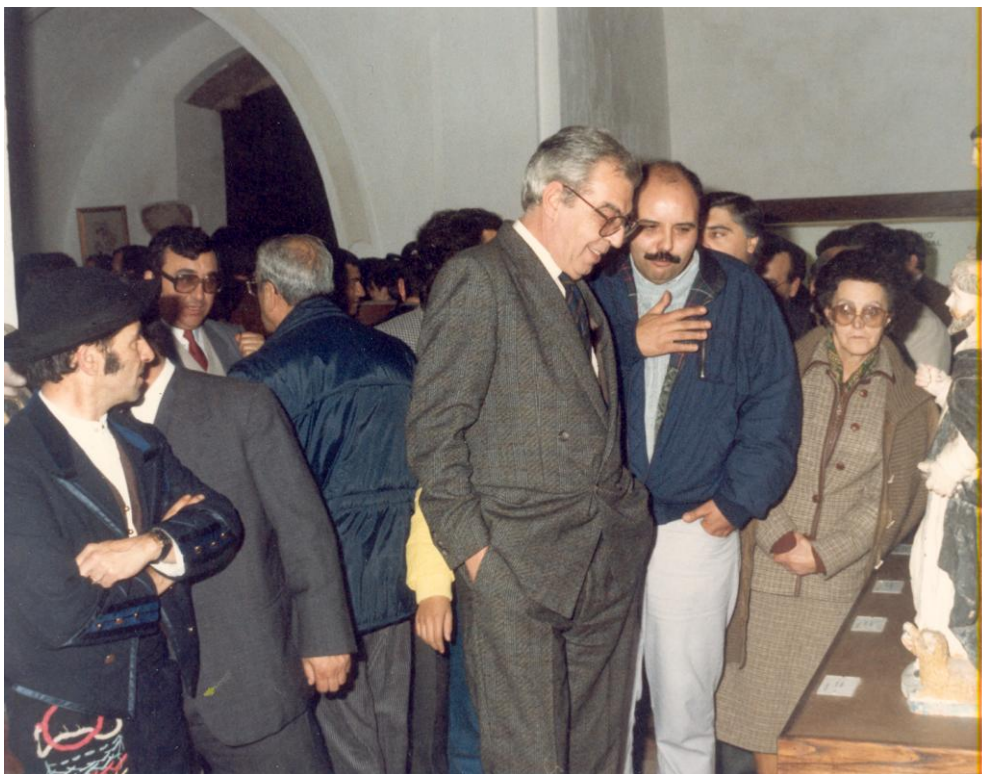


FOTO 3 – Aspecto da inauguração do Museu Municipal de Marvão (1987)



FOTO 4 – Vista geral do Museu Municipal de Marvão no dia em que foi inaugurado (7 de Novembro de 1987)





FOTO 5 – Visita oficial do Dr. Aníbal Cavaco Silva ao Museu Municipal de Marvão



FOTO 6 – Visita oficial do Dr. Mário Soares ao Museu Municipal de Marvão

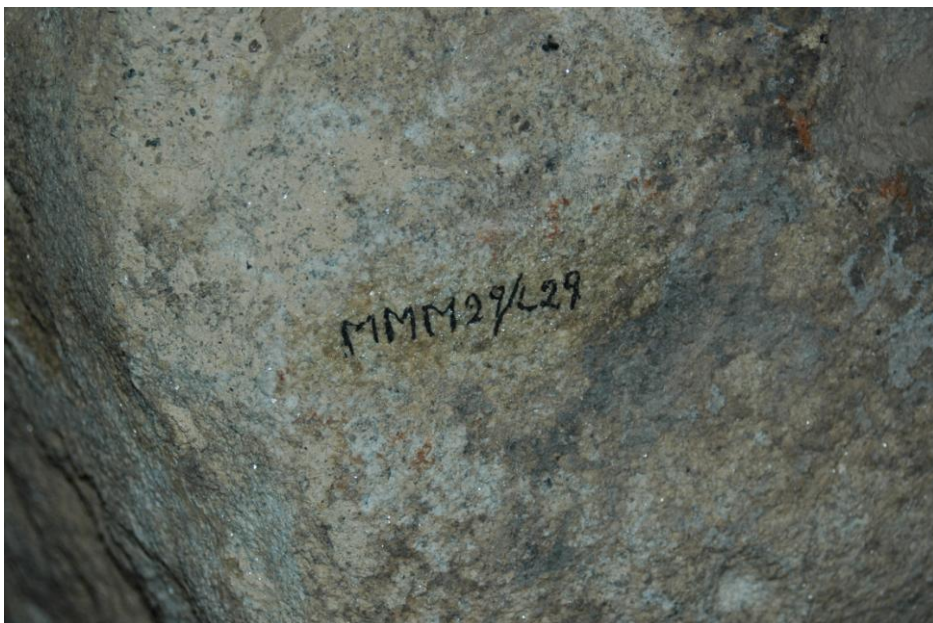


FOTO 7 – Pormenor de código de identificação em estela do Museu Municipal de Marvão



FOTO 8 – Pormenor de código de identificação atribuído a um percutor (Museu Municipal de Marvão)





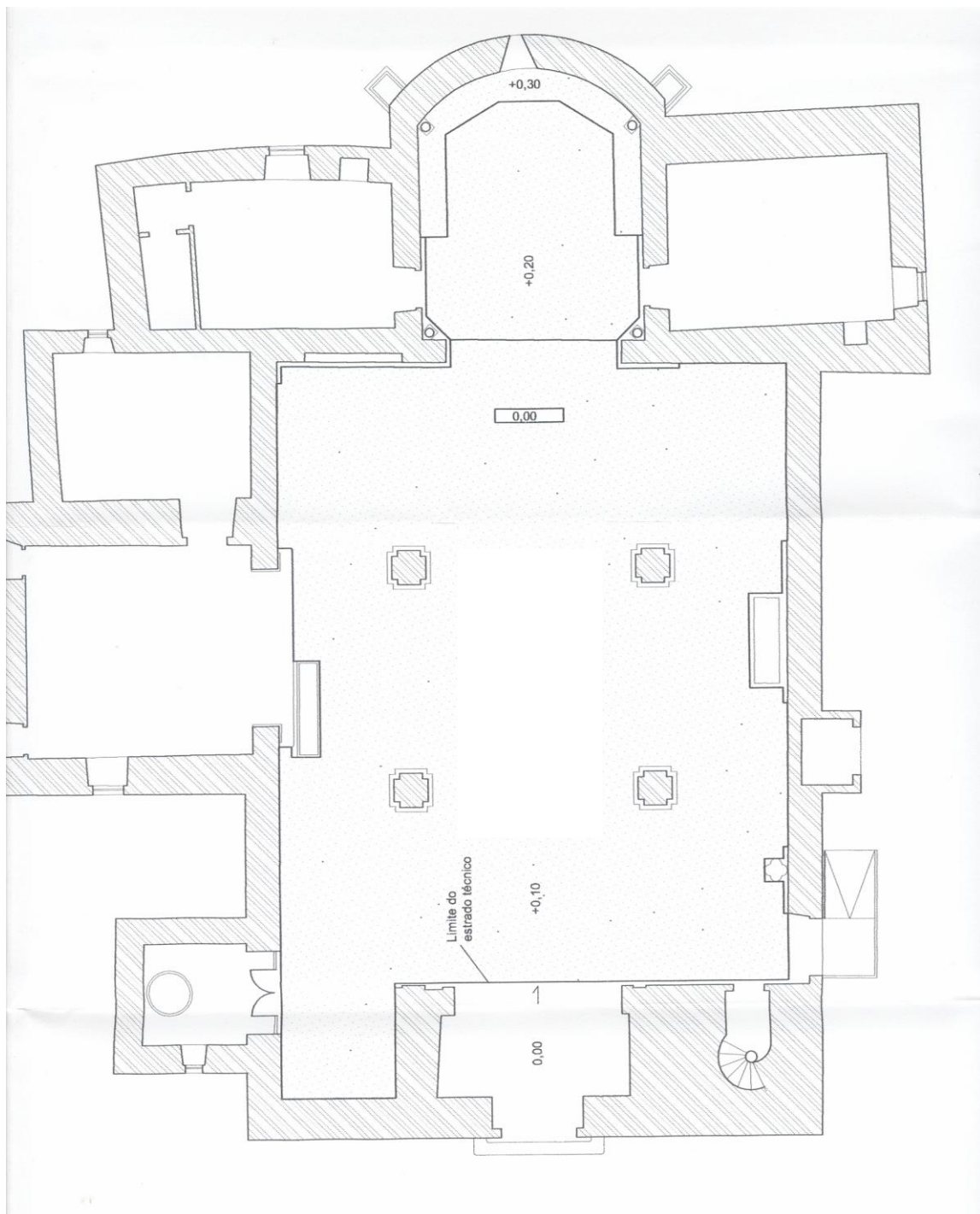
FOTO 9 – Fichas de identificação das peças de arte sacra (Museu Municipal de Marvão)

**ANEXO II** – Localização do Museu Municipal de Marvão na malha urbana da vila



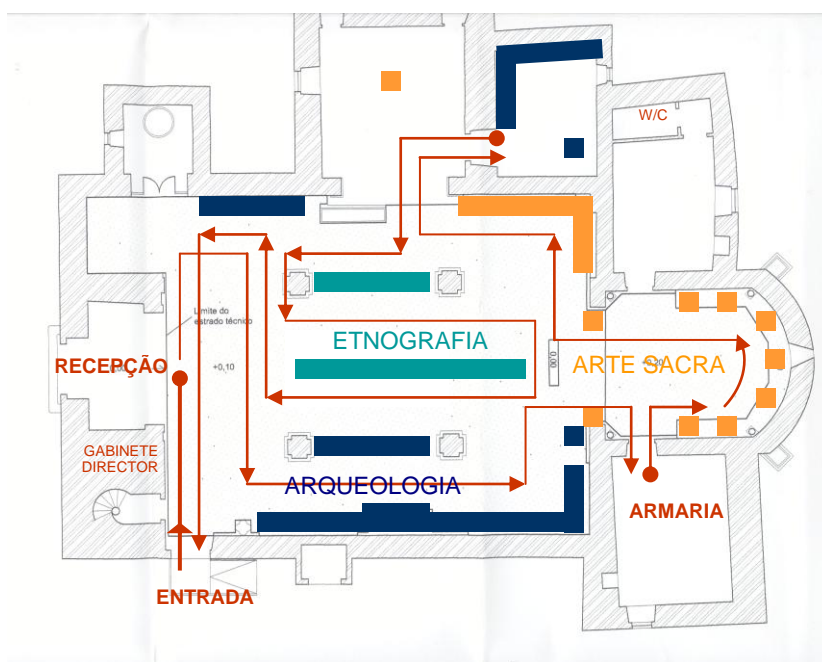
Imagem cedida pelo Museu Municipal de Marvão

**ANEXO III – Planta da Igreja de Santa Maria (Museu Municipal  
de Marvão)**



## ANEXO IV – Modulação do espaço (Museu Municipal de Marvão)

MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO



MODULAÇÃO DO  
ESPAÇO

**ANEXO V** – Actas da Câmara Municipal de Marvão

**Transcrição de excertos das actas de reunião da  
Câmara Municipal de Marvão**

(em depósito no Arquivo Histórico Municipal de Marvão)

**Referências:**

CMMRV/B-A/01/122  
11 de Março de 1939 (acta de )  
Fólios 118v,119, 119v

CMMRV/B-A/01/122  
29 de Abril de 1939 (acta de )  
Fólio 150

CMMRV/B-A/01/123  
1939/08/19  
1941/04/19  
Acta de 25 de Maio de 1940  
Fólio 86  
Acta de 1 de Junho de 1940  
Fólio 89

CMMRV/B-A/01/127  
1948/08/14  
1954/05/13  
14 de Maio de 1953 (acta de)  
Fólio 162

CMMRV/B-A/01/137  
1978/03/28  
1982/01/19  
Acta de 24 de Março de 1981, fólio 162v

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.  
Início: 11/09/1984  
Fim: 22/07/1986  
Livro 18

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.  
Livro 19  
Acta de 28 de Abril de 1987  
Acta de 27 de Outubro de 1987  
Acta de 22 de Março de 198

**Referência:**

CMMRV/B-A/01/122  
11 de Março de 1939 (acta de )

Fólios 118v, 119, 119v

“Bibliotecario contratado

Pelo senhor Presidente foi apresentado o seguinte propósito:

Tornando-se necessario contractar para o serviço de Biblioteca desta camara uma pessoa que trate mesmo com carinho e zêlo, atendendo a que o logár se encontra vágo pelo falecimento do antigo encarregado, o p<sup>o</sup> Martins Serra, falecido há cerca de quinze dias; - Atendendo a que esta camara não assume encargo que não esteja previsto no orçamento, porquanto há verba para se poder pagar á pessoa encarregada de tal serviço, o qual é de natureza especial, e não faz parte dos serviços de Secretaria; - Atendendo a que a Vila de Marvão é uma Vila de antigas e nobres tradições, e não faz sentido que a mesma não tenha uma boa Biblioteca e um museu, os quais já existem mas precisam de ser reorganizados por uma pessoa competente; - Atendendo a que se aproxima da comemoração dos centenários da fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência da nossa querida Patria, e é preciso catalogar convenientemente e pôr em devida ordem os livros da Biblioteca e os objectos do Museu; - Atendendo a que se trata de uma necessidade embora transitória; - Atendendo a que há necessidade de prover o logár; - Atendendo ainda a que a remuneração a dár aos funcionarios é pequena, proponho: - 1.<sup>o</sup> Que seja provido desde já por contrato de um ano, necessariamente renovado enquanto conviér a esta camara e ao respectivo funcionario, o lugar de encarregado de biblioteca e museu; - 2.<sup>o</sup> Que para o mesmo lugar seja contratado o senhor P.e Francisco Pereira Serra, solteiro, maior, eclesiástico, nomeádo pároco da freguezia de Santa maria de Marvão, nesta Vila. – 3.<sup>o</sup> Que ao mesmo funcionario seja dado por tais serviços a remuneração de 240\$00 mensais. Marvão e Sala dos serões da Câmara Municipal onze de Maio de mil novecentos e trinta e nove. O Presidente da Câmara  
Manuel Felix”

**NOTA:** Em Maio de 1939 é escolhido o Major António Monteiro para presidente da Câmara.



**Referência:**

CMMRV/B-A/01/122

29 de Abril de 1939 (acta de )

Fólio 150

“Museu Municipal

Pelo Senhor Presidente foi verbalmente apresentada a consciencia de criação de um Museu Municipal e, para tal fizera de parecer que a Conservatória do Registo Civil fosse transferida para a casa onde funcionou em tempos a escola feminina e que se adaptasse para o Museu a dependência onde se encontra actualmente a Conservatoria. A Camara concordou com o exposto pelo senhor Presidente.”

**Referência:**

CMMRV/B-A/01/123

1939/08/19

1941/04/19

Acta de 25 de Maio de 1940

Fólio 86

Acta de 1 de Junho de 1940

Fólio 89

“a Rafael Alberto...., pela limpeza e guarda da Biblioteca, duzentos e sessenta escudos;”

“Biblioteca e Museu

Pelo senhor Presidente foi apresentado a seguinte propósta: - Nos termos do n.º 4 de art.º 48º do Código Administrativo, é permitido às camaras deliberar sobre a criação e conservação de bibliotecas populares, arquivos e museus municipais; Considerando que já de há muito foi reconhecida a necessidade da sua existência, e que no orçamento existe a verba precisa para remunerar o respectivo encarregado, cujas funções estiveram a cargo do falecido Martins Serra; Considerando que, por se tractar de um serviço especial, tem de ser escolhida pessoa com ilustração e conhecimentos especiais para tal; Considerando que, para sua instalação é indispensável dispôr de sala apropriada, e que para este fim só a dependência ocupada pela Repartição de Registo Civil, reúne as condições precisas, sendo pois necessário ceder outra dependência para a Secretaria do Registo Civil, proponho: 1.º - Que, de comum acordo com o Conservador do Registo Civil, se faça a transferência da Secretaria do Registo Civil para outra dependência do edifício da Camara; - 2.º

- Que a sala onde funciona presentemente a Secretaria do Registo Civil , seja adaptada a biblioteca, arquivo municipal e Museu Municipal, em secções distintas; 3.º - Que seja escolhido para encarregado destes serviços o actual pároco da freguesia de Marvão, mediante a gratificação mensal de 240\$00, com a obrigação de organizar e manter em ordem os respectivos serviços, inventariando e catalogando todos os livros, registos, objectos, etc, pertencentes às três secções, no prazo de 180 dias, findos os quais fará entrega na camara do respectivo duplicado e relatório; 4º - Decorridos os 180 dias de contracto o n.º 3 desta proposta, deverá a biblioteca, arquivo e museu, estar aberta normalmente das 12 às 16 horas, e extraordinariamente quando a vila seja visitada por estranhos, durante a sua demora em Marvão. Marvão um de Maio de mil novecentos e quarenta. O Presidente da Câmara Municipal – (a) António Monteiro. Em tempo: - A minha proposta liga-se com a apresentada pelo vogal Sr. Jerónimo de Oliveira, em 6 de Maio de 1939, na sessão de Camara, da mesma data, de cujos considerandos discórdo, pois, mais pareceu, ter em conta a assistencia religiosa da sede de concelho, do que, propriamente a assistencia da biblioteca, museu e arquivo municipais, que é de facto o que mais dia interessar à camara o sr. Monteiro. A Camara aprovou por unanimidade esta proposta.”

**NOTA:** Era presidente da câmara o sr. António Monteiro

**Referência:**

CMMRV/B-A/01/127

1948/08/14

1954/05/13

14 de Maio de 1953 (acta de)

Fólio 162

“Vigilante de Biblioteca e Museu – Desde há anos que a Câmara Municipal vem empregando os seus melhores esforços e vontade para conseguir uma sua velha aspiração: a criação de uma Biblioteca e de um Museu Regional.. Dificuldades de toda a ordem, designadamente na parte financeira tem obstado a que esta ideia tenha sido posta em execução. Felizmente, hoje, já se não pode dizer o mesmo visto ter-se conseguido um museu, embora muito modesto com a adaptação de duas casas no castelo e ter-se podido instalar numa das dependências do edifício da Câmara uma biblioteca que embora também

modesta conta já algumas centenas de livros. Uma vez creado e a funcionar tanto a biblioteca como o museu, houve necessidade de nomear pessoa que cuidasse do seu arranjo, limpeza, vigilância etc. Para este efeito entendeu a Câmara nomear nos termos do artigo seiscentos e cinquenta e nove do Código Administrativo, o Senhor António Eduardo Rialinho Martins, casado, maior, cuidado nesta vila, pelo que a Câmara descreve as melhores referências e que reúne as condições indispensáveis para o efeito. Este senhor receberá de vencimento mensal a importância de quinhentos escudos acrescido do respectivo suplemento de noventa escudos.

Esta deliberação deverá ser submetida ao Conselho Municipal na sua próxima reunião.”

**NOTA:** Entre 1951 e 1954 era presidente da câmara o sr. Manuel Berenguel Vivas. O vereador do pelouro da cultura, saneamento, assistência e melhoramentos dentro da vila era o sr. Carlos Maria Chagas.

**Referência:**

CMMRV/B-A/01/137

1978/03/28

1982/01/19

Acta de 24 de Março de 1981, fólio 162v

“Museu Regional de Marvão: Propôs o Senhor Presidente que se devia diligenciar para organizar e pôr em funcionamento o Museu, aguardando instalação na Antiga Igreja de Santa Maria, adaptada para o efeito pela Direcção de Monumentos da Zona Sul de (Évora), mas que por dificuldades financeiras e técnicas estão agora supridas pelo apoio que os Párcos, Doutor Francisco Belo e Fernando Farinha, se propuseram prestar-nos desinteressadamente, mas que ainda não nos foi possível por em prática por dificuldades financeiras que aliás vamos tentar ultrapassar, a fim de vermos concretizado uma velha aspiração de marvanenses, instalando-o e pondo-o à disposição do público, em conformidade com os nossos modestos recursos, já que a Direcção-Geral do Património Cultural não se sensibilizou com os apelos que oportunamente lhe fizemos\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Que a Câmara procure através do Senhor Vereador do Pelouro, e com o nosso incondicional apoio, estimar em conseguir o montante indispensável

para suportar as verbas julgadas convenientes ao seu normal e regular funcionamento\_\_\_\_\_”

**NOTA:** Entre 1977 e 1985 era presidente da Câmara o sr. Manuel Pedro da Paz. Era vereador do pelouro do ensino, cultura, arqueologia e turismo a sr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Machado Andrade Diniz Carita.

**Referência:**

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Início: 11/09/1984

Fim: 22/07/1986

Livro 18

Acta de 13 de Maio de 1986

“- Museu de Marvão – Informou que já foi contactado o Senhor Doutor Jorge Manuel Oliveira e que este se prontificou a instalá-lo, mediante uma avença remunerada, como conservador de museu.-----

---- Mais informou que o referido Senhor Doutor tem planos para no mesmo edifício meter arqueologia, arte sacra, etc, e que o período máximo até à sua abertura deve ser de apróximadamente um ano.”-----

**Referência:**

Actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Marvão.

Livro 19

Acta de 28 de Abril de 1987

“- Aquisição de madeira de castanho para casas degradadas, turismo, materias primas e subsidiárias (museu de Marvão) e Parque de Máquinas.-----

--Conforme proposta anexa a este livro de actas.-----

--A Câmara Municipal, concordou por unanimidade, com a proposta do Senhor Presidente, em virtude de ser urgente a aplicação do material em causa.-----

-- Mais deliberou por unanimidade, que a mesma fosse apresentada à Assembleia Municipal.-----“

Acta de 27 de Outubro de 1987

“ –Inauguração do Museu Municipal – No Próximo dia sete de Novembro às desasseis horas e integrado no programa da Feira da Castanha e Festa do Castanheiro, está marcada a inauguração do tão desejado Museu municipal, como é costume em todos os Municípios, devem ser convidadas, várias entidades e oferecer um pequeno beberete a fim de se comemorar a inauguração.-----

--A Câmara Municipal, deu plenos poderes ao Senhor Presidente para fazer os convites e tratar do beberete, devendo as despesas sair de despesas de representação.-----“

Acta de 22 de Março de 1988

“ – Museu Municipal – O Senhor Vereador Lourenço, informou a Câmara Municipal, que o Museu se encontra aberto, estando a tomar conta do mesmo duas jovens do OTJ.-----

-- Mais informou o Senho Vereador, que o museu tem sido e continua a ser cada vez mais visitado por turistas Nacionais e Estrangeiros, pelo que urge, para o bom nome do concelho e para a sua promoção turística, arranjar alguém com capacidade de intérprete e guia aos visitantes que o procuram.-----

-- Nestas condições, encontra-se em regime de voluntariado, sem lhe ser atribuída qualquer remuneração ou gratificação a Senhora Maria Manuela Mendonça Andrade, que já há mais de três meses vem efectuando esta tarefa. A referida Senhora, tem como habilitações literárias o décimo segundo ano, mais seis anos da Aliance Francaise, dominando fluentemente o Francês, Inglês e Espanhol.-----

-- Porque reside em Marvão e lhe parecer ser justo e humano e a pessoa em causa mostrar aptidão para o cargo, propôs o Senhor Vereador, que fosse efectuado um contrato de trabalho a prazo, nos termos do Artigo quadragésimo quarto, do Decreto-Lei número duzentos quarenta e sete de dezassete de Junho (contrato de pessoal fora do quadro) pelo prazo de seis meses, como auxiliar técnica de museografia, com início em um de Abril, remunerada pela letra S e de acordo com a minuta do contrato anexa.-----

-- Sobre este assunto, o Senhor Presidente informou que não se manifestava em virtude da pessoa em causa ser da sua família e por tal facto, não queria, nem podia tomar qualquer decisão.-----

-- A Câmara Municipal, depois de ponderar suficientemente no assunto, deliberou por unanimidade para o referido contrato, nos moldes da minuta apresentada, a qual foi rubricada por todos os intervenientes e se dá aqui como transcrita, ficando a mesma anexa a este livro de actas.-----

-- Mais deliberou por unanimidade, dar plenos poderes ao Senhor Vereador Lourenço, como substituto do Senhor Presidente, para outorgar o referido contrato.-----“

Acta de 26 de Abril de 1988

“ –Regulamento do Museu Municipal, propondo que seja apreciado para aprovação o regulamento em anexo, mais propondo que seja fixada a entrada no referido Museu em cem escudos, logo que os bilhetes estejam feitos e a aprovação da Assembleia Municipal.-----

-- A Câmara Municipal aprovou por unanimidade as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente, devendo a mesma baixar à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-- Tendo as propostas em referência, depois de rubricadas por todos os Membros presentes, se dão como transcritas na íntegra, ficando as mesmas arquivadas na pasta de documentos anexa a este livro de actas.-----“

**ANEXO VI** – Entrevista oral ao sr. António Moura Andrade (presidente da  
Câmara Municipal de Marvão à data de inauguração do Museu)

ENTREVISTA AO SR. ANTÓNIO MOURA ANDRADE (antigo presidente da  
Câmara Municipal de Marvão)

15 DE MAIO DE 2010

MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO

**Paula Morgado** – Boa tarde, sr. Andrade, gostava de lhe fazer algumas perguntas, ou melhor, gostava que falasse à sua vontade sobre o Museu Municipal de Marvão, mais concretamente sobre o que esteve na origem e como surgiu esta ideia de criar o museu, quais os passos que foram dados para o criar e quem de facto esteve na génese deste museu. Já anteriormente tinha havido algumas tentativas de criação de um museu aqui em Marvão, mas o museu como existe hoje, aqui instalado na igreja de Santa Maria data apenas de 1987. Gostava então que me falasse deste museu desde a origem até aos dias de hoje.

**António Moura Andrade** – Eu posso adiantar-lhe que o que conheço melhor...eu antes de ser presidente da Câmara fui vereador durante dois mandatos, portanto seis anos, na altura eram de três anos, e várias vezes tive oportunidade de confrontar o então presidente da câmara, infelizmente já falecido, o sr. Manuel Pedro da Paz, para que se criasse um museu. Mas nunca houve oportunidade, foi passando, e quando eu fui eleito, em finais de oitenta e cinco, e portanto tomei posse em oitenta e seis, em Janeiro de oitenta e seis, foi uma das minhas principais preocupações. Ora eu lutei tanto pela criação do museu, agora sinto-me na obrigação de concretizar este sonho, porque era realmente um sonho grande. Consegui depois junto do professor Doutor Jorge Oliveira que ele me desse muito apoio, sem o apoio dele eu não tinha conseguido, naturalmente, falei com ele, começamos a lançar mãos à obra e claro, como sabe trata-se de uma igreja que estava fechada ao culto na altura e então lembrámo-nos de aproveitar este espaço, fomos falar com os responsáveis da diocese e conseguimos realmente resolver este problema. Durante o ano de oitenta e seis, não sei precisar a data, fomos lutando pela criação do museu e pela sua instalação. Recorremos depois também a outra pessoa, que não podemos deixar de mencionar, que é o sr. João Francisco Rosado Nunes Vidal, que é o homem da etnografia, é um homem muito dedicado. Nessa matéria ele também nos ajudou muitíssimo e está aí patente o trabalho dele e com a ajuda também muito preciosa do vereador da cultura na altura, o sr. José Luís Ruivo, infelizmente já desaparecido, que foi uma pessoa que se dedicou também muito a isto, conseguimos, como dizia, ao longo deste tempo todo, não foi muito, visitamos alguns museus para nossa inspiração. Conseguimos depois,



em Novembro de oitenta e sete, por altura da Feira da Castanha, que se faz aqui todos os anos por essa altura. No primeiro fim de Novembro conseguimos a inauguração e foi realmente um momento muito, muito, muito feliz na minha passagem por esta autarquia, porque era realmente um objectivo que eu queria atingir.

P.M. – Há pouco disse que a igreja já não estava ao culto, daqui que fosse um espaço pensado para museu, precisamente por isso, era um espaço que estava vazio, numa zona nobre da vila e seria adequado para a criação de um museu. Recorda-se desde quando é que este espaço deixou de estar ao culto?

A.M.A. – Não me recordo. Sei que foi muito tempo. Depois, entretanto, até sofreu algumas obras. A data não tenho ideia.

P.M. – Portanto não tinha qualquer tipo de utilização, estava mesmo fechada.

A.M.A.– Mesmo fechada

P.M. – As colecções, ou parte das colecções que hoje se encontram aqui no Museu Municipal, e apesar de terem sido acrescentadas desde oitenta e sete até agora, 2010, parte dessas colecções já se encontravam cá em Marvão, instaladas noutra edifício.

A.M.A. – Exactamente. As imagens religiosas vieram da igreja de S. Tiago e os outros objectos existiam já aí por vários locais, inclusivamente houve muitas pessoas da população, muitas mesmo, que cederam várias coisas. E há aquela parte da arqueologia, que é da responsabilidade do Prof. Jorge Oliveira, como referi há bocado, que como sabemos dedicou toda a vida dele a essa arte aqui no concelho, e tinha esse espólio todo, e que veio para aqui na altura.

P.M. – Na altura havia também algum espólio que é proveniente da Ammaia, da cidade romana da Ammaia. O museu inaugura com esse material da cidade romana, com esse material a que se referiu, que é resultado de doações da população, a parte de etnografia, dos trajes...

A.M.A. – Os trajes principalmente. Alguns evidentemente que não são originais, mas que nós mandámos fazer com orientação desse sr. Vidal que eu referi há bocado. Havia também uma outra fase do museu, que hoje não existe, que era no espaço onde estamos estava aqui uma pequena armaria também. Depois, quando eu saí, a pessoa que me substituiu, transferiu para o museu que criou no castelo.

P.M. – Esse núcleo eu sei que foi para o castelo e entretanto teve que fechar porque no castelo as condições de conservação não eram as mais adequadas e está aqui novamente na igreja há muito pouco tempo.

A igreja de Santa Maria pertence á Igreja, e o sr. Andrade referiu há pouco que enquanto presidente da Câmara, logo em 1986, fez alguns contactos com a diocese...

A.M.A. – Onde estava também o pároco da terra, naturalmente, que era o padre Fernando Farinha, que também nos ajudou muito.

P.M. – E a diocese foi logo receptiva à ideia?

A.M.A. – Foi, não houve problemas. O que podemos mencionar, mas isso infelizmente é sempre assim, esta Câmara Municipal é uma Câmara pequenina e tem as suas dificuldades, e esse foi um dos problemas grandes porque eu herdei a câmara com problemas nesse sentido. Não tem nada que ver com o assunto, mas só para esclarecer melhor, a câmara fez uns bairros nas freguesias do concelho, depois entretanto o empreiteiro faliu e isso deu problemas graves, na altura precisamente em que eu entrei. Trouxe grandes problemas financeiros à câmara que depois foram resolvidos perfeitamente, mas na altura lutei com alguma dificuldade em arranjar verbas para o museu. Mas era uma coisa que eu gostava tanto, que tinha na mente já há tantos anos, e conseguimos vencer.

P.M.- Calculo que as verbas para o museu implicassem uma série de coisas. Desde logo, como a igreja estava fechada, deve ter sido necessário fazer algumas obras no imóvel.

A.M.A. – Sim. E os móveis, os móveis foram todos feitos por nós.

P.M. – Depois o mobiliário para receber os materiais foi todo feito também, e pago pela autarquia.

A.M.A. – Sim, sim. Felizmente que na oficina de carpintaria havia um mestre e ele é que fez realmente tudo, mas a madeira e a mão de obra foi tudo aqui da câmara.

P.M. – O material foi então todo produzido pela câmara, pelos serviços de carpintaria da câmara. E a câmara apoiou todo o processo de transferência das peças, da casa onde estavam, que se situava exactamente onde? O anterior museu.

A.M.A. – Não era propriamente um museu, as peças estavam dispersas por vários locais que foram depois aqui reunidos.

P.M. – Lembro-me de ler numa acta antiga da câmara, salvo erro dos anos cinquenta, que houve duas casas aqui na zona do castelo que foram adaptadas para receber alguns materiais. Tem memória disso?

A.M.A. – Sim, sim, e ajudou-me que já não me recordava disso.

P.M. – Não sei exactamente onde ficavam...

A.M.A. – Sabe onde é o tal Museu que está fechado?

P.M. – O núcleo militar do castelo?

A.M.A. – Exactamente. E nesse pequeno largo onde está o museu há dois edifícios, hoje até está lá uma loja, no outro lado penso que não há nada, e aí é que estava realmente guardado a maior parte desse espólio.

P.M. – Nessa altura foi então necessário reunir um conjunto de materiais dispersos por vários espaços, como já disse. Um desses espaços era então esse do castelo, de onde provém o núcleo militar.

A.M.A. – Isso depois foi mais tarde.

P.M. – Depois temos uma parte da arte sacra, que é proveniente da igreja de S. Tiago.

A.M.A. – Depois havia um outro núcleo proveniente das escavações na cidade romana da Ammaia...

A.M.A. – Exactamente.

P.M. – E um outro núcleo proveniente das escavações realizadas pelo Prof. Jorge Oliveira aqui no concelho de Marvão...

A.M.A. – Exactamente.

P.M. – E ainda a outra parte de etnografia, resultado de doações, que calculo que não estivesse já constituído nessa altura, mas que se tenha criado intencionalmente para o museu.

A.M.A. – Sim, a ideia foi essa.

P.M. – E foi com ampla colaboração da população.

A.M.A. – Sem dúvida nenhuma.

P.M. – O museu era um desejo muito seu, mas que reflecte o desejo de uma população inteira.

A.M.A. – Sem dúvida nenhuma. Na altura foi uma grande obra para o nosso concelho e para a nossa vila. Eu dizia sempre, e referi isso no discurso de inauguração, que vinha muita gente a Marvão, hoje vem mais, mas na altura já vinha muita gente a Marvão, e não tínhamos nada para lhe oferecer senão a beleza natural que temos, as belas vistas que temos. Então, a criação deste museu já proporcionava mostrar às pessoas que nos visitavam, aos vários turistas portugueses e de outras nacionalidades, e ao mesmo tempo ficavam um pouco dentro do sistema deste concelho, porque isto estava aqui praticamente tudo representado, tudo o bom que temos neste concelho. E foi realmente assim.

P.M. – Solicitaram apoio a alguma entidade oficial ou fizeram o museu apenas com as pessoas que já referiu, com o Prof. Jorge Oliveira e com o sr. Vidal...

A.M.A. – E com a ajuda, claro, era vereador na altura, do sr. Murta, foram as pessoas que mais directamente trabalharam. Mas foi realmente a expensas da câmara e que eu me recorde não houve financiamentos de lado nenhum.

P.M. – E provavelmente nem apoios de outras entidades...

A.M.A. – Não, a orientação total foi exclusivamente do Prof. Jorge Oliveira, não tivemos outros apoios.

P.M. – Com certeza que houve várias dificuldades, para além das financeiras, porque nestes processos, e este até foi um processo relativamente rápido, porque a sua tomada de posse foi em Janeiro de 1986 e o museu é inaugurado em Novembro de 2007... Relativamente às dificuldades, para além das financeiras, quais foram os principais entraves para a criação deste museu ou para que ele abrisse as portas ao público?

A.M.A. – Entraves não foram assim muitos, até pelo tempo que estamos a referir, mas essa rapidez deveu-se realmente ao próprio pessoal da câmara ter-se dedicado totalmente, ter tido uma força grande para nos ajudar, porque isto foi feito realmente, como lhe disse, com o prof. Jorge Oliveira e com o pessoal da câmara, com os trabalhadores que existiam, sob orientação dele, naturalmente, e todos eles fizeram isto com muito gosto. Não me lembro realmente de ter havido grandes dificuldades.

P.M. – Foi um projecto colectivo, com muito apoio da população, com as pessoas a sentirem que era um projecto comum.

A.M.A. – Exactamente.

P.M. – Disse-me que enquanto vereador, anteriormente a oitenta e seis, já tinha também manifestado essa vontade de criação do museu. Porque é que ele não foi criado na altura? Por falta de vontade?

A.M.A. – É capaz de ter sido realmente falta de vontade política, porque como sabe, estas coisas infelizmente funcionam assim. Era como lhe disse há bocado, vereador da oposição. Estas coisas são sempre um problema. Penso que isso teve um bocado de influência. A pessoa que era o presidente de câmara na altura não ligava muito a essas coisas e terá tido alguma influência, porque eles tinham a maioria...e é capaz de ter tido alguma influência não se ter avançado...

P.M. – Para além da questão política, foi também uma questão de sensibilidade pessoal.

A.M.A. – Sim, sem dúvida nenhuma.

P.M. – Calculo que uma obra na qual esteve tão empenhada a população, e calculo que pessoas de vários quadrantes políticos... se estava à data tão empenhada também o estaria anteriormente... porque é sobretudo um projecto da população e para a população.

A.M.A. – Sim, exactamente.

P.M. – Portanto, a criação deste museu foi para si algo fundamental durante o tempo em que foi presidente de câmara, até...

A.M.A. – Fui presidente até noventa e sete, foram doze anos.

P.M. – Sempre com apoio incondicional ao museu.

A.M.A. – Sim, sempre.

P.M. – E foi mesmo pelo seu apoio e pelo seu entusiasmo...

A.M.A. – Sim, eu é que realmente tive sempre esse entusiasmo e depois tive a sorte de ter pessoas que me apoiaram muito e a obra nasceu.

P.M. - Este museu, estou-me a lembrar não só do património móvel que tem cá dentro, mas do património integrado, desde os azulejos da capela da sr.<sup>a</sup> do Rosário até ao freso que foi recuperado, a pintura de S. Bartolomeu, mas foi já numa fase posterior essa obra de recuperação, não foi na altura em que inauguraram o museu, foi e obras posteriores de recuperação.

A.M.A. – Sim, penso que sim, não me recordo já bem.

P.M. – Há pouco falava-me do discurso de inauguração do museu. Lembra-se ainda das suas palavras nesse dia?

A.M.A. – Lembrar-me totalmente não. Mas andei à procura e não consegui encontrar o discurso escrito, mas encontrei estes rabiscos para o discurso.

P.M. Quer le-los?

A.M.A. – Exm.<sup>o</sup> Sr. Governador Civil, Exm.<sup>o</sup> Sr. Bispo de Portalegre e Castelo Branco, Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, Exm.<sup>as</sup> Autoridades espanholas e portuguesas, Exm.<sup>os</sup> amigos autarcas, minhas Sr.<sup>as</sup> e meus Srs,

Em primeiro lugar apresentamos as nossas desculpas a todas as Vossas Excas., pela forma simples como fomos obrigados a proceder à inauguração do museu, mas em virtude de estar a decorrer nesta vila a Feira da Castanha, festa do castanheiro, cujo êxito se tem vindo a verificar de ano para ano, foram ocupados para o efeito todos os espaços livres existentes, não sendo possível, como seria nosso desejo, arranjar sala para a sessão solene que se impunha neste acto. Cumpre-me agradecer a todos a honra que me deram com a vossa presença, correspondendo assim ao convite que lhes foi dirigido para assistirem a este acto.

Com a inauguração que acaba de se efectuar fica o concelho de Marvão muito mais rico, pois a partir de agora já não podemos afirmar que já não temos nada para oferecer aos inúmeros turistas nacionais e estrangeiros que diariamente nos visitam senão aquilo que a natureza foi pródiga em nos dar: bons ares e óptimas paisagens. A partir desta data será portanto possível a todas as pessoas que se deslocarem à sempre leal e nobre vila de Marvão apreciar as maravilhosas peças que se encontram expostas neste museu. É um dia particularmente feliz da nossa vida porque apesar de todas as dificuldades surgidas, com especial relevância para as financeiras, que o município que presido normalmente atravessa, foi possível atingir o objectivo pretendido, cujo sonho há longos anos pretendíamos ver realizado e que finalmente se

concretizou. Com esta obra foram conseguidos simultaneamente dois objectivos que consideramos extremamente importantes: o aproveitamento deste maravilhoso espaço dedicado à cultura e a criação do Museu Municipal de Marvão cuja falta se fazia sentir nesta terra de grandes tradições históricas. Quero aproveitar esta oportunidade para informar os senhores professores de todas as escolas e que aqui se encontram representados em número bastante considerável, que este espaço cultural está inteiramente ao vosso dispor para todas as visitas de estudo que pretendam organizar com os vossos alunos porque somos de opinião que todos devem ter conhecimento da riqueza que existe no nosso concelho, muito especialmente a juventude.

Finalmente uma palavra de profundo agradecimento para todas as pessoas que de qualquer modo contribuíram para a organização deste museu, porque sem a boa vontade de todos, sem qualquer excepção, não teria sido possível esta obra. Não posso, no entanto, mencionar o nome de três pessoas que empregaram todo o seu esforço, toda a sua dedicação, todo o seu saber, todo o seu dinamismo para que esta inauguração fosse hoje uma feliz realidade. Trata-se dos srs. Doutor Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira e João Francisco Rosado Nunes Vidal e José Luís Murta Ruivo, vereador da cultura.

Foram estas as minhas palavras. Fiz bem em ter trazido, simples mas sentido. Como vê, está aqui quase tudo o que eu referi porque era isto que eu sentia, eu tinha que fazer esta obra custasse o que custasse.

P.M. – É um discurso reproduzido vinte e três anos depois. Muito obrigada.

A.M.A. - Isto era um rascunho, ficou arquivado provavelmente na câmara o discurso escrito, mas foi isto que eu disse. Há bocado andei a rabiscar, a ver se ainda encontro...tenho lá assim umas coisas...durante doze anos há sempre coisas que nos marcam, e esta marcou-me e de que maneira, deve certamente até ver na maneira como eu falo, com o entusiasmo com que falo disto. E então consegui descobrir lá nos meus arquivos...

P.M. – Eu estive , como lhe disse, no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Marvão e a Dr.<sup>a</sup> Catarina Bucho facultou-me alguma informação, entre ela um convite da inauguração, que tem uma placa de xisto desenhada. E estive a ver também algumas fotografias do dia da inauguração e outras, de momentos posteriores, de visitas da escola aqui ao museu. É tudo material que está no arquivo, e tenho agora ainda de procurar a acta da câmara...

A.M.A.- Mas eu ia-lhe dizer isso precisamente. Tem que estar numa acta, nem que seja só uma única vez, mas há-de haver mais, porque para justificar as despesas tem que haver uma decisão, uma deliberação da câmara. Na altura era assim, agora parece que já não é, mas na altura era.

P.M. – Entre Janeiro de oitenta e seis e Novembro de oitenta e sete tem que existir esse documento.

A.M.A. – Eu até me inclino muito para oitenta e seis, aí é que se deve ter decidido avançar com o museu.

P.M. – Vou procurar então esse documento, porque com certeza que ele está lá.

Mas eu queria perguntar-lhe ainda outra coisa, antes de terminarmos esta conversa. Quem foi o primeiro director do museu?

A.M.A. – O primeiro director fui eu. Depois mais tarde...não me recordo se o vereador da cultura chegou a ser, eu penso que sim, mas já não tenho a certeza...há-de haver uma acta, já no final do meu mandato, que talvez tenha interesse, em 1997, em que depois ficou o Prof. Doutor Jorge Oliveira como director do museu. A ideia até foi, precisamente como saíamos, não houvesse depois algum problema de acabarem com ele ou...

P.M. –E portanto optaram por colocar uma pessoa que politicamente estava um bocadinho à margem, era uma pessoa que também estava na origem do museu...

A.M.A. – Claro, que vivia isto como nós. A ideia foi realmente essa.

P.M. – E foi salvaguardar o museu, colocando na sua direcção uma pessoa politicamente isenta.

E enquanto o Sr. Andrade era director, havia depois um responsável técnico pelo museu, e sempre foi o Prof. Jorge Oliveira.

A.M.A. – Sim, exactamente.

P.M. - Muito obrigada pela sua disponibilidade porque de facto é fundamental o discurso da pessoa que foi responsável pela existência deste museu.

## **ANEXO VII – Ficha de inventário do Núcleo Museológico Militar de Marvão**



# NÚCLEO MUSEOLÓGICO MILITAR DE MARVÃO

## INVENTÁRIO

- I) **Peça nº:** 006 (encontra-se do lado direito)
  
- II) **Designação:** Peça de artilharia (canhão)
  
- III) **Datação:** Sécs. XVII-XVIII
  
- IV) **Função:** Arma de fogo
  
- V) **Descrição:** Canhão constituído por cano em forma cónica e pequeno rabo em forma circular, na extremidade oposta à boca, que permitia ajudar a direccionar o tiro. Ao longo do cano, são visíveis sete anéis de metal saliente, que o envolvem. Entre o 5º e 6º anel (a contar da boca), são visíveis as inscrições “AR” (junto ao 5º anel) e “8-2-9” (junto ao 6º anel). Possui ainda munhões (saliências laterais) que possibilitavam a sua montagem em “piões” (forquilhas) que em associação com o “rabo” (peça circular na culatra) permitiam direccionar o tiro. Um dos munhões apresenta, em relevo, a inscrição “17” e o outro “64”.

**VI) Dimensões:** Comprimento total 155cm

Comprimento do cano: 138 m

**VII) Materiais de construção:** Ferro

**VIII) Estado de Conservação:** apresenta bom estado de conservação

**IX) Proveniência:** Museu Municipal de Marvão

**X) Origem:** Castelo de Marvão

**XI) Registo de Intervenções:** \_\_\_\_\_





Pormenor do munhão esquerdo



Pormenor do munhão direito

## ANEXO VIII – Termos descritivos para a categoria escultura

### TERMOS DESCRITIVOS PARA A CATEGORIA ESCULTURA

(a partir de normas de inventário do IPM – Artes plásticas e artes decorativas)

Termos descritivos para a categoria escultura, subcategoria escultura de vulto		
Denominação	Denominação específica	Outras denominações (quanto à função)
Estatuária	•Busto	
	•Cabeça	
	•Estátua	•Esfolado
		•Estátua colossal
		•Estátua equestre
		•Estátua fontenária
		•Estátua de jardim
•Orante		
Grupo escultórico	•Grupo escultórico agregado	•Grupo escultórico - relicário
	•Grupo escultórico não agregado	• Presépio
Imaginária	•Busto	•Busto relicário
	•Cabeça	•Cabeça relicário
	•Figurinha	
	•Imagem	•Imagem processional
		•Imagem candelária
		•Imagem de abrir
		•Imagem de roca
		•Imagem de vestir
•Imagem turiferária		
•Imagem relicário		
•Jacente		
•Torso		
Modelo	•Esboço	
	•Estudo	
	•Maquete	
Fragmento	Fragmento	

## ANEXO IX – Listagem para preenchimento de fichas de inventário de espólio arqueológico

Listagem para preenchimento de fichas de inventário de espólio arqueológico  
(com base no thesaurus do Endovélico – Instituto Português de Arqueologia)

TIPO DE SÍTIO		PERÍODO HISTÓRICO		TIPO DE TRABALHO	PROTECÇÃO
Abrigo	Ferraria	- Paleolítico	- Idade do	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Conservação/valorização</li> <li>•Escavação</li> <li>•Levantamento</li> <li>•Prospecção</li> <li>•Restauro</li> <li>•Salvamento</li> <li>•Sondagem</li> <li>•Valorização</li> <li>•Visita</li> <li>•Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EVC - Em Vias de Classificação</li> <li>• IIP - Imóvel de Interesse Público</li> <li>• INV - Inventariado</li> <li>• MN - Monumento Nacional</li> <li>• IVC - Imóvel de Valor Concelhio</li> </ul>
Acampamento	Fonte	- Paleolítico inferior	Bronze inicial		
Achado isolado	Forno	- Paleolítico médio	- Idade do Bronze final		
Alçaria	Fortificação	- Paleolítico superior	- Idade do Ferro		
Alinhamento	Habitat	- Paleolítico superior	- 1ª Idade do Ferro		
Anfiteatro	Igreja	- Aurignacense	Ferro		
Anta	Indeterminado	- Gravetense	- 2ª Idade do Ferro		
Aqueduto	Lagar	- Proto solutrense	Ferro		
Atalaia	Mesquita	- Solutrense	- Romano		
Azenha	Mina	- Magdalenense	- Romano, República		
Balneário	Moinho	- Mesolítico	- Romano, Império		
Basílica	Mosteiro	- Neolítico antigo	- Romano, Baixo Império		
Capela	Muralha	- Neolítico médio	- Idade Média		
Casal rústico	Necrópole	- Neolítico final	- Alta Idade Média		
Castelo	Olaria	- Neo-calcolítico	- Medieval Islâmico		
Cemitério	Pedreira	- Calcolítico	- Medieval cristão		
Cetária	Ponte	- Idade do Bronze	- Moderno		
Chafurdão	Povoado		- Contemporâneo		
Cidade	Poço		- Indeterminado		
Cista	Santuário				
Cisterna	Silo				
Complexo industrial	Sinagoga				
Concheiro	Talude				
Convento	Templo				
Cromeleque	Termas				
Curral	Torre				
Depósito	Vestígios diversos				
Edifício	Villa				
Ermida					

## **ANEXO X – Exemplo de ficha catalográfica**

A escultura de S. Bartolomeu do Museu Municipal de Marvão

- Caso de estudo -

## Ficha síntese da escultura de S. Bartolomeu do Museu Municipal de Marvão

Fig. 1



93 cm

Designação: S. Bartolomeu  
Cronologia: Séc. XVI  
Proveniência: Igreja de Santa  
Maria. Marvão  
N.º inv.: s/ inv.

23 cm

35 cm

### **Inserção da peça na colecção do Museu Municipal de Marvão**

A escultura de S. Bartolomeu está integrada no núcleo de arte sacra do Museu Municipal de Marvão, fazendo parte da exposição permanente. Encontra-se na capela mor, em local de destaque, ao centro, em associação com outras esculturas distribuídas em torno do espaço da ábside. Estas peças (esculturas de S. José, S. Pedro, S. Sebastião e Santíssima Trindade) enquadram-se cronologicamente entre o século XV e XVII e constituem o conjunto mais representativo deste núcleo de arte sacra, tanto pela sua antiguidade como pelo seu valor artístico.

A localização da peça no circuito expositivo foi feita em função do local onde foi descoberta – enterrada no espaço desta capela, pelo que, ao contrário da maioria das peças do museu, é proveniente do espaço onde actualmente se encontra.

### **Iconografia e aspectos estéticos**

Esta imagem, esculpida em mármore branco, é uma representação do apóstolo S. Bartolomeu, de pé, com o demónio acorrentado aos pés. Esta representação encontra-se também numa pintura mural (fresco) existente no interior da igreja.

A peça foi talhada num único bloco de pedra, e apenas as costas não foram esculpidas, mas toscamente desbastadas, pelo que se conclui que fosse destinada a estar encostada a uma parede ou altar, sendo vista apenas de frente. A escultura não apresenta cabeça, pelo que não podemos avaliar as suas características formais nem compará-la com peças semelhantes e com descrições físicas do aspecto da cara e dos cabelos, mas os elementos existentes permitem a identificação clara deste santo.

O demónio acorrentado e subjugado é uma das representações possíveis, tanto na pintura como na escultura deste tema, claramente associada aos relatos da vida de S. Bartolomeu. Apesar de não estarem presentes outros elementos que ocorrem com frequência, como o livro, o cutelo ou a pele do santo, a posição da mão direita, fechada, sugere que segure algo (fig.2). O orifício no interior da mão direita seria destinado a segurar um cutelo, objecto utilizado no martírio de S. Bartolomeu, que foi esfolado vivo. É possível que este elemento fosse constituído de um material que não a pedra, provavelmente madeira e que se tenha partido, deteriorado ou perdido. Na pintura a fresco este elemento aparece bem representado, também na mão direita. Tem vestida uma túnica cintada, até aos pés, e um manto descaído sobre o ombro direito.

O demónio foi desfigurado intencionalmente. Está deitado, tendo um pé do santo sobre a barriga, e as pernas flectidas. Tem cabelos longos e ondulados e, pela posição da cabeça, olharia para cima. As mãos e os pés têm membranas e garras.



Segura, com as duas mãos, as correntes com que está preso, em atitude de resistência ou desafio (fig. 7).

Identificam-se ténues vestígios de policromias (azul, verde, preto), algumas das quais sobrepostas.

### **Cronologia**

A data de 1572 está epigrafada na base da escultura, conforme reprodução fotográfica (Fig.5), correspondendo a análise epigráfica do tipo de letra ao século XVI. Quanto à data referida, poderá corresponder ao momento em que foi esculpida a peça, ou eventualmente a um momento posterior em que se efectuaram repintes. As características estético artísticas apontam de igual forma para este período cronológico.

No mesmo espaço da igreja, encontramos uma representação (fresco) de S. Bartolomeu, Santa Margarida e Santa Madalena, datado do Séc. XV, XVI.

Em Portugal, a partir do século XIV, e durante o reinado de D. Pedro (devoto de S. Bartolomeu pelos problemas de gaguez), generaliza-se a devoção a este Santo, pelo que se terão de igual forma multiplicado as suas representações artísticas.

### **A história do objecto – Proveniência e circunstâncias de recuperação**

A imagem de S. Bartolomeu encontrava-se enterrada na zona do altar mor da igreja de Santa Maria de Marvão e foi recuperada no decurso de obras de conservação realizadas no edifício.<sup>48</sup>

A partir dos anos 30 do século XX a igreja de Santa Maria de Marvão deixa de estar ao culto, circunstância que contribuirá para o crescente estado de degradação do edifício. Em 1950 realizam-se obras que incluem escavação da ábside da igreja, tendo sido identificadas duas cruces de pedra, de acordo com relatórios da época<sup>49</sup>. Na mesma altura, ao proceder-se à demolição de um dos altares laterais, verificou-se a existência de uma pintura mural representando Santa Madalena, S. Bartolomeu e Santa Margarida.

Posteriormente, entre 1958 e o final dos anos 70, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais colaborou na execução de várias campanhas de obras na

---

<sup>48</sup> A informação mais concreta sobre as circunstâncias de recuperação desta imagem é o registo oral transmitido pelo actual director do museu, por sua vez baseado em informações de testemunhos presenciais da descoberta, segundo os quais a escultura foi identificada quando se procedia a escavações no interior da igreja, na zona do altar mor. Foi encontrada já fragmentada, sem nunca ter sido recuperada a cabeça de S. Bartolomeu.

<sup>49</sup> PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0020 – Igreja de Santa Maria de Marvão, p.35

igreja de Santa Maria. Dos processos consultados<sup>50</sup> não consta qualquer referência à escultura de S. Bartolomeu.

É provável que tal achado tenha ocorrido em 1950 durante os trabalhos realizados pela Santa Casa da Misericórdia de Marvão, altura em que as movimentações do subsolo terão sido mais intrusivas, e em que inclusivamente se recuperaram alguns elementos arquitectónicos. Num registo fotográfico datado de 1968<sup>51</sup> a imagem de S. Bartolomeu encontrava-se já no interior da igreja, colocada em frente do fresco com a representação de S. Bartolomeu, St<sup>a</sup> Margarida e Santa Madalena. Nesta altura apresenta todos os elementos que mantém actualmente, verificando-se já a ausência da cabeça.

Quando em 1987 foi inaugurado o Museu Municipal de Marvão, a escultura foi colocada no espaço em que foi encontrada – a capela mor da igreja, onde permanece actualmente.

### **Aspectos históricos e sociais**

As *Memórias Paroquias de Marvão* não fazem referência a esta escultura na igreja de Santa Maria, pelo que em 1758 não fazia parte das imagens expostas. No *Arrolamento dos bens das igrejas do concelho de Marvão*, de 1911, apesar de extenso e exaustivo, o inventário não faz qualquer referência à imagem de S. Bartolomeu. O inventário artístico do distrito de Portalegre<sup>52</sup>, de 1943, refere-se à existência de duas imagens de pedra policromada, dos séculos XV e XVI, mas que não correspondem a S. Bartolomeu. Só as campanhas de obras realizadas a partir de meados do Século XX permitem identificar uma pintura mural e a escultura de S. Bartolomeu.

Podemos concluir que em meados do século XVIII não havia representações artísticas deste santo na igreja de Santa Maria de Marvão e que apenas no século XX se recuperam duas representações, uma pintura e uma escultura de S. Bartolomeu.

Relativamente à vida e percurso do apóstolo Bartolomeu, as informações disponíveis nem sempre são coincidentes, mas uma das suas etapas de vida teria sido na Índia, onde combateu a idolatria, expulsou demónios, curou uma princesa louca e converteu o rei e a família real, de acordo com o relato de Santiago de la Vorágine.<sup>53</sup> Terá tido um importante papel missionário no oriente, onde acabou por ser martirizado. Segundo as tradições orientais, S. Bartolomeu teria sido afogado, crucificado ou

---

<sup>50</sup> PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0020 – Igreja de Santa Maria de Marvão

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0021

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0022

<sup>51</sup> Arquivo fotográfico da DGEMN – Foto 166875 – Código 056/15213

<sup>52</sup> KEIL, Luís – Inventário artístico de Portugal, Distrito de Portalegre, vol.I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p.93.

<sup>53</sup> La Leyenda dorada, p.524-525.

decapitado, mas os hagiógrafos consideram que o martírio consistiu no esfolamento em vida.<sup>54</sup> A partir do séc. X o seu culto generaliza-se no ocidente, associado à distribuição das relíquias do santo.

Sabemos que tinha um papel protector face às forças malignas, sendo invocado no caso de doenças do foro neurológico. Foi considerado protector de várias classes profissionais, com alguma associação aos atributos que possui, em concreto o cutelo e a pele (ex: curtidores de peles, talhantes, cardadores, sapateiros).

O facto de no mesmo espaço religioso, a igreja de Santa Maria de Marvão, se encontrarem duas representações do mesmo santo (pintura e escultura), leva-nos a considerar a sua importância no contexto social da época. A pintura mural, de datação mais antiga que a escultura, representa S. Bartolomeu, Santa Margarida e Santa Madalena, todos eles invocados em situações de risco para a saúde física ou mental. Nesta representação surge a figura do demónio, acorrentado, e de um dragão, associado ao martírio de Santa Margarida, ambos simbolizando o mal e situando-se num plano inferior em relação à figura dos santos.

O facto da escultura de S. Bartolomeu não apresentar cabeça pode estar relacionada com uma desfuncionalização da peça, em que se danifica a parte mais representativa – a cabeça. Relativamente ao demónio, a cabeça não foi separada do corpo, mas o rosto foi desfigurado através do picar da pedra (fig. 7). Esta mutilação intencional terá sido seguida de ocultação da peça através de enterramento no mesmo espaço em que se encontrava.

No caso da pintura mural onde, à semelhança da escultura, está representado S. Bartolomeu com um cutelo e a figura do diabo submetido, não se danificaram os elementos artísticos. A pintura foi apenas ocultada pela construção de uma parede em frente. O facto de ter ficado uma caixa de ar entre a pintura e a parede que a escondeu, reflecte uma atitude intencional em não danificar o fresco.

Estes factos levam-nos a considerar por que motivo, em data indeterminada, mas posteriormente ao século XVI, se procedeu à ocultação destas imagens.

Actualmente não há registos no concelho de Marvão de devoção a S. Bartolomeu, nem é conhecida igreja ou capela com este patrono. Se o culto existiu em Marvão, como somos levados a crer pelas representações artísticas, terá desaparecido progressivamente até se extinguir. De igual forma não são conhecidos costumes ou actos devocionais associados a este santo. É possível que o contexto económico e social de Marvão dos séculos XV e XVI e a existência de uma dinâmica associada aos ofícios ligados à utilização de peles tivesse incentivado esse culto.

---

<sup>54</sup> RÈAU, Louis, Iconografia de los santos, p.180.

## ANEXO FOTOGRÁFICO



Fig. 2 – Vista lateral direita



Fig. 3 – Vista lateral esquerda



Fig. 4- Aspecto da parte posterior da escultura



Fig. 5 – Pormenor da data (1572)





Fig. 6 – Pormenor da mão esquerda segurando a corrente



Fig. 7 – Pormenor de demónio agarrando a corrente

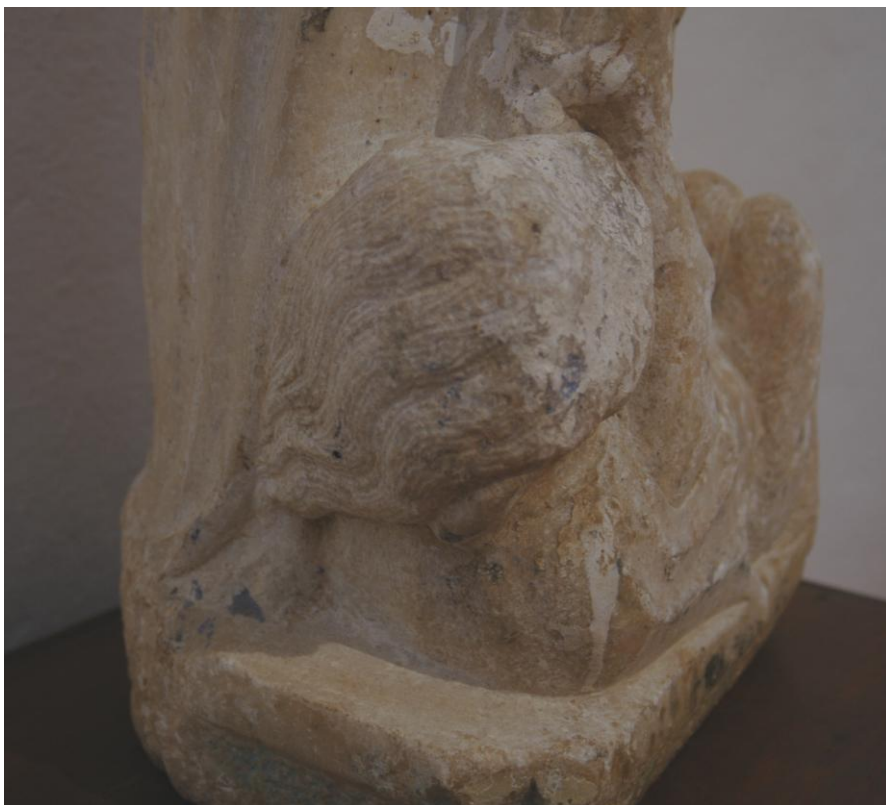


Fig. 8 – Pormenor do cabelo do demónio



Fig. 9 – Pormenor de cauda em forma de garra



## BIBLIOGRAFIA DE ENQUADRAMENTO

FALCÃO, José António e PEREIRA, Fernando António Baptista  
*A imagem gótica de S. Bartolomeu da Serra (Santiago do Cacém)*, Beja, Departamento do Património histórico e Artístico da Diocese de Beja, 1996

GIORGI, Rosa  
*Les Saints.Repères iconographiques*, Paris, Éditions Hazan, 2004.

KEIL, Luís – *Inventário artístico de Portugal, Distrito de Portalegre*, vol.I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p.93.

MACHADO, J.L. e GORJÃO, Sérgio  
*O actual concelho de Marvão e as suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758*, p.68-79.

OLIVEIRA, Jorge de  
*Arrolamento dos bens das igrejas do concelho de Marvão em 1911*, in Ibn Maruan. Revista cUltural do concelho de Marvão, Marvão, Edições Colibri, 1997, p.139-142.

RÉAU, Louis,  
*Iconografía de los santos*, [s.l.], Ediciones del Serbal, 1998.

VORÁGINE, Santiago de la  
*La leyenda dorada*, Madrid, Alianza Editorial, 10<sup>a</sup> ed., 2004

Processos da Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais sobre a igreja de Santa Maria de Marvão:

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0020

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0021

PT DGEMN: DSARH – 010/141 – 0022

Arquivo fotográfico da DGEMN – Foto 166875 – Código 056/15213

**ANEXO XI** – Folheto do Museu Arqueológico de Santo António das Areias

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE  
SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS

O Museu Arqueológico de Santo António das Areias, é obra de um grupo de rapazes desta risonha aldeia que tendo conhecimento da delapidação, dispersão e transacção de peças arqueológicas, tomou a iniciativa de recolher, estudar e preservar o vasto património cultural do concelho de Marvão que dia a dia ia sendo destruído. O produto da recolha superficial de peças arqueológicas que este grupo tem vindo a efectuar está depositado no Museu Arqueológico desta aldeia e cujas peças se distribuem pelos períodos: Paleolítico, Mesolítico, Neolítico, Castrejo, Romano, Visigótico e Árabe.

O concelho de Marvão, possui 78 locais de interesse Histórico. São de salientar os locais: Vidais, distantes de S. A. das Areias 7km, junto à estrada Areias-Pombais-Beirã; Monte-Velho, distando 2Km da Beirã; Garriacho a 2km do Pereiro; S. Salvador de Aramenha, construída sobre as ruínas da antiga cidade Romana de MEDERRIGA ou AMMAYA; bem como 21 antas.

O Museu Arqueológico de Santo António das Areias, é propriedade exclusiva da população desta aldeia.

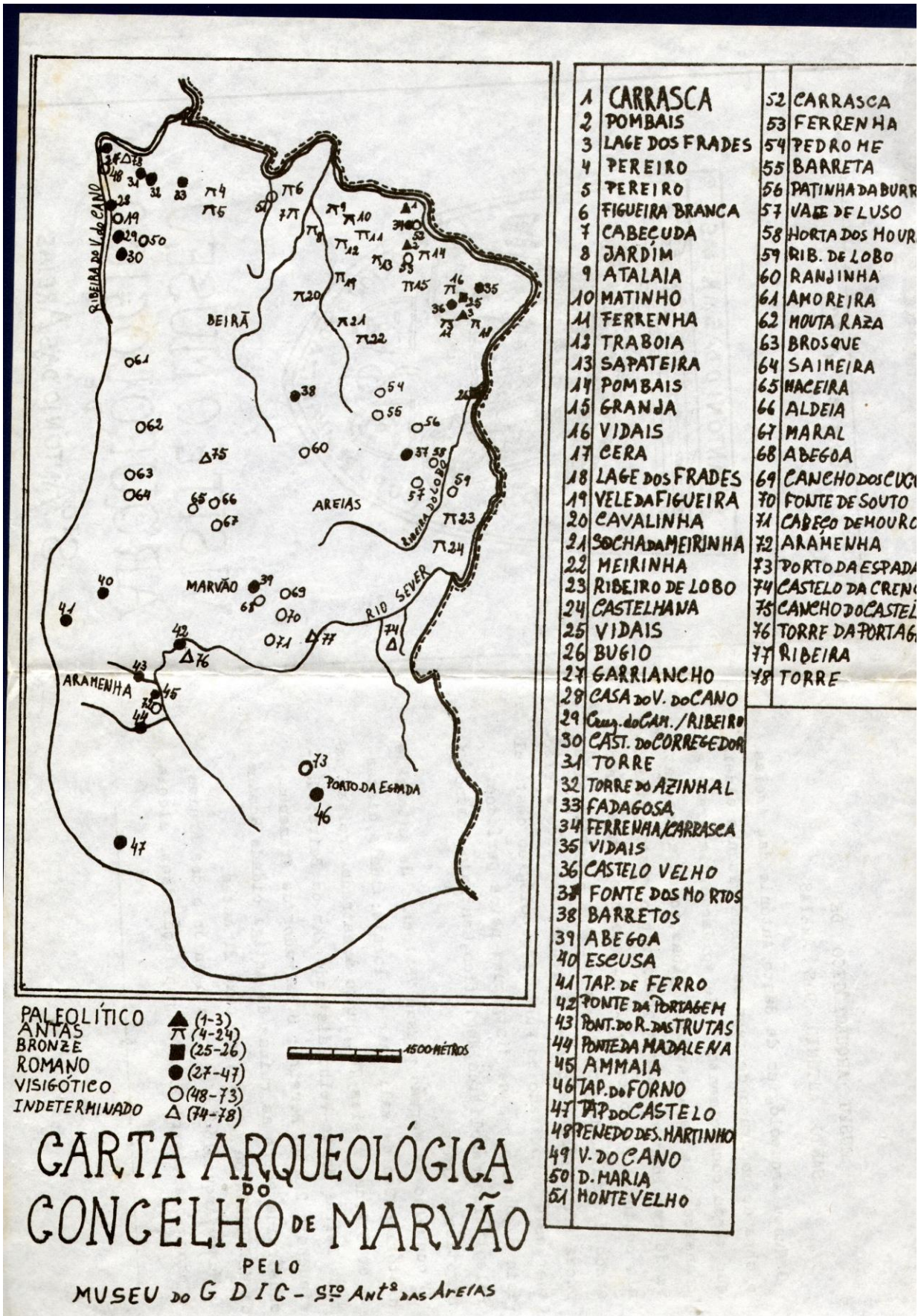
Edições G.D.I.C.



VISITE O MUSEU  
ARQUEOLÓGICO  
DE

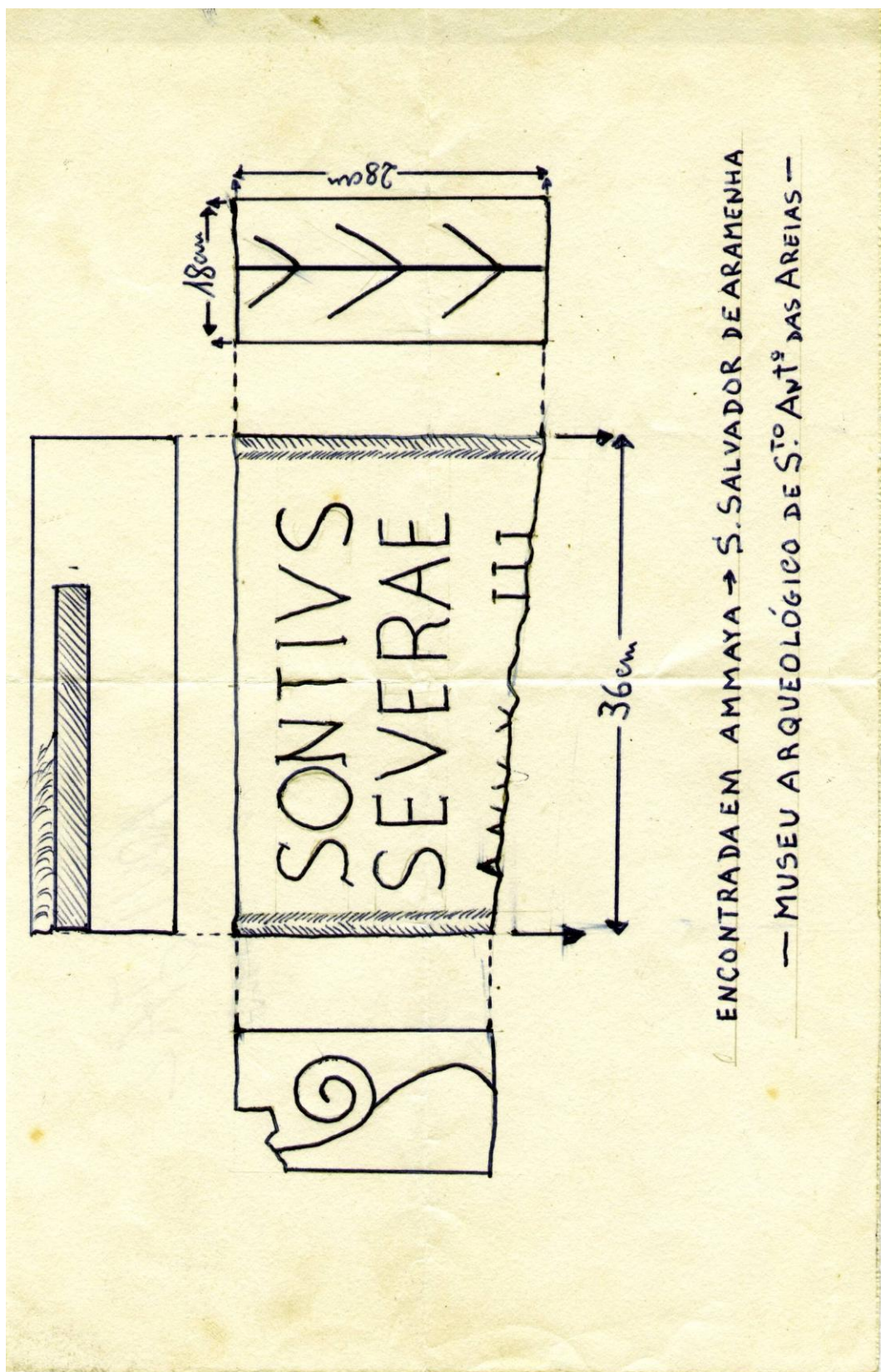
S.º ANTÓNIO DAS AREIAS





**ANEXO XII** – Registo de materiais do Museu de Santo António das Areias  
(exemplo do estudo de uma epígrafe)





ENCONTRADA EM AMMAYA → S. SALVADOR DE ARAMENHA

— MUSEU ARQUEOLÓGICO DE S.<sup>TO</sup> ANT.<sup>AS</sup> DAS AREIAS —

**ANEXO XIII** – Folheto da 1.<sup>a</sup> exposição arqueológica realizada em Marvão (1974)



FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA

I<sup>a</sup>. EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA

Por ocasião das Festas em honra de Nossa Senhora da Estrela, padroeira do concelho de Marvão, propôs-se a Comissão de Festas tomar a iniciativa de promover esta exposição a fim de contribuir para uma maior divulgação do que, de facto, existe e que, em grande parte, era desconhecido, pois, para além das belas e sólidas muralhas do velho burgo, o concelho de Marvão é profusamente rico em vestígios pré-históricos; possui valiosíssimos tesouros arqueológicos que não devem, pela sua importância histórica, passar despercebidos a quem nos visita.

Tal motivo levou à criação de uma Secção Arqueológica no Grupo de Trabalho e Acção Cultural de Portalegre, a qual, através dos seus jovens elementos, procurou recolher cuidadosamente o material que encontraram à superfície nos seguintes locais:

- ARAMÍNIA (hoje denominada Aramenha) - Cidade Romana;
- ÁGUA DA CUBA - Castro sem fortificação;
- RIBEIRO DE LOBO - Castro sem fortificação pródigo em túmulos escavados na rocha;
- MONTE VELHO - Castro com fortificação, também pródigo em túmulos e casas tipo "caranguejo", em razoável estado de conservação;
- VALE DE CANO - Vestígios Romanos (mosaicos, tégulas, imbrices e tijoleiras);
- HERDADE DO MONTE DOS POMBAIS - Vestígios Romanos (túmulos, tégulas e bases de coluna);
- CRENÇA - Castro com fortificação;
- VIDAIS - Castro com fortificação; Grutas pré-históricas e Vestígios Romanos.

É neste local que decorre a recolha, cujo material já encontrado constitui a maior parte do que se encontra nesta exposição.

Este foi habitado por várias e distintas gerações, desde o Paleolítico à Romana, passando pelo Neolítico, Mesolítico e Eneolítico.

Das épocas atrás referidas, as mais abundantes em vestígios são, especialmente, a época da Pedra Polida (Neolítico) e a da transição da pedra polida para a do Bronze (Eneolítico).

O material aqui exposto é apenas uma amostra extremamente reduzida do que se poderá ver. Por isso, amigo visitante, convidamo-lo a deslocar-se a estes locais cuja riqueza histórica é incomensurável.

Pela sua visita e contributo, desde já, muito obrigado.

8 de Setembro 1974

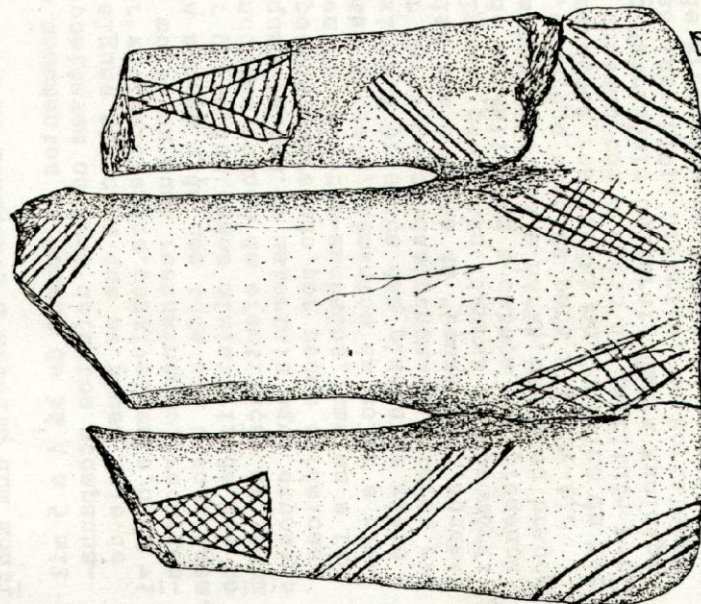


**ANEXO XIV** – Folheto de exposição arqueológica realizada em 1984 em Marvão

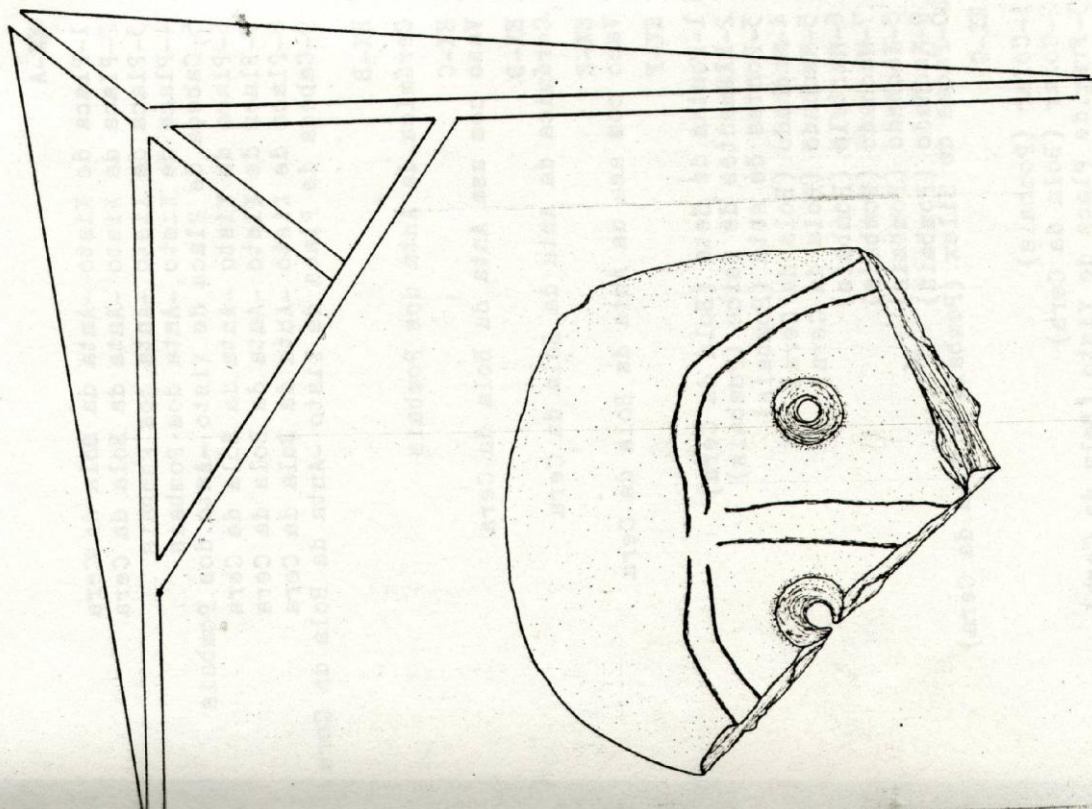
# MARVÃO

## festa do castanheiro

### ARQUEOLOGIA



1984





CATÁLOGO

- EX-A  
 1-Placa de Xisto -Anta da Bola da Cera  
 2-Placa de Xisto -Anta da Bola da Cera  
 3-Placa de Xisto -Anta dos Pombais  
 4-Placa de Xisto -Anta dos Pombais  
 5-Cabeça de Placa de Xisto -Anta dos Pombais  
 6-Placa de Xisto -Anta da Bola da Cera  
 7-Placa de Xisto -Anta da Bola da Cera  
 8-Placa de Xisto -Anta da Bola da Cera  
 9-Cabeça de Placa de Xisto -Anta da Bola da Cera
- EX-B  
 Cerâmica da Anta dos Pombais
- EX-C  
 Vaso com asa Anta da Bola da Cera
- EX-D  
 Cerâmica da Anta da Bola da Cera
- EX-E  
 Vaso com asa da Anta da Bola da Cera
- EX-F  
 1-Pontas de Seta (Bola da Cera)  
 2-Elementos de foice (Pombais)  
 3-Pontas de seta (Pombais)  
 4-Machado (Bola da Cera)  
 5-Machado (Bola da Cera)  
 6-Martelo (Pombais)  
 7-Machado (Pombais)  
 8-Machado (Pombais)  
 9-Machado (Pombais)  
 10-Facas de Silex (Pombais e Bola da Cera)
- EX-G  
 1-Colar (Pombais)  
 2-Colar (Bola da Cera)  
 3-Frag.de Placa de Xisto (Bola da Cera)  
 4-Crescente de Colar (Bola da Cera)

Os materiais arqueológicos que se observam nesta mostra, são parte do produto dos trabalhos realizados nas campanhas de escavação e consolidação das Antas dos Pombais e Bola da Cera -Concelho de Marvão.

Vulgarmente conhecidas por Antas ou Dolmens estas construções funerárias formadas por uma estrutura de pedra, geralmente definindo dois espaços, câmara e corredor, eram originariamente cobertas por um tumulus de pedra e terra que conferia ao monumento o aspecto dum montículo.

Nestes monumentos os Homens de há 4 a 5 mil anos depositavam os seus defuntos acompanhados de alguns objectos que se pensa hoje de carácter votivo. Crentes, possivelmente, numa vida além morte ou numa reencarnação, precaviam-se para a nova vida com toda uma utensilagem, na maior parte dos casos miniaturizada, que hoje se encontra quando da efectivação de trabalhos arqueológicos. Os materiais aqui expostos são compostos, sobretudo, por peças cerâmicas, instrumentos de corte-machados, lamelas e facas, pontas de seta, elementos de colar e placas de xisto. A presença das placas de xisto, na maior parte decoradas, pensa-se estarem relacionadas com o culto da "Deusa-Mãe", apresentando algumas perfeitas figuras antropomórficas onde se salientam a cabeça com presença de olhos, sobrancelhas e nariz, bem como braços e dedos, como é o caso da peça nº1 (Ex-A).

As escavações realizadas no Concelho de Marvão têm contado com o apoio do Instituto Português do Património Cultural, Câmara Municipal de Marvão, Assembléia Distrital de Portalegre Juntas de Freguesia de S. Anta das Areias e Beirã, Comissão Regional de Turismo e Gabinete de Apoio Técnico de Portalegre.

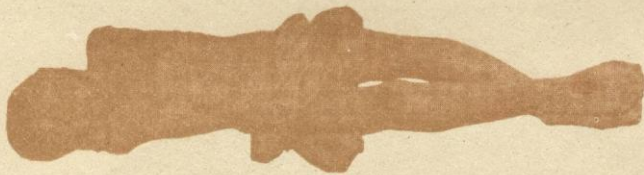
**ANEXO XV – Primeiro folheto do Museu Municipal de Marvão**



O fresco policromado representando S. Bartolomeu, as variadas cabeceiras de sepultura, as imagens de S. Sebastião, da Virgem com o Menino, S. Pedro, Padre Ezequiel, Santíssima. Trindade, passando por S.º António, S.º Amaro e tantas outras esculturas de inigualável beleza e antiguidade, bem como os conjuntos de paramentos, oferecem ao visitante uma visão da arte e do culto medieval e moderno.

No núcleo de Etnografia encontrará o visitante um repositório dos principais trajes tradicionais do Concelho destacando-se a "Coca", os dos Romeiros de St.º António ou os dos Caleiros da Escusa. As mantas ainda manufaturadas pelos engenhos da Ponta Velha, datáveis do séc. XVIII, os trabalhos decorativos em casca de castanha, as flores de papel, os palmitos, as bolsas da tropa, as bolsas de trapos que, conjuntamente com a medicina popular e feitiços oferecem ao visitante uma viagem através de tradições, usos e costumes em parte já perdidos na bruma dos anos.

A visita ao Museu Municipal de Marvão não ficará concluída sem uma observação atenta às plantas e alçados dos

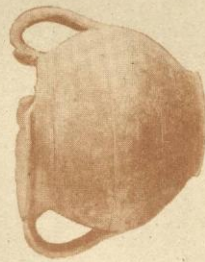


séculos XVIII e XIX da Praça e Vila de Marvão. No mesmo espaço pode ainda observar-se um conjunto de armas dos séculos XVII ao XIX, das quais se destacam os esmerilhões e as carabinas.

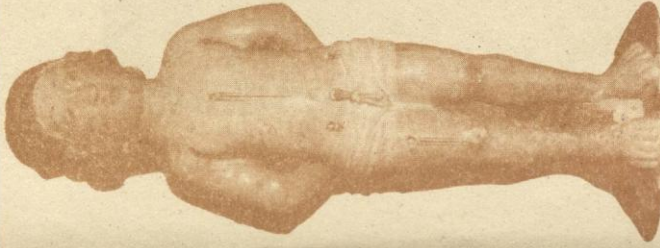
### Museu Municipal de Marvão

Presidente Geral  
Jorge Oliveira e João Vidal  
Seleção de Peças e Montagem  
João Vidal, Isabel Cristina Fernandes e Jorge Oliveira  
Fotografia  
Margarida de Castro  
Desenho  
Paulo da Genca e Jorge Oliveira  
Carpintaria  
Francisco Castanho  
Luminário  
António Mota, Francisco Lourenço  
Serralharia  
José Maria da Paz  
Pintura  
Luis Rolo e Rui Caldera  
SRAZS e G.A.C.V.

**Figurinos**  
Jogo Machado  
**OUTROS APOIOS:**  
Câmara Municipal de Marvão, através do seu Presidente e Vereadores, respectivamente Sr. António Andrade, Sr. António Lourenço, Sr. J. Maria Ruivo, Sr. João F. Telo e Sr. Jorge Emílio Martins, Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide, Junta de Freguesia de St.º António das Areias, Paróquia de Santa Maria de Anjos, Sacra Cúria da Mitra de Marvão, Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, Arquitecto A. J. Cortes Mendes, Dr. Carsteno Barão, Dr. Carlos Fosalva, Dr.º Carmen Balasteros, Tec. Tur. Emilia L. Silva, Tec. Tur. Felicidade Sanches Tivares, Sr. Romão Paré, Sr. Francisco Almeida, Prof. Dr.º Manuel Gomes, Sr.º António Mendes, Sr.º Manuel Mendes, Sr.º Dr.º Manuel Nunes, Dr.º Maria Leonor Borralho, Sr.º Paula Correia e Dr.º Teresa Matos Fernandes.



## MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO



Arte Sacra, Arqueologia, Etnografia, Armaria e Epigrafia compõem os cinco núcleos a apreciar no Museu Municipal de Marvão. A apresentação do rico e variado espólio obedeceu ao propósito de

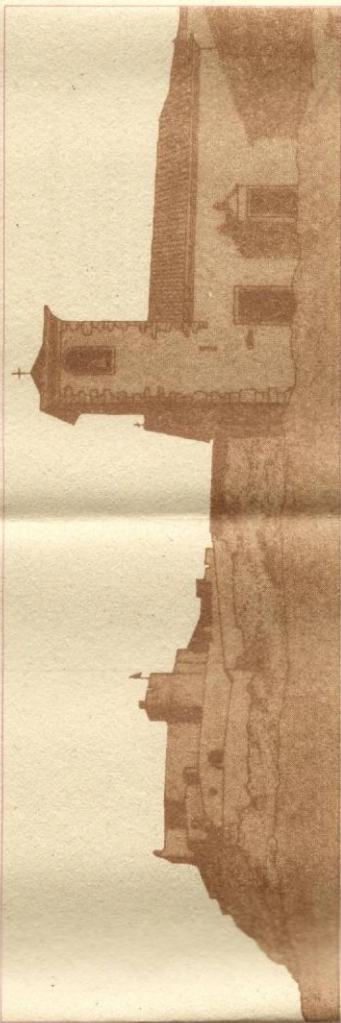
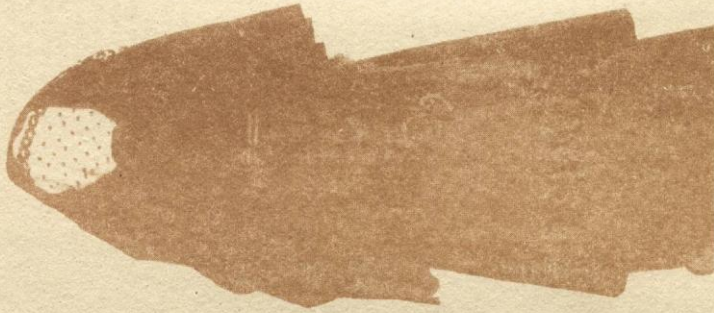
oferecer ao visitante um passeio pela História do Concelho de Marvão desde o Paleolítico aos tempos dos nossos avós.

Os primeiros passos do Homem estão testemunhados pelos bifaces, raspadeiras, percutores e núcleos recolhidos nas estações arqueológicas do Paleolítico localizadas nas margens do Rio Sever e Ribeira da Sapateira. As antas da Bola da Cera e dos Pombais e as ínguas de abrigo de Vidais forneceram os belos vasos de cerâmica, as pontas de seta, os machados de pedra polida, os ídolos-placa que são característicos do Neolítico e do Calcolítico.

Provenientes de escavações antigas efectuadas nos habitats de Vidais, os materiais das Idades do Bronze e do Ferro expostos apresentam características únicas pela perfeição do tratamento das cerâmicas e pelo ainda insipiente trabalhos dos metais.

A presença romana está bem testemunhada pelas cerâmicas, metais, vidros e documentos epigráficos. As escavações efectuadas na necrópole romana da Herdade dos Pombais e a cidade romana de Anaua, foram as principais fontes do espólio exposto.





### Igreja de Santa Maria — Museu Municipal de Marvão

A origem da Igreja de Santa Maria de Marvão ou Santa Maria do Castelo remonta ao século XIII, tendo sofrido alterações nos séculos XVII, XIX e XX. O imóvel apresenta uma fachada simples com pórtico e cumbeis de granito e uma torre sineira. Encima o portão interrompido sobre o qual se desenhava uma Cruz de Malta talhada em mármore. O interior é de três naves separadas entre si por quatro pilastras que suportam arcos de volta perfeita. Na nave lateral esquerda pode admirar-se um fresco policromado datável dos finais do século XIII, representando S. Bartolomeu. Também da mesma época são as sepulturas que ainda hoje podem ser observadas no interior do templo.

A Igreja de Santa Maria, há muito fechada ao culto e em avançado estado de ruína, foi recuperada para a montagem do Museu Municipal de Marvão. No dia 7 de Novembro de 1987 abriram-se pela primeira vez aos visitantes as portas do Museu, transformando-se em realidade uma velha aspiração das populações deste concelho, que, oferecendo ou cedendo peças, em muito contribuíram para tornar possível este projecto.

